

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Comité Central aprovou resolução sobre organização do trabalho de Direcção Central



- Serão reestruturados os organismos de Direcção Central
- Criado novo organismo executivo, a Comissão Executiva Nacional
- Criado o cargo de secretário(s)-geral(ais) adjunto(s)

Pág. 3/Semana

Nota do Executivo da Comissão Política

Um facto inquietante e grave

Alteração anunciada à lei eleitoral

- Para além da redução do número de deputados, o Primeiro-Ministro preconiza a manipulação dos círculos eleitorais, ao sabor dos interesses do PSD
- Só com a maioria de dois terços poderá verificar-se a mudança do regime que define os círculos e a repartição dos deputados por círculo
- O PS assumirá grave responsabilidade caso faça prevalecer os seus interesses estreitos de curto prazo sobre os princípios e a fidelidade aos fundamentos do regime democrático

Pág. 1/
Semana

Congresso/

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 854
10 de Maio de 1990
3.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente



Mesas Redondas

A LUTA DE MASSAS E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA
**A base social
para a convergência política**



Edgar Correia, membro da Comissão Política e da DORP do PCP

Maria do Carmo Tavares, membro do CC do PCP e dirigente sindical da CGTP-IN

João Paulo, membro do CC do PCP e dirigente sindical da CGTP-IN

A RECONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS MONOPOLISTAS EM PORTUGAL
**Política do Governo
abre portas da economia
ao capital privado**



Octávio Teixeira, membro suplente da Comissão Política e dirigente sindical da CGTP-IN

Fernando Sequeira, membro da Comissão para os Assuntos Económicos do CC do PCP

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

Bemvidos
ao
Congresso

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP



Democracia

A democracia, os seus valores, a sua defesa, o seu aprofundamento, estão hoje, talvez como em poucos mais momentos da História, no centro das atenções dos homens. Procuram-se definições, invocam-se experiências, analisam-se fracassos, tudo, naturalmente, no quadro de uma luta política e ideológica intensa em que a comum invocação dos valores democráticos não consegue ocultar diferenças de tomo, diversas concepções e práticas que nada nem ninguém pode ignorar.

A similitude da preocupação ou do discurso sobre a democracia não pode ser confundida com uma idêntica postura face ao que constitui, de facto, um valor intrínseco do caminho da Humanidade. Muitos falam de democracia: interessa ver se todos a cumprem.

O Comité Central do PCP efectuou uma reunião plenária na passada segunda-feira essencialmente virada para o estudo e tomada de decisões relacionadas com o seu trabalho de direcção, a sua estruturação interna.

As questões de organização e de direcção dos partidos comunistas em geral e do PCP em particular ocupam grande parte do debate e das análises que a realidade política mundial tornou indispensável, constituindo uma das razões da convocação do XIII Congresso (Extraordinário) do Partido.

O centralismo democrático, a sua validade orgânica, política, teórica, acima de tudo a sua integração no corpo de princípios e práticas da democracia ocupa neste debate um lugar tanto mais importante quanto, para além das suas incidências internas, dele se pretendem extrair conclusões quanto aos compromissos dos partidos comunistas face às sociedades e aos povos.

Contesta-se, em suma, que o centralismo democrático seja democrático, para se acrescentar que quem não é democrata na sua própria casa seguramente o não será se intervier determinantemente na governação da coisa pública.

O Comité Central do PCP defende que se mantém a validade do centralismo democrático, assim o afirma nas Teses que propôs para debate no Partido, sublinhando que *o PCP desenvolveu criativamente os princípios do centralismo democrático no sentido do aprofundamento da sua democracia interna, do reforço dos direitos dos militantes, da concepção e da generalização da direcção colectiva e do trabalho colectivo e da descentralização de competências que permite que dentro da orientação geral do Partido todos os organismos e organizações tenham grande capacidade de decisão e iniciativa* (ponto 4.3.6.).

As decisões tomadas segunda-feira e de que se dá conta na resolução incluída nas páginas deste número do «Avante!» foram tomadas no quadro do centralismo democrático, constituem expressões da sua aplicação. Permitem assim, em concreto, dele fazer uma concreta e localizada — e por isso mesmo significativa — análise.

Desde o 25 de Abril tem vindo a registar-se um crescimento importante do número de elementos dos organismos de direcção do PCP. Das três dezenas de membros que

o compunham no VII Congresso o Comité Central passou para a mais de centena e meia que hoje o constituem. Igualmente os seus organismos executivos cresceram em número de componentes e o XII Congresso alterou a sua estruturação ao criar, ao lado dos já existentes Comissão Política e Secretariado, a Comissão Central de Controlo e Quadros.

A uma estrutura de direcção de 175 membros do CC passaram assim a corresponder 39 membros em organismos executivos centrais.

O alargamento da Comissão Política verificado no XII Congresso traduzia uma experiência de grande riqueza no trabalho de direcção do PCP: o conciliar a direcção central com uma ligação efectiva às organizações locais do Partido, permitindo assim não apenas assegurar uma transmissão rápida e eficaz das directrizes centrais como, no próprio momento da sua elaboração, assegurar-lhe a participação de quadros dirigentes quotidianamente e efectivamente ligados ao concreto da realidade e das organizações locais.

Para além de um aspecto de alargamento quantitativo, já de si democraticamente significativo, procurava-se qualitativamente alargar uma ligação através da qual se faça sentir permanentemente a realidade social e o sentir colectivo da organização partidária.

Seria porém ingenuidade ignorar que o alargamento da composição de organismos tem reflexos na sua operatividade, agravados ainda pelo facto de, exactamente para assegurar uma larga contribuição nacional, a Comissão Política incluir os responsáveis pelas Direcções de Organizações Regionais, com o seu local habitual de trabalho localizado fora de Lisboa, assim condicionando a realização de reuniões plenárias. Foi neste sentido que surgiu a criação de um Executivo da Comissão Política, visando assegurar centralmente o despacho quotidiano do trabalho de direcção.

A experiência de trabalho no período decorrido desde o XII Congresso, como se assinala na resolução do CC, permitiu concluir que *continuam a revelar-se insuficiências no trabalho de direcção do Partido, apesar dos resultados positivos resultantes da aplicação de algumas medidas adoptadas pelo XII Congresso*, o que levou o CC a tomar as medidas tornadas públicas.

Um dos aspectos mais importantes, como assinalou Álvaro Cunhal na conferência de imprensa realizada na segunda-feira, é exactamente o de assegurar uma maior operatividade à Comissão Política que, com esse sentido, passará a integrar entre uma dezena e dezena e meia de membros. Ganhando-se seguramente em necessária operatividade e rapidez, tal medida levantava contudo um evidente problema: o risco de diminuir exactamente o positivo contributo assegurado por uma maior dimensão do organismo e pela sua dimensão nacional concreta, ao nível de organizações regionais.

E aqui surge uma medida que revela a preocupação de constantemente conciliar a maior operatividade de uma actuação centralizada com a vertente de ampla participação e intervenção democrática: a criação de um novo organismo executivo — a Comissão Executiva Nacional — que pela sua composição mais larga e baseada em quadros responsáveis pelas orga-

nizações regionais e frentes de trabalho assegura a ligação e intervenção directa e regulares que constituem um traço característico do carácter democrático, colectivo e de eficácia do trabalho orgânico do PCP.

Assegurar eficácia e democracia de funcionamento, capacidade de intervenção e iniciativa e trabalho colectivo, eis uma vez mais um traço da identidade do PCP concretamente manifestado. E, salvaguardas as evidentes diferenças, é irresistível referir a simultaneidade no tempo de uma expressão deste posicionamento na política com um outro relevante evento da política nacional: o anúncio por Cavaco Silva do projecto de nova lei eleitoral.

Segundo o primeiro ministro, a modificação da lei eleitoral que o PSD irá propor pretende assegurar dois aspectos essenciais: a estabilidade da constituição e sobrevivência dos governos e uma maior ligação dos eleitos aos eleitores. Com este objectivo, apontam-se diversas medidas, entre as quais figuram a drástica redução do número de deputados à Assembleia da República e um conjunto de alterações da composição dos círculos eleitorais.

Os projectos do PSD não iludiram ninguém. Que estamos face a um expediente de engenharia eleitoral com vista a beneficiar o actual governo em evidente perda de apoio político e eleitoral é afirmado por todos - incluindo os que apoiam tais objectivos...

Mais: que o novo sistema eleitoral que se pretendia instituir visa a diminuição de influência dos partidos da oposição e em particular do PCP é igualmente um facto insofismável.

A situação merece alguns comentários.

Tomemos em primeiro lugar o sofisma das justificações dadas pelo PSD para a sua proposta, ou seja, a de uma maior estabilidade e eficácia do executivo. É só por si revelador do empenho democrático de um partido - ou antes, da falta de empenho democrático! - o facto de não hesitar em, assumidamente, sacrificar a democraticidade de um sistema eleitoral e da participação política dos cidadãos com vista a uma eficácia governativa.

Há aqui a revelação de uma escala de valores em que, como é óbvio, a democracia não fica a ganhar. O PSD não se dá sequer ao trabalho de tentar procurar soluções para conciliar os seus alegados objectivos de «estabilidade e eficácia governativa» com os padrões mais amplos de funcionamento da democracia: entre um e outro, não hesita - sacrifica a democracia. Entre centralismo e democracia, viva o centralismo e sacrifique-se a democracia...

Ou seja, mesmo na própria cobertura demagógica de uma medida de sobrevivência política e de manipulação eleitoral, o PSD revela o seu conceito redutor de democracia!

Mas, como se disse, o problema é todo outro. Aquilo que o PSD pretende atingir é o figurino comum na maioria dos *democratíssimos* sistemas eleitorais europeus, isto é, que mediante a distribuição de círculos eleitorais e de deputados

Resumo

2

Quarta-feira

António Filipe e Paula Coelho defendem a redução do tempo do serviço militar obrigatório, acompanhada de uma reestruturação das condições de prestação ■ O MNE reúne com embaixadores de Portugal em 30 países da África subsariana ■ Na Cidade do Cabo iniciam-se conversações entre o governo sul-africano e o ANC para a abolição do sistema de *apartheid* ■ Nos estaleiros de Ulsan, os maiores da Coreia do Sul, mais de mil grevistas defrontam a polícia de choque; no país têm-se verificado greves de apoio.

3

Quinta-feira



Deflagra um incêndio numa parte da instalação do teatro A Comuna em Lisboa ■ Nos CTT inicia-se uma greve de dois dias, culminando uma semana de luta por reajustamentos salariais e defesa de direitos e regalias sociais ■ É aprovada uma proposta referente à criação do cargo de provedor do ambiente e qualidade de vida urbana de Lisboa ■ A GNR comemora 79 anos de existência ■ O Conselho de Ministros aprova isenções fiscais referentes a habitação própria e aos aumentos de capital de sociedades por incorporação de reservas ■ O presidente de S. Tomé e Príncipe, Pinto da Costa, congratula-se num almoço com Cavaco Silva com as negociações exploratórias para a paz em Angola ■ O PSD anuncia que vai voltar a votar favoravelmente a Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social, apesar do veto do Presidente da República ■ Os EUA anunciam que vão abandonar os seus planos de modernização dos mísseis de curto alcance da NATO e da artilharia estacionados na Europa ■ Iniciam-se negociações de paz entre o governo salvadorenho e dirigentes da guerrilha, sob a mediação das Nações Unidas.

4

Sexta-feira

Cavaco Silva divulga a proposta do Governo de alterações à lei eleitoral, pretendendo reduzir o número de deputados e alterar os círculos eleitorais ■ Inicia-se em Braga o 2.º Congresso da Associação Nacional de Freguesias, com representantes

de cerca de 1200 autarquias ■ O PSD aprova na AR uma lei que retira incompatibilidades para o exercício de cargos políticos ■ Verifica-se uma tendência para a diminuição do investimento, enquanto se agrava o défice da balança comercial, revela a síntese mensal de conjuntura do Banco de Portugal ■ São postos em liberdade os dirigentes comunistas turcos Haydar Kutlu e Nihat Sargin ■ Na Grã-Bretanha realizam-se eleições autárquicas ■

5

Sábado

JSD decide apresentar um projecto de lei destinado a alterar o procedimento actual para a obtenção do Estatuto de Objectivo de Consciência ■ O secretário-geral do PS afirma, em Estremoz, que é necessário um grande debate sobre a alteração de lei eleitoral entre todas as forças políticas da sociedade portuguesa ■ O «Granma» considera que as manobras norte-americanas ao largo de Cuba podem ser «uma tentativa de intimidação, de pressão e de desestabilização» ■ Mikhail Gorbatchov rejeita a «independência» declarada sexta-feira no Soviète Supremo da Letónia ■ Em Bona reúnem os MNE da RDA, RFA, EUA, URSS, França e Grã-Bretanha para discutir a unificação alemã ■ Os chefes de Estado e de Governo da CEE reúnem-se em Dublin para discutir a integração da RDA, as relações com o Leste e a união política ■ Violeta Chamorro e os contras assinam um acordo para a desmobilização dos rebeldes anti-sandinistas.

6

Domingo

Reúne em Lisboa a Direcção Nacional da JCP ■ A Assembleia Geral do CNJ elege António Ravara, do Movimento de Estudantes Católicos, para presidente do CNJ ■ Encerra em Braga o II Congresso Nacional de Freguesias, que elege Manuel Marçal Pina para o cargo de presidente ■ Carlos Marques, de 41 anos, apresenta a sua candidatura pela UDP à Presidência da República ■ O primeiro-ministro polaco abandona a exigência de um acordo sobre as fronteiras ocidentais da Polónia ainda antes da unificação da RDA e da RFA ■ Durante cerca de dez anos os EUA tiveram acesso a armas sofisticadas soviéticas através de dois irmãos de Nicolae Ceausescu, revela o «Washington Post» ■ Realizam-se na RDA e em Itália eleições autárquicas ■ Vencendo o Vitória de Setúbal, o FC do Porto assegura a posse do título de campeão nacional de futebol da 1.ª divisão.

7

Segunda-feira

Álvaro Cunhal divulga a decisão do CC do PCP, hoje reunido, de pro-



ceder a uma reestruturação orgânica e na composição dos organismos executivos ■ Cavaco Silva e o seu homólogo italiano Giulio Andreotti discutem as relações entre Portugal e a Itália, a situação na África Austral e a reunificação alemã ■ Os MNE dos países da CEE iniciam em Bruxelas uma reunião para preparar propostas concretas sobre a união política, a apresentar ao Conselho Europeu de 25 e 26 de Junho ■ Recomeçam as conversações a nível governamental sobre as bases norte-americanas em território grego ■ Após acordo com o governo, terminam os protestos de opositoristas na Mongólia ■ São divulgados os resultados das eleições autárquicas na RDA em que a União Democrática Cristã leste-alemã renova a vitória que averbára nas eleições gerais de Março, mas com uma quebra de seis pontos ■ O presidente sul-africano De Klerk inicia um périplo a nove países europeus, entre os quais Portugal.

8

Terça-feira

A proposta de lei eleitoral de Cavaco Silva provoca reacções de rejeição em todos os partidos da oposição; na AR, apenas a bancada do PSD lhe manifesta o seu apoio, enquanto os restantes grupos afirmam não querer manobras de «engenharia eleitoral». ■ A Federação dos Sindicatos da Função Pública denuncia que a Segurança Social não paga, anualmente, milhares de contos devidos a beneficiários. ■ Milhares de estudantes universitários participam nos cortejos de Queima das Fitas em Coimbra e no Porto. ■ A RDA e Bulgária assinam acordos de comércio e cooperação com a CEE. ■ O secretário de Estado holandês dos Assuntos Europeus afirma haver poucas possibilidades de as fronteiras entre os Doze da CEE serem abolidas até 1993. ■ O chanceler Helmut Kohl rejeita a proposta soviética de adiar a tomada de posição sobre o alinhamento militar na nova Alemanha unida.

Alguma imprensa não hesita mesmo em revelar o que é uma evidência: o projecto PSD terá sido elaborado sobre uma análise milimétrica dos resultados eleitorais. Não se trata de soluções de reformulação geral do sistema, mas de uma adopção de situações diferentes para cada caso, ditadas pelo interesse do partido do governo e da direita em geral, violando-se assim os mais elementares preceitos democráticos de igualdade e equidade.

Aquilo que o PSD pretende fazer é estabelecer, pela divisão eleitoral do país, este princípio monstruoso: que um voto de direita vale mais do que um voto de esquerda, que o eleitorado de direita tem à partida possibilidade de eleger mais deputados do que o eleitorado de esquerda.

É uma efectiva retirada de direitos democráticos aos cidadãos. É a limitação efectiva da capacidade de escolha e de opção política do eleitorado tornando ineficazes as escolhas que ele entenda fazer fora do quadro estrito dos partidos de maiores dimensões em função dos quais se traçaria o mapa eleitoral.

É, mediante a legislação, rasgar na prática os votos de milhares e milhares de eleitores, torná-los inúteis e assim comprometer o próprio empenhamento e a própria participação dos cidadãos no funcionamento da democracia.

As forças democráticas e o próprio CDS condenaram já unanimemente o projecto PSD. O próprio PS, cuja concordância seria indispensável para a concretização deste verdadeiro golpe de estado contra o regime democrático, afirmou a sua recusa em pactuar com a manobra, apesar de se pretender para ela aliciá-lo mediante a tendência bipolarizadora nela contida.

Mas não pode passar sem referência o clima de tranquilidade, de fria «objectividade» que tem caracterizado a Comunicação Social face ao problema.

Ao lerem-se os jornais e as suas descrições sobre o que significa, o que se pretende com esta operação do PSD, fica-se com a ideia de que nos encontramos perante uma inócua iniciativa política, uma acção que de todo em todo cabe na mais pura visão da democracia e do seu funcionamento! Os «campeões da democracia» que se desdobram em colunas e colunas de reflexões, críticas e conselhos sobre as eleições na Bulgária, o sistema eleitoral na Nicarágua ou a preparação do XIII Congresso do PCP encaram como banal o gigantesco atropelo às mais elementares normas democráticas contido numa desesperada manobra dum PSD a braços com uma crescente avalanche de problemas.

O director do «Público» chega ao dispatório de criticar o PS por não aceitar conluar-se com o PSD na concretização da operação! É uma luz brilhante derramada sobre as suas profissões de fé democráticas.

Mais do que palavras, todos o sabem, a democracia é acima de tudo actos. Mas raramente, no curto período de alguns dias da vida política de um país se pode com tanta clareza verificar quem, em actos e palavras, está com a democracia e as liberdades ou está contra elas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa, CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa, CODEX, Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA, Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa, Capital social: 15 000 000\$00, CRC matricula: 47059, NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa, Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA: Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova, 2700 Amadora, Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º, Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto, Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra, Tel. 28394

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27, Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Abril: 20 800 exemplares

PSD arreperia caminho na transparência para satisfazer pressões da clientela

Aprovado há cinco meses por unanimidade na Assembleia da República, a Lei que define as incompatibilidades de cargos políticos e altos cargos públicos não vai poder preencher cabalmente o papel moralizador da vida pública que o legislador lhe quis conferir.

Isto porque, no momento em que o novo quadro legal estava pronto para entrar efectivamente em vigor, depois de três longos meses a aguardar por publicação no «Diário da República», o PSD recua subitamente, apresentando um novo projecto de lei, mais limitativo, que altera substancialmente o articulado do diploma anterior.

Das verdadeiras razões para este estranho arrependimento, no debate realizado no final da passada semana, pouco se soube pela voz dos próprios. Numa posição naturalmente embaraçosa, optaram por as tentar camuflar, invocando para o efeito alegados ajustamentos e correc-

ções formais. Leonor Beleza chegou mesmo a dizer que «não há alterações à lei, mas sim clarificações».

Outro foi, porém, o entendimento dos partidos da oposição, designadamente do PCP e do PS, de quem vieram severas críticas a este «golpe de rins» da maioria que mais

não é do que a confissão pública da sua cedência a pressões de interesses instalados.

A não ser assim, a não ser para dar satisfação a pressões da sua clientela laranja, para utilizar a expressão da deputada comunista Odete Santos, difícil se torna compreender, com efeito, quais as razões que levaram a uma alteração tão profunda de um quadro legal que, no momento da sua aprovação, foi por todos considerado como «claro, equilibrado e justo» na definição das incompatibilidades dos titulares dos cargos políticos e altos cargos públicos.

Daí que esta regressão, na perspectiva da bancada comunista, seja não apenas uma leviandade da maioria

(por decidir revogar regras consagradas em lei ainda antes de ensaiadas), como ainda uma demonstração da sua irresponsabilidade, patenteada na criação de discrepâncias e diferenças de regime, apenas porque ao interesse público de transparência, isenção e rigor, como assinalou Odete Santos, «se sobrepujaram interesses particulares poderosos».

Em nome da bancada socialista, Alberto Martins, por seu turno, acusou o PSD de escancarar as portas «ao fácil tráfego de influências e de circulação entre o interesse público e os mais diversos interesses privados», acentuando que uma vez mais a «proclamação da transparência, da isenção e da imparcialidade no exercício dos cargos e das funções cedeu ao interesse mezinho do lugar adquirido, da benesse, da acumulação de privilégios, do salve-se quem puder, das pequenas soluções institucionais de compadrio».

O facto de estar em curso o prazo de 60 dias para o depósito na Procuradoria Geral da República por parte dos titulares dos cargos políticos e altos cargos públicos da declaração de inexistência de incompatibilidade ou impedimento, explica, entretanto, como observou Odete Santos, a pressa evidenciada pelo PSD na aprovação deste diploma, deste modo procurando sossegar, antes de expirar o prazo, «os directores gerais e outro pessoal agraciado com a insígnia laranja».

Nota do PCP sobre o anúncio de alterações à lei eleitoral

1. O anúncio pelo Primeiro-Ministro do propósito de alteração profunda da composição e sistema de eleição da Assembleia da República é um facto inquietante e grave, que — caso fosse concretizado — afectaria a democraticidade do sistema político e o carácter justo e genuíno da conversão de votos em mandatos.

Tal posição confirma não só as concepções fortemente distorcidas e limitadas da democracia do Governo e do PSD como ilustra a tentativa de enfrentar a perda acentuada de apoio político e social e a perspectiva de perda do poder através de operações de grosseira engenharia eleitoral.

2. Com efeito, para além da redução do número de deputados de 250 para 230, o Primeiro-Ministro preconiza a manipulação de círculos eleitorais através da substituição da actual divisão (baseada nos distritos e regiões autónomas) por uma divisão artificial, ao sabor dos interesses do seu partido.

3. O PCP, ao mesmo tempo que repudia o anúncio desta operação, apela para que todas as entidades que serão chamadas a intervir neste processo orientem as suas posições por critérios de democraticidade e fidelidade da composição da Assembleia da República ao voto dos cidadãos e não por cálculos eleitoralistas estreitos e pela tentativa de favorecer a bipolarização partidária através de operações de manipulação do sistema eleitoral.

Caberá ao PS especial responsabilidade pelo facto de, tendo já aprovado com o PSD uma redução do número de deputados na última revisão constitucional, ser essencial para viabilizar a alteração de círculos eleitorais. Com efeito, só com a maioria de dois terços de deputados poderá verificar-se a mudança do regime que define os círculos eleitorais e a repartição dos deputados por cada círculo.

O PS assumirá uma grave responsabilidade caso faça prevalecer os seus interesses estreitos de curto prazo sobre os princípios e a fidelidade aos fundamentos do regime democrático.

4. O PCP denuncia a argumentação que pretende fazer passar posições baseadas exclusivamente em interesses partidários mesquinhos por preocupações com o regime democrático. Com efeito, a «aproximação dos deputados aos eleitores» e a «eficácia do funcionamento da Assembleia» consegue-se pela orientação, posições e actuação concreta de cada deputado e não por operações como a que agora é anunciada, que só visam favorecer processos de bipolarização, bloqueamento da criação de alternativas políticas, governamentalização do regime e empobrecimento e restrição da democraticidade do debate político.

5. O PCP apela ao empenhamento de todos os democratas no combate à presente tentativa de manipular os círculos e a legislação eleitoral, que, no caso de se concretizar, acentuaria o processo de degradação da democracia política da responsabilidade do Governo e do PSD.

4 de Maio de 1990

O Executivo da
Comissão Política do CC do PCP

As razões do arrependimento

As alterações introduzidas pelo PSD ao quadro legal aprovado por unanimidade há cinco meses na Assembleia da República valem como o melhor desmentido aos argumentos por ele próprio aduzidos quanto ao carácter superficial e meramente formal das mesmas.

A verdade é que longe de ser o resultado de meros ajustamentos e correcções, como pretenderam fazer crer os deputados da maioria, o texto da nova lei vem limitar claramente as incompatibilidades, facto interpretado como uma cedência a pressões da sua clientela política.

A deputada comunista Odete Santos provou-o no decorrer do debate, citando alguns exemplos concretos que confirmam a acusação de que o projecto é limitativo. Vejamos como:

— Exclui das incompatibilidades os gestores públicos que não exerçam funções executivas;

— Exclui o pessoal dos gabinetes ministeriais (e são cerca de 200);

— Alarga as excepções, tornando possível o exercício a título oneroso de funções docentes e de funções de investigação científica ou similares, a qualquer titular de cargo político ou de alto cargo público;

— Permite o exercício de funções incompatíveis até ao final do actual mandato aos presidentes de instituto público autónomo, aos gestores eleitos que exercem funções executivas e aos directores gerais, assim alargando as pessoas abrangidas pelo regime transitório fixado no artigo 10.º da lei.

Freguesias: dignificação bloqueada

O Grupo Parlamentar do PSD inviabilizou terça-feira duas iniciativas legislativas da autoria do PCP e do PS que definiam o elenco de competências próprias das freguesias, com este gesto protelando decisões fundamentais para a dignificação e o fortalecimento do Poder Local.

Gorados foram assim as expectativas de milhares de eleitos que ainda no passado fim-de-semana, em Braga, no decorrer do 11.º Congresso da ANAFRE (Associação Nacional das Freguesias), reafirmavam a importância do reforço da capacidade financeira e administrativa das freguesias bem como a dignificação do seu papel e das condições de exercício do mandato dos respectivos eleitos como «condições indispensáveis à satisfação dos interesses das populações que representam».

Pressupostos que constituíram justamente o ponto de partida que levou à elaboração do projecto apresentado pela bancada comunista.

Alvo das atenções do plenário na sessão de terça-feira foi ainda a proposta de uma nova lei eleitoral recentemente apresentada por Cavaco Silva (ver nesta página nota da Comissão Política do CC do PCP). Reagindo a este documento que considerou como uma «operação de conteúdo e objectivo antidemocrático», o Grupo Parlamentar comunista, pela voz do deputado João Amaral, sublinhou que ele visa «aumentar artificialmente o número de deputados do PSD» e «varrer da Assembleia da República o pelo menos diminuir drasticamente as representações dos partidos minoritários».

Depois de assinalar que a proposta visa também conseguir que ao segundo «pólo» da bipolarização, no caso o PS, fique garantido o lugar eterno de maior partido da oposição, João Amaral salientou que em causa fica ainda a representação eleitoral, uma vez que do conteúdo das palavras de Cavaco Silva resulta ainda um afastamento da composição da Assembleia da vontade real dos eleitores.

Poemas
da Prisão

TORRE CINZENTA José Magro

edições
Avante!
Colecção Resistência



«Bluff»

As fantasias do *Expresso*, se já não surpreendem, têm pelo menos a vantagem de prestar um valioso contributo a uma cada vez maior compreensão da filosofia do jornal e pôr em guarda incautos ainda atraídos pela tal «verdade» que por lá vai escasseando.

Atente-se, por exemplo, no editorial da passada semana, que J.A.S. baptizou de «as fantasias de Torres Couto».

A propósito das declarações de T.C. sobre a unidade das duas centrais sindicais, o editoralista investe contra a debilidade da opinião pública portuguesa, a cuja, no seu entender caiu na esparrela de acreditar na sinceridade do líder da UGT.

Após garantir que a referida proposta não passava de «bluff» e de manobra sensacionalista do autor, J.A.S. avança a sua abalizada opinião de que «uma opinião pública consistente não teria atribuído grande importância às afirmações do secretário-geral da União dos Trabalhadores» (sic). O «G» da central perdeu-se nos labirínticos meandros da escrita, mais preocupada com outras coisas.

Como por exemplo com a afirmação de que os trabalhadores portugueses não necessitam para nada da unidade das centrais, já que separadas sempre se podem pontualmente unir e unidas não podem garantir a diversidade. Basta olhar para a composição das centrais sindicais em causa para perceber a profundidade do raciocínio de J.A.S. e exercitar a capacidade de espanto.

Mas o melhor de tudo é o final do editorial que não resistimos a citar: «num país com uma opinião pública forte, e crítica, as afirmações de Torres Couto, para além de serem remetidas às suas devidas proporções, corriam o risco de cobrir de ridículo o seu autor. Em Portugal, foram vistas como uma ideia luminosa e serviram para projectar quem as proferiu. O que mostra que Torres Couto sabe em que país vive e o que deve fazer para se promover».

Lapidar.
Com um pequeno e único reparo: mas afinal quem é essa tal de «opinião pública» de que fala J.A.S.? Quem «promove» os senhores Coutos deste país? Quem transforma em «factos sociais» afirmações sensacionalistas?

Quem inventa «factos políticos» e os divulga a eito em letra de forma?

Quem fala em nome da «opinião pública» sem mandato de porta-voz e cozinha opiniões com ligeiras de mestres Silvas?

Quem transforma em ideias luminosas os dislates de quantos «comentaristas» encartados se prestam às manobras de desinformação?

Basta acompanhar minimamente o jornal que J.A.S. dirige para descobrir que a resposta passa por ali. A menos que J.A.S. desconheça o papel fundamental que a imprensa desempenha na formação da opinião pública, o que seria inadmissível, ou tenha o mau hábito de não ler o seu próprio jornal, o que seria imperdoável, alguma coisa está mal no editorial em causa.

Pode ser a fórmula encontrada para chamar nomes ao T.C., de resto presença assídua nas páginas do semanário;

Pode ser a forma embrulhada de manifestar o desacordo com a perspectiva de unificação das duas centrais sindicais pelo que representa de potencial aumento da força dos trabalhadores;

Pode ser tão só o modo encapotado de exprimir a preferência pela divisão, disfarçada embora de diversidade, na primária convicção de que unidade significa uniformidade;

Pode ser a pretensão de atribuir aos outros as próprias opiniões;

Ou pode ser afinal que a «opinião pública» de J.A.S. não passe de um «bluff».

Talvez a tal capacidade crítica dita inexistente só o seja porque não é vista nem achada em certos jornais tão ocupados em falar dela que se esquecem de a consultar;

Talvez a tal debilidade não seja da opinião pública mas de certos editorialistas;

Talvez Torres Couto saiba antes do mais a que imprensa pode recorrer para se promover, mesmo quando, pontualmente, não lhe cai nas graças.

Já agora, para ficar com uma noção mais completa das medidas por que se pauta o semanário que J.A.S. dirige, registre-se a abordagem feita no mesmo número à problemática da bipolarização à qual, diz-se textualmente, é favorável «a maioria dos dirigentes» do PS. Ora como só se dá conta da opinião de sete dirigentes do dito partido, das duas uma: ou a direcção do PS encolheu ou o semanário em causa continua a fazer «bluff».

■ A.F.

Assembleia da República

Área Metropolitana de Lisboa

Pôr ordem na desordem instalada

São vários os factores que concorrem para que se viva mal na área da Grande Lisboa e que estão na origem da crescente degradação da qualidade de vida da grande maioria da sua população. O problema da habitação e o caos instalado nos transportes, com bloqueios diários de toda a ordem, estão seguramente entre aqueles que não escapam ao mais desprevenido cidadão.

Numa das sessões plenárias da passada semana, tendo como ponto de partida a questão do atravessamento da Ponte 25 de Abril, sobre estes e outros problemas centraram os deputados a sua atenção, num debate onde acabaram por vir ao de cima as responsabilidades da Administração Central por um sem número de problemas que colocam na ordem do dia a necessidade de pôr ordem na desordem instalada.

Ordenamento sem o qual não é possível viabilizar as respostas que permitam ultrapassar os problemas centrais que hoje se colocam no território da Área Metropolitana, como sejam os dos recursos hídricos ou do ambiente, da rede viária regional ou dos transportes.

Respostas estas que na perspectiva da bancada comunista passam pela criação de uma nova autarquia — a autarquia «Área Metropolitana de Lisboa», prevista aliás num projecto por si recentemente apresentado —, vocacionada fundamentalmente para funções de planeamento, coordenação e apoio, para o estudo técnico e para o apoio à gestão.

Só deste modo, como assinalou no debate o deputado comunista João Amaral, será possível resolver os problemas de coordenação dos vários agentes, pondo cobro à descoordenação das intervenções dos vários departamentos da Administração Central e empresas públicas, preenchendo simultaneamente a ausência de planeamen-

to e ordenamento a nível da Grande Lisboa.

Consensual no decorrer do debate acabou por se revelar, entretanto, a abertura de uma quinta via no tabuleiro da Ponte 25 de Abril, solução encarada como sendo mais vantajosa do que o alargamento do mesmo para seis faixas, como preconizava o anterior ministro dos Transportes e Obras Públicas, contra a opinião da quase totalidade dos especialistas nesta matéria.

Considerando a questão da travessia do Tejo como o principal problema de transporte de âmbito regional — directamente decorrente da verdadeira questão de fundo que é a do desequilíbrio existente entre o local de emprego e a residência que afecta grande parte dos cerca de 2,5 milhões de habitantes da Área Metropolitana —, José Manuel Maia, por sua vez, defendeu como prioridade para a sua resolução a construção do tabuleiro inferior da Ponte com vista a instalar um transporte rápido e de massas, sobre carril, com função

suburbana. Simultaneamente, de acordo com opinião expressa pelo deputado comunista, o PCP advoga a construção de um novo atravessamento do Tejo partindo do vértice da CRIL ou do vértice da CREL (Sacavém ou Alverca) com ligação a Alcochete-Montijo destinado a funções rodoviárias e ferroviárias regionais e ferroviária nacional e internacional.

A melhoria das infra-estruturas e a expansão dos serviços de transporte fluvial no Tejo, nomeadamente com a criação de novas carreiras e a melhoria das existentes, constitui outra das soluções e a melhoria das existentes, constitui outra das soluções apontada pelos parlamentares comunistas que defendem ainda medidas incentivadoras do uso do transporte colectivo tais como a melhoria dos níveis de oferta com um mínimo de qualidade, uma política tarifária justa e alargada, e parques de estacionamento, em número suficiente, designadamente nos acessos aos meios de grande capacidade.

Serviço Militar Obrigatório

PCP defende redução e melhores condições de prestação

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de Resolução onde recomenda ao Governo que os estudos sobre a redução do Serviço Militar Obrigatório (SMO) sejam acompanhados pelas organizações da juventude, às quais deve ser facultada toda a informação que lhes permita intervir nesse processo de forma útil e esclarecida.

Possibilitar a participação activa das organizações juvenis numa matéria que lhes diz directamente respeito, afigura-se assim como uma questão central para os parlamentares comunistas de quem se conhece uma posição de ine-

quívoco apoio à redução do tempo de prestação do Serviço Militar Obrigatório.

Uma redução que entendem deve ser tornada em breve uma realidade e que na sua perspectiva deve também ser acompanhada da necessária reestruturação das condições de prestação que salvaguarde o «seu sentido útil e os direitos dos jovens que o cumprem».

Isto mesmo salientaram em conferência de imprensa os deputados da Juventude no Grupo Parlamentar do PCP, António Filipe e Paula Coelho, pondo simultaneamente em relevo outros aspectos relacionados com as

condições concretas em que o SMO é prestado, os quais, a seu ver, carecem de ser reapeceados.

Estão neste caso, observaram, o montante do pré, a regionalização das colocações, a segurança na instrução, os direitos de participação democrática dos jovens do SMO e a sua valorização profissional.

Aspectos estes que na sua globalidade, recorde-se, estão contemplados num projecto-de-lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP na presente Legislatura, nele se consagrando direitos materiais dos jovens a par de outras soluções como sejam o possibilitar a opção da idade de incorporação, a melhoria do sistema de equivalência

em relação aos cursos ministrados nas Forças Armadas, a garantia do recurso da decisão sobre o amparo, a instituição de um sistema de colaboração e participação e de mecanismos para segurança da instrução.

Na sequência das decisões adoptadas no seu III Congresso, foi ainda anunciado pelos jovens deputados comunistas, a JCP levará entretanto a cabo nos próximos tempos um conjunto de iniciativas de reflexão e debate sobre o Serviço Militar Obrigatório, nelas se prevenindo não apenas uma abordagem quanto à sua redução mas também sobre o melhoramento das já referidas condições efectivas em que ele está a ser prestado.



Os deputados António Filipe e Paula Coelho no encontro com os jornalistas

Aniversário do «Pravda»

A fim de participarem nas comemorações do aniversário do «Pravda», deslocaram-se a Moscovo os nossos camaradas António Dias Lourenço, Director do «Avante!» e membro do Comité Central do PCP, e Henrique Custódio, redactor do nosso jornal.

Sérgio Ribeiro na Covilhã

A situação da indústria dos têxteis e lanifícios e o plano de reestruturação do sector no quadro do termo do acordo multifibras constituíram duas das questões em análise na visita de trabalho que o deputado comunista Sérgio Ribeiro efectuou recentemente à Covilhã.

O deputado do PCP participou em encontros com a Associação de Comerciantes e Industriais, com a Associação Nacional de Indústrias de Lanifícios (ANIL) e com delegados sindicais de empresas em dificuldades, CIL, Gitextil, Lanofabril e José Henriques da Fonseca.

Na sequência dos contactos foi acordada a necessidade de serem levadas a efeito iniciativas ao nível da Assembleia da República e de outras instituições tendo em vista a criação de meios que permitam ultrapassar a actual situação.

Resolução do Comité Central sobre a organização do trabalho de Direcção Central

O Comité Central do PCP, que se reuniu em plenário na passada segunda-feira, aprovou uma resolução sobre a organização do trabalho de Direcção. É esse documento que hoje publicamos na íntegra e que, nas suas linhas gerais, o secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, mencionou à comunicação social, em conferência de imprensa realizada durante um intervalo da reunião do Comité Central.

Numa situação difícil, tendo que enfrentar uma ofensiva anti-comunista ainda mais complexa que anteriormente, o trabalho de Direcção do Partido continuou a assegurar respostas firmes e coerentes e uma intervenção dinâmica na vida política e social do País.

Entretanto, subsistem importantes deficiências do trabalho de Direcção do Partido assinaladas pelo XII Congresso, nomeadamente atrasos na análise e na resposta a novas situações e problemas nacionais e internacionais, insuficiências na iniciativa política e formas insatisfatórias de comunicação da orientação e das propostas do Partido à opinião pública.

É necessário reconhecer que não foram concretizados alguns objectivos que haviam sido definidos como prioritários para o reforço do trabalho de Direcção, que não corresponderam às expectativas algumas das medidas aplicadas e que persistem algumas das insuficiências que o XII Congresso assinalou.

Procurando encontrar soluções que possam constituir um reforço efectivo do trabalho de Direcção do Partido, através de alterações adequadas na sua estrutura orgânica, do aprofundamento da renovação na composição dos seus órgãos e da introdução de melhoramentos nos apoios e métodos do seu funcionamento, o CC decide tomar a seguinte resolução:

Considerando que continuam a revelar-se insuficiências no trabalho de direcção do Partido, apesar de os resultados positivos resultantes da aplicação de algumas das medidas adoptadas pelo XII Congresso;

Considerando que se impõe preservar e aprofundar a natureza do trabalho colectivo dos organismos executivos e a sua estreita ligação às organizações e sectores fundamentais da actividade do Partido, no quadro de uma ampla descentralização de responsabilidade;

Considerando que continuam a verificar-se insuficiências no aprofundamento de certas questões e na dinamização da actividade do Partido;

Considerando que, pela importância do cargo e pela idade avançada do secretário-geral, importa perspectivar uma solução para o futuro;

O Comité Central, no âmbito das competências estatutárias, estabelecidas pelo artigo 34.º, n.º 5, decide:

a) Reestruturar os organismos de Direcção Central e criar um novo organismo executivo, designado Comissão Executiva Nacional, ao qual deverá caber a responsabilidade de assegurar superiormente a direcção de organizações regionais e importantes sectores da actividade partidária, de modo a tornar possível, quer o reforço deste trabalho de direcção, quer a criação de melhores condições à Comissão Política para o aprofundamento das grandes questões nacionais e internacionais e para a dinamização do trabalho político geral do Partido.

b) Criar o cargo de secretário(s)-geral(ais) adjunto(s), fixando simultaneamente as suas atribuições.

c) Recomendar aos organismos executivos que procedam com urgência a uma análise do funcionamento das comissões junto do CC, grupos de estudo, gabinetes e outras estruturas de apoio ao trabalho de Direcção Central do Partido, com vistas à elaboração de um projecto de reestruturação para ser discutido e aprovado ulteriormente pelo CC e que deverá ter como principal linha orientadora a definição de grandes áreas prioritárias abarcando várias das estruturas actualmente existentes.

O Comité Central adopta igualmente o seguinte conjunto de normas relativas ao seu funcionamento, bem como ao dos seus órgãos executivos.

Comité Central

1. De acordo com os Estatutos, o Comité Central dirige toda a actividade do Partido no intervalo dos Congressos, assumindo a responsabilidade de traçar, de acordo com a orientação e resolução do Congresso, a orientação superior de todo o trabalho político, ideológico e de organização do Partido.

2. O CC realiza as suas reuniões com intervalos quanto possível regulares não superiores em regra a 4 meses.

3. Além das reuniões normais, o CC poderá realizar outras reuniões plenárias sempre que a situação exija decisões de importância excepcional ou que modifiquem a orientação anteriormente traçada.

4. Os organismos executivos deverão tomar medidas que permitam uma melhor preparação das reuniões do Comité Central.

5. As reuniões ordinárias do CC serão convocadas por qualquer dos organismos executivos. As reuniões extraordinárias podem ser convocadas por qualquer organismo executivo ou por proposta de um mínimo de um terço de membros efectivos. No plano técnico a convocação cabe ao Secretariado que a deverá acompanhar da informação da Ordem de Trabalhos.

6. O CC examinará os problemas sobre os quais entenda dever pronunciar-se tomando resoluções correspondentes.

7. O CC deverá ser informado regularmente da actividade desenvolvida pelos organismos executivos.

8. Os organismos executivos do CC devem chamar de forma crescente membros do CC à participação em trabalhos de responsabilidade de direcção central.

9. O CC pode chamar a participar, sem direito a voto, membros do Partido que não são membros do CC em pontos da ordem de trabalhos das suas reuniões para o exame dos quais o CC considere útil tal participação.

Organismos executivos do Comité Central

Geral

1. O Comité Central elege de entre os seus membros os organismos executivos — Comissão Política, Secretariado, Comissão Executiva Nacional e Comissão Central de Controlo e Quadros — e pode em qualquer momento, por maioria simples, proceder a nova eleição ou alterar a sua composição.

2. O Comité Central elege de entre os seus membros efectivos o Secretário-Geral e o(s) Secretário(s)-Geral(ais) Adjunto(s).

3. A eleição do Secretário-Geral, bem como do(s) Secretário(s)-Geral(ais) Adjunto(s) exige o voto favorável de dois terços dos membros efectivos do Comité Central.

4. Os organismos executivos do CC, o Secretário-Geral, assim como o(s) Secretário(s)-Geral(ais) Adjunto(s), respondem pela sua actividade perante o CC.

5. Qualquer dos organismos executivos do CC pode, no âmbito das suas competências, submeter propostas e decisões à apreciação do CC.

1. Comissão Política

1. No intervalo das reuniões do Comité Central, a Comissão Política é responsável pela orientação e direcção políticas do Partido bem como pela definição da política internacional do Partido, tomando as decisões correspondentes. É igualmente responsável pelo trabalho ideológico e pela direcção política da imprensa do Partido e da informação e propaganda.

2. A Comissão Política e ao Secretariado cabe apresentar à Comissão Executiva Nacional orientações e propostas de medidas com vista à aplicação a nível nacional das decisões tomadas pela Comissão Política e pelo Secretariado na esfera das respectivas competências.

3. A Comissão Política cabe tomar as medidas para o aprofundamento e análise das grandes questões nacionais e internacionais e dinamizar a iniciativa política do Partido.

2. Secretariado

1. O Secretariado do CC aplica a orientação geral traçada pelo CC e pela Comissão Política.

2. O Secretariado do CC:

a) orienta e dirige o trabalho executivo e técnico do quotidiano;

b) é responsável directo em ligação com a Comissão Política, a Comissão Executiva Nacional e a Comissão Central de Controlo e Quadros pela formação e promoção de quadros e pela distribuição de quadros e recursos;

c) é responsável pela organização, as relações internacionais, a política financeira e a segurança;

d) é responsável, em ligação com a Comissão Política, pelas relações com outros partidos políticos;

e) assegura, em ligação com a Comissão Política, a Comissão Executiva Nacional e a Comissão Central de Controlo e Quadros, a formação e composição da estrutura de Comissões de apoio definida pelo Comité Central.

3. O Secretariado do CC, a título excepcional e quando se torne necessário tomar decisões urgentes, que exijam a aprovação do CC, poderá proceder à consulta individual dos membros do CC. Em tal circunstância, o Secretariado deve dar conhecimento do apuramento feito na primeira reunião plenária do CC que se realize posteriormente.



3. Comissão Executiva Nacional

1. A Comissão Executiva Nacional, de acordo com as orientações traçadas pelo Comité Central e os outros organismos executivos (Comissão Política, Secretariado e Comissão Central de Controlo e Quadros), na esfera das respectivas competências, assegura a direcção de organizações regionais e frentes de trabalho e da sua actividade e iniciativa política tomando para o efeito as decisões necessárias, sem prejuízo da competência dos respectivos organismos de direcção no quadro de uma ampla descentralização e iniciativa.

2. A Comissão Executiva Nacional contribui com as suas propostas, opiniões, experiências e informações, para a elaboração da orientação política do Partido e das decisões políticas dos outros organismos executivos.

3. A Comissão Executiva Nacional eleita pelo Comité Central deverá incluir responsáveis pelas organizações regionais e principais frentes de trabalho além de membros da Comissão Política, do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros.

4. Em conformidade com o ponto anterior, o facto de um dos membros da Comissão Executiva Nacional deixar de ser responsável por uma organização ou sector de trabalho, ou ser substituído nos outros organismos executivos, pode justificar só por si a sua substituição na Comissão Executiva Nacional. As substituições para este efeito poderão efectuar-se por cooptação sempre sujeita a ratificação pelo Comité Central.

4. Comissão Central de Controlo e Quadros

1. A Comissão Central de Controlo e Quadros tem como responsabilidade o acompanhamento da formação, evolução e promoção de quadros, o tratamento das questões de quadros, a intervenção como instância de recurso em questões disciplinares. Desempenha as funções de controlo da legalidade partidária, zelando pelo cumprimento dos Estatutos. Administra o património do Partido e exerce o controlo financeiro.

5. Secretário-Geral

1. O Secretário-Geral tem particular responsabilidade, no quadro da direcção colectiva, na elaboração e divulgação da orientação do Partido, no acompanhamento da actividade partidária e nas relações internacionais.

2. No Comité Central, Comissão Política, Secretariado e Comissão Executiva Nacional, o Secretário-Geral está sujeito à regra da maioria como os outros membros desses organismos.

3. Embora se deva sempre procurar uma opinião comum e não recorrer em regra a votações, em caso de votação e de empate, o Secretário-Geral tem a faculdade de usar o voto de desempate.

4. Nenhuma modificação da orientação geral do Partido pode ser tomada na sua ausência salvo extrema urgência ou motivo de força maior.

6. Secretário(s)-Geral(ais) Adjunto(s)

1. O(s) Secretário(s)-Geral(ais) Adjunto(s) tem(têm) a(s) função(ões) de participar com o Secretário-Geral na elaboração e divulgação da orientação do Partido, no acompanhamento da actividade partidária e das relações internacionais e de substituir o Secretário-Geral quando se verificar necessário.

2. O(s) Secretário(s)-Geral(ais) Adjunto(s) deverá(ão) examinar com o Secretário-Geral a sua actividade, nomeadamente quando intervir(em) em sua substituição.

Lisboa, 7 de Maio de 1990

PCP

16 de Junho

Encontro de deputados com o distrito de Coimbra

No próximo dia 16 de Junho ocorrerá um encontro do Grupo Parlamentar do PCP com o distrito de Coimbra. A iniciativa é anunciada pelo Executivo da Comissão Distrital do Partido, que constatou, «através de inúmeros exemplos, o desleixo e a falta de respeito» a que esta região e as suas populações são votadas.

O encontro de Junho surgirá na sequência de anteriores intervenções do deputado

comunista eleito pelo círculo de Coimbra, camarada Vítor Costa.

Para além dum balanço sobre a actividade preparatória do XIII Congresso (Ext.) no distrito, os comunistas de Coimbra sublinham a determinação dos trabalhadores na defesa dos seus direitos e interesses, saudando particularmente as lutas dos motoristas dos SMTUC e dos trabalhadores dos CTT e da

Companhia de Papel do Prado, da Lousã.

«Considera-se inadmissível a acção repressiva da Câmara Municipal da Lousã sobre os pequenos produtores florestais, obrigando-os a pagar multas de 100 contos a propósito da falta de licença na remoção de terras», refere ainda o *teléx* que o Executivo da Distrital de Coimbra do PCP fez chegar aos jornalistas.

Évora

Desemprego atinge mais de 12 000

O Secretariado da Comissão Distrital de Évora do PCP, em recente reunião, considerou aspectos da situação política e social do distrito e analisou os trabalhos preparatórios do XIII Congresso (Ext.), designadamente sobre o intenso, amplo e democrático debate travado em todo o distrito, em torno das Teses do Comité Central.

Os últimos acontecimentos no distrito confirmam a intensificação da ofensiva do Governo PSD contra as conquistas democráticas do povo e dos trabalhadores. A ofensiva contra a Reforma Agrária só nos últimos dias retirou 20 000 hectares e destruiu 4 UCP's/Cooperativas, colocando no desemprego centenas de trabalhadores. O anúncio por parte do Governo da aceleração do processo de

destruição da Reforma Agrária com a projectada liquidação das UCP's/Cooperativas e da entrega aos agrários, ou venda de todas as terras expropriadas, exemplificam o carácter da política governamental, sublinha aquele organismo de direcção do PCP, que acrescenta:

«Resultado desta política do PSD, continua no distrito a existir uma taxa elevada de desemprego (16%), ou seja 12 139 desempregados contra os 7% no País, com um peso predominante nas mulheres e nos jovens. Verifica-se também um aumento da precarização do emprego com todo o tipo de contratos como é o exemplo da Siemens, Lee, Arjal, EDP e outras.

«O Governo e as suas ex-

tensões no distrito (Governo Civil, CCRA) nada fazem de forma séria para inverter aqueles indicadores. Algumas iniciativas que realiza são eleitoralistas, sucessivamente votadas ao fracasso, como é exemplo recente a chamada «Convenção para o Desenvolvimento do Alentejo», realizada em Tróia, a qual confirmou as críticas que lhe haviam sido feitas anteriormente, divulgadas em comunicado da C. Distrital de Évora.

«A «Convenção» acabou por se limitar, no essencial, aos órgãos da Administração Pública e a poucas estruturas empresariais e ao aparecimento de algumas «figuras» do PSD e da CCRA, procurando estas esconder as suas graves responsabilidades no fracasso da política do PSD no Alentejo.»

ATENÇÃO ALENTEJO

A Comissão Executiva da DORA chama a atenção de todos os militantes, simpatizantes e democratas em geral para a necessidade

do seu empenho e contribuição para o êxito da campanha dos 150 mil contos no Alentejo.

Temos 25 mil contos a arranjar o que dá uma média de **mil escudos — 1.000\$00** por cada militante.

É necessário dinamizar a venda dos TÍTULOS de PARTICIPAÇÃO em todas as organizações.

O terreno É NOSSO! É necessário agora contribuir para o seu pagamento.

Com confiança e determinação AVANTE com a Campanha dos 150 Mil Contos!

Alentejo, 2/Maio/90

	ORGANIZAÇÃO	META contos	5%	10%	15%	20%	25%	30%
BEJA	Alentejo	1.400						
	Alentejo	180						
	Alentejo	170						
	Alentejo	100						
	Bera	2.000						
	Castro Verde	240						
	Óbidos	300						
	Ferreira do Alentejo	700						
	Marvão	500						
	Montemor	600						
	Odemira	900						
	Ourique	300						
	Serpa	1.000						
	Vila Viçosa	240						
TOTAL DO DISTRITO	10.000							
ÉVORA	Alentejo	450						
	Alentejo	610						
	Borba	230						
	Estremoz	360						
	Évora	2.245						
	Montemor-o-Novo	2.150						
	Mora	620						
	Montal	160						
	Portel	360						
	Redondo	320						
	Resende Monsaraz	225						
	Vendas Novas	720						
	Viana Alentejo	310						
	Vila Viçosa	360						
TOTAL DO DISTRITO	10.000							
PORTALEGRE	Alentejo	150						
	Alentejo	70						
	Alentejo	1.070						
	Alentejo	1.070						
	Castelo de Viseu	70						
	Crato	110						
	Évora	700						
	Fronteira	130						
	Guarda	60						
	Marvão	20						
	Montemor	60						
	Nisa	220						
	Portel de S. J.	1.070						
	Portalegre	320						
Sousel	280							
TOTAL DO DISTRITO	5.000							
TOTAL DA REGIÃO	25.000							

Madeira



Na Região Autónoma da Madeira, enquanto os deputados aumentam os seus ordenados no maior secretismo, muitas famílias continuam a viver nas más degradantes situações. As «furnas» não são invenção dos comunistas, pois não, sr. Alberto João?

Os secretos aumentos dos deputados...

A aprovação na Assembleia Regional, de forma secreta e clandestina, de novos aumentos e outras remunerações complementares para os deputados, atingindo centenas de contos para cada um, traduz-se num nível de degradação das instituições regionais que não pode passar sem o mais veemente protesto, sublinha uma breve nota da Comissão Executiva da DORAM (Direcção da Organização do PCP).

Através da imprensa os madeirenses tomaram conhecimento de que os deputados da Assembleia Regional, desde Outubro de 1989, estavam a receber aumentos ilegais e que, forçados pela posição do Tribunal de Contas, adoptaram a solução de aprovar um diploma legislativo que pretendiam que permanecesse secreto, re-

feria a DORAM do PCP, que acrescenta:

«Tal secretismo não seria possível sem a total cumplicidade dos deputados do PS, UDP e CDS, que, por umas centenas de contos para os seus bolsos, esqueceram toda a dignidade do parlamento regional.

«A subalternização do papel da Assembleia Regional, as restrições à democracia, a centralização de todo o poder no Governo Regional, saem reforçados com esta posição de todos os deputados da assembleia.

«E não serão posições hipócritas e oportunistas por parte da Comissão Política do PSD e de Alberto João Jardim que poderão vir esconder a forma como os dirigentes do PSD têm enriquecido à custa do Poder.

«É necessário não esquecer que Alberto João Jardim

não se pronunciou contra os próprios aumentos ou a forma como foram aprovados, mas apenas quanto ao momento em que saíram a público.

«O PCP não pode deixar de recordar que esta situação não seria possível se na Assembleia Regional existissem deputados comunistas.

«O PCP, pela voz do seu anterior deputado (infelizmente nem sempre divulgada na Comunicação Social), foi o único partido que na Assembleia Regional denunciou escândalos como os fraudulentos ganhos que os restantes deputados auferiam à custa de viagens inexistentes, e que sempre se bateu por medidas transparentes, claras, justas e adequadas à situação económica do nosso povo no que diz respeito aos vencimentos dos deputados e demais titulares de cargos políticos.»

Distrito de Braga

Mais de meia centena de delegados em Loures

O Executivo da Comissão Distrital de Braga do PCP fez o apuramento de todo o trabalho de preparação do XIII Congresso no distrito. Realizaram-se dezenas de reuniões para apreciação e discussão das Teses do Comité Central e diversas outras iniciativas de esclarecimento e debate nas quais participaram algumas centenas de militantes comunistas, revela aquele organismo de direcção.

Na última semana de Abril, entre os dias 21 e 29, tiveram lugar as assembleias plenárias das organizações do PCP de todos os concelhos do distrito, nas quais se procedeu à apreciação e debate das Teses, para apuramento da opinião colectiva das organizações e eleição dos seus delegados.

Sendo estas reuniões o culminar de todo o processo de debate aberto e franco no interior do Partido, em que nunca se pretendeu silenciar as opiniões diferentes ou divergentes, constituíram um grande motivo de satisfação e prova de uma elevada consciência e unidade interna:

● A concordância generalizada com as Teses, traduzida numa votação expressivamente favorável e sem votos contra;

● A própria expressão das diferenças de opinião foi no essencial integrada nos debates colectivos e inspirada pelo mesmo espírito geral de melhorar e reforçar o Partido;

● A eleição, igualmente com aprovação expressiva, dos delegados, mais de 50, que representarão a organização do PCP no distrito no XIII Congresso.

Confirmou-se, igualmente — refere o Executivo de Braga — no decorrer de todo este debate preparatório, que a consciência das grandes dificuldades e da gravidade das mudanças no campo socialista ou da situação política nacional, não esmorece a grande confiança dos comunistas no futuro, no ideal comunista, e no seu Partido, não diminuiu a sua vontade e empenhamento para o fortalecimento do PCP no distrito, o crescimento da sua influência, o reforço da sua intervenção na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo,

do País, e do regime democrático. São muito importantes e frutuosas para o futuro as conclusões tiradas em numerosas reuniões e debates, no sentido de aumentar a participação dos comunistas na vida e acção partidária, da continuação da discussão aberta e fraterna, do empenhamento de todos e cada um para levar à prática as orientações do Partido e das suas organizações, a participação activa na batalha ideológica dos nossos dias e na luta dos trabalhadores e do povo, salienta ainda o Executivo da Distrital de Braga, que conclui assim:

«O XIII Congresso (Ext.) do PCP, a realizar em 18, 19 e 20 do corrente, em Loures, irá dar respostas adequadas às interrogações e desafios que se colocam aos comunistas e ao povo, às novas realidades e situações e aos anseios dos portugueses, confirmando-se como um partido do nosso tempo, uma força portadora de um projecto de liberdade, progresso, bem-estar e desenvolvimento, correspondente às aspirações nacionais.»

Trabalhadores

Continua a impor-se o recurso à greve

Baixos salários, quebra de direitos, descontentamento na Função Pública continuam a movimentar sindicatos e milhares de trabalhadores

Além das greves registadas ultimamente, entre as quais continua a sobressair pelo seu impacto público a dos maquinistas da CP, sublinhem-se as formas de luta adoptadas, incluindo a paralisação, na Lusailite, nos CTT, nos hospitais dos Açores e na ANA, empresa de abastecimentos à navegação aérea. Os baixos salários, a insegurança do emprego e o futuro das empresas continuam a mobilizar os trabalhadores. Na movimentação sindical continuam a destacar-se várias associações sindicais ligadas ao ensino e aos trabalhadores da função pública em geral.

Neste último grande sector, onde avultam os problemas dos trabalhadores das autarquias locais, creches, jardins de infância e outras entidades dependentes da Segurança Social

(Secretaria de Estado) ou da Saúde e do Ministério da Educação, merecem realce as posições públicas e a adopção de formas de luta por parte da Federação (FNSFP), da Fenprof e do STAL, onde está filiada a maioria dos trabalhadores das autarquias locais.

Semana de luta

Quinta-feira passada iniciou-se uma semana de luta organizada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

Hoje, 10, além de um plenário no ISCTE às 14 horas, em que participam trabalhadores da biblioteca, arquivo e documentação, a FNSFP organiza, no Rossio, uma banca com distribuição de documentos à população.

As acções da semana de luta, iniciadas no passado dia 3, incluíram plenários, concentrações e outras formas de acção em Lisboa, no Porto e Coimbra.

Os sindicatos e a federação sindical do sector continuam a exigir do Governo que negocie a actualização salarial de 12 por cento para 1990, a revalorização de carreiras e outras questões de interesse mais específico para sectores como o do ensino infantil, dos museus e bibliotecas, e dos trabalhadores, designadamente os da carreira administrativa, da Segurança Social.

Ultrapassa os 14 por cento o aumento salarial nos serviços

Segundo a Federação sindical do sector, em 40 convenções revistas este ano, os serviços obtiveram 14,3 por cento de aumento nos salários reais

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (Fepces) revelou esta semana que, «finalmente, foi registado um aumento dos salários contratuais reais». A Fepces refere-se a um conjunto de 40 convenções colectivas que negociou este ano.

O maior aumento verificou-se no sector dos serviços.

Além da média dessas regulamentações revistas, que abrangem «cerca de 500 mil trabalhadores», com um aumento real de 0,8 por cento, a Fepces salienta o que sucedeu nos serviços que, com um aumento de 14,3 por cento, registaram um acréscimo

real de 1,4 por cento em 5 convenções assinadas para perto de 20 mil trabalhadores.

A Fepces sublinha não tanto os valores conseguidos como o facto de se ter «invertido uma tendência» registada há vários anos quanto aos salários reais.

Aumento inferior no retalho

Aquela média percentual foi mais baixa no sector do comércio a retalho. A Fepces acrescenta que, negociados a nível distrital, os contratos dos empregados dos lojistas

(9 convenções para 90 mil trabalhadores) registaram um aumento mais baixo: 13,4 por cento e um aumento real de 0,6 por cento.

Quanto ao comércio grossista, em três convenções negociadas para 4 mil trabalhadores, os salários subiram 13,6 por cento e o aumento real foi de 0,8 por cento.

Na indústria, abrangendo 300 mil trabalhadores divididos por 23 convenções, o aumento foi de 13,5 por cento (0,7 por cento de aumento real), revela ainda a Fepces.

Situação diferente é a que se registava, ainda no fim do mês passado, na distribuição de combustíveis.

A mesma Federação (Fepces) afirmava em 30 de Abril findo que os 16 por cento de aumento inicialmente aceites pela associação Anarec tinham sido recusados pelas empresas distribuidoras — Petrol, Shell e BP.

Entre outras considerações a Fepces acrescentava que «os trabalhadores da distribuição de combustíveis auferem um salário médio de 40 mil escudos mensais» e, não tendo qualquer subsídio —nem sequer o de almoço— «trabalham nas conhecidas condições de insegurança», em muitos casos sujeitos à intempérie, «durante 45 horas por semana ou mais».

Dia da Segurança Social

A propósito do Dia da Segurança Social, a CGTP-IN emitiu um comunicado esclarecedor das principais posições da Central nessa matéria. Transcrevemos na íntegra o documento da Confederação sindical.

«A CGTP-IN considera que a melhor forma de comemorar o Dia da Segurança Social no nosso país é relembrar ao Governo o conjunto de problemas, que neste campo afligem milhões de portugueses, e reclamar dele respostas urgentes às propostas que tem vindo a fazer, designadamente em matéria de pensões e abono de família.

«Para começar, o valor da pensão mínima actualmente em vigor necessita de ser urgentemente revisto para que, passo a passo, se garanta aos reformados um nível de vida minimamente decente.

Além da premente questão do cálculo, a CGTP propõe, nesta data, uma pensão mínima de 20 500 escudos e um aumento do abono de família para 2500 escudos

Nesse sentido, a CGTP-IN reivindica que o seu valor deve passar, no imediato, para 20 500 escudos.

A par disso e tendo em vista o princípio de atribuir pensões mais elevada a quem mais descontou, importa proceder a uma alteração da base de cálculo das pensões acima da mínima. A CGTP-IN propõe que seja alterado o coeficiente de ponderação de 2,2 por cento para 2,3 por cento e que seja considerada a média dos três melhores salários dos últimos cinco anos de descontos. Esta será uma forma segura de conseguir que as pensões se aproximem mais dos salários auferidos pelos trabalhadores à data da reforma.

«A CGTP-IN defende ainda uma nova política em matéria de abono de família, assente sobretudo na subida do seu valor de base para 2500 escudos, na fixação de valores do abono mais elevada para famílias de menores rendimentos, através da introdução de escalões e no alargamento, até aos 16 anos, da idade limite normal para a concessão de abono.

Pedida a inconstitucionalidade do Regulamento

«A CGTP-IN vai solicitar a declaração de inconstitucionalidade do Regulamento das Pensões de Sobrevivência, nos termos do qual os viúvos são excluídos do direito à pensão de sobrevivência.

«A CGTP-IN considera que esta disposição legal é discriminatória, prejudica directamente o homem e, por via disso, todo o agregado familiar; e não tem, hoje, qualquer sentido face à crescente participação da mulher na vida activa.

«Estamos perante uma situação de injustiça, que urge ser sanada, tanto mais que o Tribunal Constitucional já se pronunciou pela inconstitucionalidade de norma idêntica da Lei dos Acidentes Profissionais».

Irregularidades

O inspector-delegado da IGT em Setúbal, dr. João dos Santos Rodrigues, foi acusado pela direcção regional do SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas), naquela cidade, de ter uma «actuação escandalosamente subserviente» pe-

rante a administração da empresa H. R. Teixeira e Ramalho, que «recuou na aplicação do contrato colectivo de trabalho», passando a aplicar «outro menos favorável», por iniciativa daquele inspector, que «aconselhou o patronato nesse sentido».

A direcção do SIESI de Setúbal acusa ainda aquele funcionário de ter provocado com a sua atitude, contrária à do próprio parecer do Inspector-geral, uma «situação de instabilidade e perturbação laboral na empresa».

O dr. João dos Santos Ramalho — acrescenta o

Sindicato — é «sócio de uma firma que mantém intensas relações comerciais com a empresa em questão» e é responsável por «inúmeras irregularidades» na «H. R. Teixeira e Ramalho», designadamente no que respeita à contratação de pessoal a prazo.

Carta à UGT

Quinta-feira passada, no seguimento imediato das comemorações do 1.º de Maio e de um «frente-a-frente» na RTP entre o coordenador da CGTP e o secretário-geral da UGT, a comissão executiva do conselho nacional da CGTP-IN formalizou «a proposta de acção sindical conjunta, divulgada por Manuel Carvalho da Silva», durante o comício na Alameda.

Segundo o departamento de informação da CGTP (DIF), a CGTP propõe à UGT, numa carta, «a realização de acções em unidade, assentes em quatro pontos», que enumera assim:

«1. Acções concertadas e convergentes em torno de questões concretas, ao nível das empresas e sectores de actividade, designadamente no âmbito da negociação colectiva e da efectivação do direito à negociação no quadro das empresas.

«2. Promover, ainda em 1990, uma acção comum, de grande envergadura, pela redução da jornada de trabalho.

«3. Programar acções comuns que visem a concretização do conteúdo dos documentos de política social, assinados pelas duas organizações no Conselho Permanente de Concertação Social, em particular no que se refere à política de rendimentos e às pensões e prestações sociais.

«4. Levar a cabo iniciativas e diligências comuns para pressionar a concretização efectiva do programa de acção para aplicação da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais» (também conhecida por Carta Social Europeia).

Ainda de acordo com o DIF, a direcção da CGTP-IN reafirma, na carta à UGT, o seu «total empenhamento na concretização desses objectivos», pelo que aguarda «com todo o interesse a posição da UGT».

Inquérito dos jornalistas

O Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, efectua o 1º inquérito nacional à classe. Com o apoio de várias instituições, a iniciativa decorre entre 14 e 17 do corrente e tem por fim «obter a caracterização científica de quantos trabalham na comunicação social».

Segundo a direcção do SJ, «os dados que venham a ser recolhidos permitirão, pela primeira vez, não apenas obter o perfil dos profissionais da comunicação social portuguesa, como também adoptar as decisões mais adequadas, com base nos verdadeiros problemas e aspirações dos jornalistas, tendo em conta os seus interesses e os da opinião pública».

O inquérito do SJ conta com a colaboração do departamento de comunicação social do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresa), da Escola Superior de Jornalismo do Porto e tem o apoio da Di-

recção-Geral da Comunicação Social, da AIND (Associação da Imprensa não-Diária), da AID (Associação da Imprensa Diária), do Instituto das Rádios Locais, do Cenjor, CGTP-IN, UGT e ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses).

A iniciativa do Sindicato dos Jornalistas, que se insere num «estudo mais vasto e complexo», foi preparado e será levado a cabo pelo grupo de estudos do Sindicato.

Ainda de acordo com a direcção do SJ, «os dados obtidos ajudarão à realização de um estudo económico-financeiro», que está a ser preparado juntamente com o CI-SEP-Centro de Estudos sobre Economia Portuguesa.

Entretanto, a direcção do SJ tomava posição pública, em conferência de imprensa, contra os processos disciplinares instaurados a jornalistas da RTP, com base em alegada «concorrência» exercida noutros empregos.

Nacional

Freguesias em Congresso

Autarcas de mil e duzentas freguesias participaram no passado fim-de-semana em Braga no 2º Congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) em três dias de debates onde foi unânime a manifestação de urgência em dignificar o papel destas autarquias no contexto do Poder Local. Dignificação a atingir por vias diversas que passam pela consagração de «um dia nacional de luta» onde se vai reivindicar a aplicação das conclusões deste debate: instituição urgente das regiões administrativas, obrigatoriedade de audição e consulta à ANAFRE e às freguesias, reforço da autonomia destas bem como instituição do direito de se associarem, aumento da capacidade financeira, regime de permanência para os autarcas nelas eleitos, aplicação de um programa nacional de construção de sedes, reconhecimento imediato do direito ao tempo de antena para a Associação e revogação da lei da Tutela.

«Em Portugal ainda há freguesias a funcionar em casa do presidente da Junta» foi uma das afirmações proferidas pelo recém-eleito presidente do Conselho Directivo da ANAFRE, Marçal Pina, afirmações a espelhar as dificuldades com que muitas destas autarquias se deparam.

Ter uma palavra a dizer no

que diz respeito à criação ou extinção de municípios e freguesias, novas vilas e cidades bem como no que diz respeito ao processo de regionalização e consequente reestruturação da divisão administrativa do território é uma das exigências destes autarcas, que assim reivindicam a necessidade de reconhecimento da ANAFRE

como parceiro social. Sobre a regionalização, defenderam os congressistas que deverá ser limitado com o máximo rigor, qual as competências futuras das autarquias e as que respeitam ao poder central.

Descentralização

A modificação da lei das finanças locais, com a exigência de fixação imediata em quinze por cento do valor mínimo de participação das freguesias nas receitas correntes das câmaras provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) «sem prejuízo da reconsideração deste valor aquando da aprovação da lei de definição de competências das freguesias» foi uma das decisões tomadas por este congresso, realizado sob a palavra de ordem: «Rumo à Descentralização».

Também a modificação da legislação respeitante às atribuições e competências dos

órgãos autárquicos foi defendida neste congresso, cuja moção de estratégia (a única a ser apresentada) defende igualmente que devem ser atribuídas novas competências a estes órgãos autárquicos, como por exemplo «a reparação e conservação de ruas e caminhos, a recolha e depósitos de lixos urbanos, a conservação da rede de esgotos, a distribuição de água ao domicílio, a criação e conservação de parques e jardins infantis, centros de dia para idosos, licenciamento de certo tipo de obras, a solicitação de expropriações por utilidade pública, a regulamentação do trânsito nas povoações e algumas licenças». Tudo isto só possível com um óbvio reforço dos meios financeiros que agora estão à disposição destas autarquias.

Considerando «imperioso» que a Assembleia da República aprove uma lei que consagre o regime de permanência dos autarcas eleitos para as fregue-

sias, com uma remuneração digna.

ANAFRE na vida do país

O ponto de partida para a institucionalização da ANAFRE na vida político-administrativa portuguesa foi um dos objectivos deste 2º Congresso da ANAFRE, tendo o anterior presidente desta associação, Gonçalo Sapinho, justificado assim a necessidade de apresentação de uma moção de estratégia consensual, moção essa que veio a ser aprovada com menos de uma dezena de abstenções.

O primeiro congresso da ANAFRE fora no Porto, em 1988, tendo desde então desenvolvido um conjunto de acções de sensibilização junto das freguesias de todo o território, no sentido de aumentar o número de associados e a participação dos autarcas.

Uma dessas iniciativas foi a realização de um debate público em Lisboa, sobre o papel das freguesias na administração pública, com a presença de elementos de todos os partidos políticos com assento parlamentar, tendo igualmente elaborado vários pareceres relativos à descentralização e consolidação do Poder Local.

O presidente eleito em Braga do Conselho Directivo da ANAFRE, Marçal Pina, é do PSD e presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e encabeçava uma lista composta por elementos do PSD, PS, PCP e CDS.

Margarida Godinho, do PCP, autarca da assembleia de freguesia do Redondo, foi eleita para a presidência do Conselho Fiscal enquanto António Sequeira da Silva (do PS), da assembleia de freguesia da Costa da Caparica, foi reeleito para a presidência da mesa do congresso.

Campo de Tiro — Câmara desmente «Público»

O cordão humano que ligou no passado dia 22 de Abril as cidades Montijo a Alcochete, em protesto contra a intenção governamental de alargar o Campo de Tiro (CTA) situado nesta última localidade, em plena Reserva Natural do Estuário do Tejo, motivou um tratamento destacado da comunicação social. Tal como o «Avante!» referiu no trabalho sobre o acontecimento, publicado no número de 27 de Abril passado, contrariando toda a restante imprensa, o diário «Público» publicou a 23 de Abril uma reportagem intitulada: «Ambientalistas deixaram PC (quase) sózinhos», minimizando-se a importância da iniciativa. Este o motivo que levou o presidente da Câmara Municipal de Alcochete, Miguel Boieiro, a enviar uma carta a esse jornal, carta essa que publicamos na íntegra:

«Em primeiro lugar, é preciso dizer que esta luta entre os que querem a ampliação do CTA e os que se lhe opõem é um pleito perfeitamente desequilibrado. Dum lado, estão os poderosos, isto é, os que têm o poder de fazer as leis, de as interpretar e de as aplicar; de possuir as armas e de as usar. Do outro lado, estão os que nada mais têm do que a opinião pública para sensibilizar e mobilizar e como creem nas virtualidades da democracia, usam os seus argumentos na esperança de que o bom senso prevaleça e se sobreponha à cegueira belicista. Influenciar nesse sentido os órgãos de decisão, é o seu objectivo».

«Em segundo lugar, convém acentuar que são muito diversificadas as razões e consequentemente, muito vasto o leque dos que se opõem ao CTA. Uns são contra, por motivos ecológicos e ambientalistas, outros por questões de segurança de pessoas e bens, outros por razões exclusivamente económicas, outros por motivações pacifistas, outros por ética, outros ainda para defender os legítimos interesses e aspirações das populações que representam. Desta forma, serão talvez raras as pessoas que, honesta e conscientemente, acham o alargamento do Campo de Tiro uma coisa boa. Mesmo os militares, não o podendo dizer em voz alta pelas razões que conhecemos, dizem-nos à boca pequena que o projecto é uma parvoíce».

«Em terceiro lugar, queremos referir que a «guerra» do CTA só prossegue porque o que está em causa não é uma questão de defesa, mas sim uma questão de negócio egoísta feito nas costas e à margem dos interesses das populações potencialmente mais atingíveis. Os que pretendem o alargamento sabem que praticamente toda a opinião pública está contra eles. Por isso, manobram no secretismo, fogem ao diálogo, procuram apresentar os factos como irremediavelmente consumados e, à sucapa, esforçam-se por arranjar aliados para minarem os caminhos dos diversos grupos e organizações que lutam contra a ampliação do Campo de Tiro».

Fragilizar a luta

«E eis que chegamos ao cerne do problema. Uma das formas de se poder fragilizar a luta que travamos é dividir os seus componentes. E como? Partidarizando essa luta, privilegiando os factores da divisão em prejuízo dos atributos da unidade. Os «falcões» sabem-no. Os representantes de determinados «lobbies» económicos também o sabem».

«Que faz o jornalista do «Público»? Apresenta logo na primeira página o subtítulo «PCP com fraca mobilização contra o campo de tiro de Alcochete». Depois,

a encimar a reportagem, o grande título «Ambientalistas deixaram PC (quase) sózinhos»».

«Não podendo, naturalmente, argumentar a favor do alargamento, o repórter amesquinha a iniciativa, sublinhando, «Cordão humano de Alcochete desfez-se antes de começar» e apresenta duas fotografias escolhidas para acentuar o que escreveu. Não contente com isso, fixa o número de manifestantes em 650. Não iremos aqui bater-nos pela questão do mais um ou do mais dois, porque não é isso que resolve o problema de fundo — o campo de tiro é sentido como mau por (quase) toda a gente. Todavia, sempre diremos que a televisão, o «Diário Popular» falou em milhares, o «Diário de Lisboa» falou em milhares, etc., etc. Apenas Nuno Ferreira contou 650 e vá lá, mais à frente condescendeu e foi até aos 700, arredondando benevolmente a conta».

Europa e tropa preocupam jovens comunistas

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) esteve reunida no passado fim-de-semana destacando, de entre uma vasta actividade, a recente realização da V Conferência Nacional do Ensino Superior, o III Encontro Nacional do Ensino Secundário e o Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas, iniciativas que em nota de imprensa, a direcção dos jovens comunistas considera terem sido «únicas no quadro das organizações políticas juvenis, quer pelo número de jovens envolvidos (mais de 500), quer pela riqueza e vivacidade do debate, quer ainda pelas importantes conclusões e propostas dali saídas».

Salientando também a «forte e criativa participação juvenil» nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, a JCP destaca para os próximos meses a realização das seguintes iniciativas: um seminário sobre os problemas da juventude no quadro da CEE (9 e 10 de Junho) com a participação

de organizações comunistas juvenis de países membros; um conjunto de debates sobre o Serviço Militar Obrigatório (SMO), designadamente sobre a sua duração e condições de prestação; a realização de uma iniciativa conjunta com o PCP sobre política autárquica de juventude (9 de Junho).

circunscreve às ópticas partidárias. Seria amesquinhar e reduzir a magnitude que o problema detém a vários níveis e à escala local, regional, nacional e internacional».

A propósito do «frentismo»

«Lamentavelmente, Vicente Jorge Silva no seu editorial «Causas e pretextos» volta a pôr a tónica na vertente partidária. Começa por falar no «velho frentismo de esquerda encabeçado pelo PCP». Infere-se de que defende outras formas de resolução do problema, uma vez que parece estar de acordo com as razões que nos movem. Defenderá, porventura, que nos deixemos de manifestações e que dialoguemos mais com os órgãos de soberania, que solicitemos audiências aos Srs. Presidente da República, Primeiro-Mi-

nistro, Ministro do Ambiente, Ministro da Defesa? Mas isso já fizemos. O primeiro mandou-nos um seu assessor, o segundo não nos pôde receber por indisponibilidade de agenda, o terceiro recebeu-nos mas declarou-se impotente para resolver tal caso e o quarto nem resposta nos dá».

«Dado que não acreditamos na assepsia da comunicação social, seja-nos permitido colocar duas alternativas muito simples:

1º Se o «Público» está do nosso lado (ainda admitimos), agradecemos o seu conselho leal e franco para podermos actuar melhor na defesa dos nossos objectivos.

2º Se, pelo contrário o «Público» está contra nós (como parece estar), então pedimos frontalidade, pois neste lamentável caso, já lá vão alguns anos, jamais lográmos ver os nossos adversários de frente, cara a cara, olhos nos olhos».

Encontros

Finalmente, a Direcção Nacional da JCP considera «que o movimento de contestação juvenil à política do Governo demonstra bem o choque existente entre esta política e os anseios e aspirações dos jovens, colocando-se assim claramente a necessidade de uma política alternativa, bem expressa na actividade e propostas da JCP», terminando o comunicado com um apelo «a todos os jovens comunistas que se empenhem na dinamização de acções e na intervenção em defesa dos direitos dos jovens» tendo sido decidido que se vão encetar um conjunto de contactos com organizações juvenis democráticas para discussão dos grandes problemas juvenis e o encontrar de pontos comuns na defesa dos interesses da juventude.

Internacional

ÁFRICA DO SUL

O futuro depende da força do ANC

Após três dias de um encontro que justamente se pode considerar histórico, as delegações do governo da África do Sul e do movimento de libertação estabeleceram um acordo que, em si, representa uma importante contribuição para eliminar os vários obstáculos que se colocam para a elaboração de uma nova Constituição.

Não é ainda o fim do «apartheid», mas é uma base de trabalho de que a criteriosa concretização pode levar a uma posterior fase de negociações que conduza à instauração de um sistema democrático na África do Sul. Um sistema em que se deixe de falar em «termos de branco ou negro mas de sul-africano», nas palavras de Nelson Mandela.

Para já, o caminho a percorrer não é de fácil, como o indicam os próprios objectivos propostos no acordo entre Pretória e o ANC.

Ambas as partes se declararam empenhadas em tra-

balhar conjuntamente para acabar com o «clima de violência e de intimidação» e a favor da «estabilidade de um processo de negociações pacífico».

Por outro lado, foi decidida a criação de um «grupo de trabalho» que, até 21 de Maio, deverá definir o que é considerado «crime político». Definição que se integra num conjunto de medidas que deve levar à libertação dos presos políticos e à concessão da imunidade aos exilados. Uma das exigências fundamentais do ANC para a viabilização da via política para a democratização da África do Sul.

O governo de Pretória comprometeu-se a «rever as leis de segurança existentes» e renovou a promessa de «trabalhar para o levantamento do estado de emergência».

Os avanços neste processo têm naturalmente consequências também ao nível das formas de luta do ANC. Um facto assinalado por Mandela ao dizer que «o ANC tenciona, no que se refere à luta armada, examinar a questão seriamente» e tomar «uma decisão apropriada». Quanto a uma eventual levantamento das sanções económicas contra a África do Sul, o ANC declara que «não faria para já quaisquer novos apelos à comunidade internacional para sanções, nem apelaremos ao seu levantamento, porque o «apartheid» ainda não acabou».

Uma outra questão de fundo foi levantada no comício

realizado no estádio de Soccer City, nas imediações do Soweto, para explicar à população negra os termos do acordo alcançado. Trata-se do sistema um homem um voto, que o governo de Pretória pretende torneir, para garantir a preservação de uma situação de privilégio para os brancos.

Para Joe Slovo, secretário-geral do Partido Comunista sul-africano, toda a negociação que não leve à instituição do sufrágio universal directo só poderá conduzir «à paz dos cemitérios». Nas palavras de Mandela, em referência à mesma questão, «qualquer forma de racismo é uma fórmula para o desastre».

De Klerk tem vindo a defender diferentes fórmulas

que garantam na prática direitos especiais para os brancos, o que naturalmente é rejeitado pelo ANC que, entretanto, está de acordo com a instituição de cláusulas constitucionais que defendam os direitos das minorias (a comunidade branca é uma minoria).

Perspectivas, neste quadro? Tudo indica que se caminha para a paz e a institucionalização da democracia, que o mesmo é dizer, para o fim do «apartheid». Apesar de reacções negativas e de possíveis surtos de redobrada violência, em particular da parte de organizações racistas brancas, com a prática própria da extrema-direita.

Parajá é o fim do apartheid que se trata. É isso o fundamental. Em entrevista re-

cente ao diário francês «Libération», Joe Slovo, secretário-geral do Partido Comunista sul-africano, afirma que o socialismo na África do Sul «não está na ordem do dia».

«É necessário redistribuir a riqueza no nosso país — diz. — Mas não haverá política de expropriação sem compensações, mesmo no que diz respeito aos sectores da economia pública que foram entregues a privados».

Para Slovo, o mais importante é que «a classe operária se reforce de forma organizada para não ter de assistir à confiscação dos frutos da liberdade por uma classe exploradora de outra cor». «O futuro depende antes do mais da força do ANC», sublinha.

TURQUIA

Kutlu e Sargin em liberdade

Os dirigentes comunistas turcos Haydar Kutlu e Nihat Sargin, foram libertados a semana passada por ordem do tribunal de segurança do Estado de Ankara, prosseguindo entretanto o seu julgamento.

Kutlu e Sargin, do Partido Comunista Turco Unificado (PCTU), foram presos em Novembro de 1987, quando voluntariamente voltaram ao seu país, por decisão da direcção do PCTU numa acção destinada a impor a legalização da actividade dos comunistas na Turquia, único país da Europa onde são ainda remetidos para a clandestinidade. O processo a que estão sujeitos corre desde 1988.

Os dirigentes comunistas estiveram em greve de fome, entre 6 e 25 de Abril último, pela sua libertação.

Note-se que o tribunal fundamenta a sua decisão nos trabalhos que estariam em curso no conselho de ministros, desde 1988, para modificar os artigos 141, 142 e 163 do código penal. A abolição pura e simples destes artigos é uma exigência comum de toda a oposição turca. É na sua base que são perseguidos, desde 1982, não apenas os comunistas, mas quaisquer democratas, nomeadamente organizações como o Comité Turco para a Paz e muitas outras associações populares.

A decisão do tribunal, de libertar os dirigentes comunistas (que poderão assistir em liberdade às audiências, não estando no entanto autorizados a sair do país), testemunha das contradições que o regime vive actualmente, e de alguma evolução entretanto registada.

Em recente entrevista (anterior à libertação), a «L'Humanité» órgão central do PCF Mehmet Karaca, vice-presidente do Partido Comunista Turco Unificado, deli-

neava nestes termos a evolução da situação na Turquia: «Desde o regresso do exílio dos nossos dois dirigentes, em Novembro de 1987, as coisas evoluíram muito. Falámos nos nossos panfletos e nalguns documentos do partido «de uma certa democratização». Mas estamos muito longe de ter derrubado o muro levantado pelo regime em 12 de Setembro de 1980. De facto, o essencial dos progressos realizados até hoje consiste em que certas questões, que até Novembro de 1987 eram completamente tabu, estão hoje no centro do debate político na Turquia: é o caso da legalização do PCTU e do problema curdo. No que diz respeito ao PCTU, o seu secretário-geral e o seu presidente, Kutlu e Sargin, continuam presos, mas os membros do Bureau Político e do Comité Central desenvolvem abertamente a sua actividade e têm contactos oficiais com os partidos legais representados na Assembleia».

A libertação dos dois dirigentes comunistas surge como uma confirmação do quadro assim esboçado.

Entretanto são muitos e graves os problemas que se vivem no país. Antes do mais no domínio fundamental dos direitos humanos e dos direitos democráticos. Mas também no domínio económico. E com particular acuidade no que se refere à questão curda.

A situação económica do país tem vindo a degradar-se constantemente. As estimativas mais optimistas apontam para mais de 4 milhões de

desempregados e uma inflação da ordem dos 70% ao ano.

Paralelamente, a questão curda adquire nova acuidade. Existe um verdadeiro movimento popular pelo reconhecimento do povo curdo. No passado mês de Março, sucederam-se manifestações e greves por todo o Curdistão, particularmente nas regiões de Diyarbakir e de Mardim, abarcando sectores da população como os artesãos e os comerciantes.

Face ao movimento popular, o governo turco optou por medidas repressivas particularmente graves. Foi instaurado o recolher obrigatório em sete províncias. Intensificaram-se as operações militares. Há centenas de prisões. Foram reforçados os poderes repressivos ao nível de presidentes de municípios, que actualmente podem decidir de exilios forçados, instaurar a censura à imprensa, encerrar jornais e tipografias.

Uma política que no seu conjunto tem vindo a provocar um crescente isolamento do governo e do partido no poder, que tende, de forma crescente, a perder votos. Nas últimas eleições municipais ficou-se pelos 21% dos votos e as sondagens indicam que não representa actualmente mais de 10% do eleitorado. Entretanto mantém três quartos dos lugares na Assembleia e a direcção do Estado.

É neste quadro que a realização de novas eleições, realmente democráticas, se afirma como exigência comum dos partidos de oposição, exigência que pressupõe uma modificação da lei eleitoral, e ainda a abolição dos artigos 141, 142 e 163, obstáculo decisivo a qualquer processo de democratização.

GRÃ-BRETANHA Conservadores perdem votos

As eleições autárquicas realizadas dia 3 na Grã-Bretanha, foram consideradas como um grande teste eleitoral para os conservadores na sequência de generalizadas manifestações de descontentamento com a política social e económica de Thatcher, em particular com a imposição do «pool tax». Os resultados eleitorais indicam uma quebra real na votação nos conservadores.

Os trabalhistas obtiveram um resultado global superior em 11 por cento à soma dos votos do Partido Conservador. Uma diferença percentual que fica aquém das previsões avançadas pelas sondagens, mas que em nada beneficiou os conservadores. Essa diferença de votos foi canalizada para os centristas do Partido Liberal-Democrata.

A vitória dos trabalhistas permite-lhes assumir o controlo de 11 novos conselhos municipais, entre eles o da importante cidade de Bradford, no Norte de Inglaterra, anteriormente de gestão conservadora.

Neste quadro, a vitória dos conservadores em Londres vai naturalmente ser utilizada em termos políticos por Thatcher, nomeadamente no reforço da sua posição — seriamente abalada — dentro do seu próprio partido.

Os resultados eleitorais são entretanto apenas uma medida, com os seus méritos e limitações, a reflectir realidades e tensões no plano social.

E os factos indicam que, neste como noutros planos, a quebra dos conservadores é visível. Foi nas eleições para o Parlamento Europeu, em Junho, que pela primeira vez desde 1979 os conservadores obtiveram menos votos que os trabalhistas. Em 23 de Março, numas eleições parciais em Mid-Staffordshire, zona de tradicional domínio conservador, a candidata trabalhista, Sylvia Heal, obteve uma espectacular vitória com mais de 49% dos votos — mais 24% em relação às eleições de 1987.

De referir que as próximas eleições legislativas deverão realizar-se, o mais tardar, em Junho de 1992.

Os resultados eleitorais reflectem o crescente descontentamento com a evolução económica que vem a afectar, hoje, mesmo camadas da população que anteriormente beneficiaram do «boom» nos níveis de consumo de meados dos anos 80.

A taxa de inflação tem vindo a crescer, podendo atingir os 9% no próximo mês. O défice da balança de pagamentos já o ano passado chegou aos 20 mil milhões de libras, o que corresponde a 5% do produto interno bruto. As taxas de juro atingem hoje os 15%, com sérios reflexos no mercado da habitação e tornando insuportável, para muitas famílias, o pagamento dos empréstimos bancários à habitação.

Um profundo problema estrutural: o sector de produção manufactureira é hoje manifestamente fraco. O fruto de uma política de insuficientes investimentos nos anos 80, e de destruição de grande parte da capacidade industrial, empreendida pelo governo conservador entre 1979 e 1981.

O «poll tax»

O «poll tax» acabou por funcionar como catalizador de todos os descontentamentos.

Se o desmantelamento do sistema de saúde afecta profundamente vastas camadas da população, o «poll tax» representa um grande peso para a generalidade dos tra-

balhadores e, em muitos casos, surge como uma carga completamente incomportável. Que aliás não é possível não sentir como profundamente injusto, na medida em que é igual para todos, quer se trate de um desempregado, quer de um capitalista.

Os reflexos da imposição desta taxa medieval levou mesmo a divisões entre os próprios conservadores. Por todo o país, os eleitos conservadores ao nível das autarquias, manifestaram claramente a sua oposição, como nunca o tinham feito antes.

Para se demarcar da impopularidade da medida adoptada, o governo conservador tem tentado apresentar o problema que o «poll tax» representa, como circunscrito às municipalidades trabalhistas, onde as taxas municipais são em geral mais elevadas.

Demagogia com um carácter particularmente cínico, pois a razão de ser do montante dessas taxas tem a ver com a transferência de responsabilidades, no plano social, para as autarquias, operada pelo governo de Thatcher.

O que se passa é que, nas municipalidades trabalhistas se faz sentir, em geral, uma maior preocupação em manter serviços sociais condignos, nomeadamente nos sectores de educação e saúde.

Tarefa tanto mais premente e difícil, quanto a situação neste plano se tem degradado muito. De referir, por exemplo, que no fim do ano de 1989, contava-se um milhão de pessoas nas listas de espera dos hospitais públicos.

Nos últimos três anos, mais de 60 hospitais encerraram serviços essenciais por falta de verbas.

O governo de Thatcher pretende na prática que tais serviços sejam financiados pelos que menos possibilidades têm, o carácter absurdo desta pretensão pode ser avaliado por um facto simples: calcula-se em cinco milhões o número dos jovens com menos de 24 anos que não têm qualquer possibilidade de pagar a nova taxa imposta por Thatcher.

Internacional

Desarmamento

Contradições no discurso e nos projectos

Foi nestes últimos dias anunciado nos Estados Unidos, pelo presidente George Bush, a decisão de cancelamento dos projectos de modernização dos mísseis nucleares de curto alcance, bem como dos planos de substituição do armamento nuclear na Europa por outro mais potente. O presidente norte-americano afirmou nomeadamente que as transformações na Europa de Leste tornavam «menos necessária a existência de sistemas nucleares de curto alcance». A nova realidade europeia deverá ainda levar a NATO, na opinião de Bush, a iniciar uma nova estratégia para «a transformação da Europa».

Praticamente em simultâneo com o anúncio destas decisões, surgiram entretanto notícias de um outro projecto de modernização de armas nucleares tácticas na Europa. De acordo com tais projectos, pretender-se-ia substituir os mísseis Lance e a artilharia nuclear por mísseis TASM, um novo engenho nuclear táctico lançado de aviões.

A posição dos Estados Unidos mantém assim velhas ambivalências. Condicionada entretanto, de forma inequívoca, por um quadro internacional em que no mínimo o discurso de desanuviamento e desarmamento é obrigatório.

Esta ambivalência afirma-se de forma particularmente clara, por exemplo, no relatório da comissão Trilateral, de Abril de 1989, sobre as relações Este-Oeste.

Começando por afirmar como positivo «o facto de a redução de armamentos se ter tornado tema central do diálogo Este-Oeste», o relatório considera: «O que tornou possível o início das re-

duções foi a vontade afirmada das democracias de se manterem numa posição de dissuasão, eficaz, adequada. O que deverá basear o processo, de redução será a vontade de garantir que, em cada etapa deste processo, a dissuasão seja mantida ou mesmo reforçada».

A verdade é que, a coberto do termo dissuasão, o que se tem afirmado de facto é uma escalada quantitativa e qualitativa na corrida aos armamentos.

E mais ainda, o impulso que desencadeou o actual processo de desarmamento foi de facto a perestroika e a política externa soviética desenvolvida no quadro dos seus princípios. Um dado geralmente reconhecido, mas que naturalmente na NATO se pretende escamotear.

Assim, as declarações do presidente norte-americano, contendo promessas de intenção, de factos positivos, são uma resposta adaptada a tempos que não foram moldados na Casa Branca. As

notícias que simultaneamente surgem de efectiva implementação de novos armamentos contradizem tais declarações (mas não o que tem sido a política da NATO).

Um relatório esclarecedor

Convém entretanto referir também outros elementos, que podem ajudar a melhor captar reais tendências da evolução da realidade mundial actual.

Sem minimizar factos decisivos, pela sua importância — como a cimeira Gorbachov-Bush, no fim deste mês de Maio, ou as transformações no quadro político internacional, que criaram um clima mais propício a realidades, como a do acordo entre o ANC e o governo de Pretória, que cria as premissas para o fim do «apartheid», há por ve-

zes pequenos factos que falam por si.

Referimo-nos, no concreto, à crise que se regista no sector de produção e comercialização de armas.

No passado mês de Março, o Instituto Internacional pela Paz de Estocolmo (Sipri) divulgou um relatório sobre as sociedades produtoras de armamentos do mundo capitalista. A sua classificação por ordem de importância e pertença nacional, não traz qualquer novidade.

As sociedades norte-americanas são as mais numerosas e as que dominam maior espaço no mercado — dois terços do volume global de venda de armas (um facto que importa ter bem em conta quando se avaliam as dificuldades no caminho do desarmamento). Segue-se-lhes as da Grã-Bretanha, da França e da RFA. Os países do Terceiro Mundo detêm parte insignificante da produção de

armamento, mas são os principais clientes das grandes empresas de produção de armas.

O elemento novo, que os autores do relatório assinalam, é a verdadeira crise que o sector armamentista atravessa, crise que expressamente atribuem à diminuição da tensão internacional e ao início do processo de desarmamento. É referida a estagnação ou mesmo quebra nos orçamentos militares.

Entretanto é de referir um outro facto assinalado: modificações tecnológicas importantes, com rápida quebra em sectores tradicionais (nomeadamente no armamento terrestre) e aumentos nos sectores aero-espaciais e electrónico.

Um conjunto de dados que no fundo reforça razões de confiança. Mas também de alerta. Os caminhos do desarmamento são abertos a pulso.



Buchenwald. A libertação foi há 45 anos

O Apelo de Berlim

«Solidariedade e desmilitarização»

Mais de 70 organizações da RDA e da RFA participaram, este ano, nas tradicionais manifestações pacíficas, anualmente realizadas na Páscoa. Pela primeira vez os manifestantes percorreram, conjuntamente, os dois sectores de Berlim. Um outro dado simbólico: as acções pacifistas decorreram poucos dias depois da retirada dos primeiros mísseis norte-americanos Cruise.

Bem diversos são hoje os tempos, dessa primeira metade dos anos 80, em que um poderoso movimento pacifista se desenvolveu na Europa, com particular destaque para a RFA, contestando a instalação (que não pode impedir) dos Pershing e dos Cruise.

Mas a importância da intervenção do movimento popular no processo de desarmamento e desanuviamento não diminui. Antes terá possivelmente de adquirir renovadas características.

Neste sentido (e apesar da envergadura das manifes-

tações não ter sido grande), assume particular significado a orientação e as palavras de ordem avançadas nesta Páscoa.

«Pela solidariedade e a desmilitarização — Berlim sem militares», foi a palavra de ordem central do Apelo de Berlim.

«A Europa que nós queremos — diz-se no Apelo — não precisa de carros de combate nem de mísseis, de casernas, de paradas e de domínios militares interditos. Nela não há lugar para uma indústria de armamentos que ven-

de a morte ao terceiro-mundo».

Defendendo a desmilitarização das duas Alemanhas e da Europa, o Apelo sublinha que o desarmamento significa também «relações económicas solidárias e iguais, a paz a nível interno graças à justiça social, condições propícias ao desenvolvimento de níveis de vida dignos do homem, no terceiro-mundo».

O Apelo de Berlim opõe-se a «um novo nacionalismo alemão que poria em perigo todas as reestruturações pacíficas». E exige nomeadamente «a integração da unifi-

cação alemã no processo europeu, a transformação da acta final da Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa num tratado que obrigue ao imediato reconhecimento da fronteira ocidental da Polónia».

No contexto desta Europa em transformação, também com todos os problemas que tal processo tem levantado, nomeadamente os que surgem quanto à unificação alemã, este Apelo de Berlim deixa claras algumas das potencialidades dos movimentos populares e pacifistas no nosso velho continente.

«Lutem pela liberdade e a paz!»

No 45º aniversário da libertação dos campos nazis, os presidentes de todos os comités internacionais dos campos de morte lenta, reuniram-se em Buchenwald.

A mensagem então lançada, em 7 de Abril, não está preferencialmente virada para os dramáticos factos históricos vividos. É um apelo à juventude europeia, que aqui, parcialmente, transcrevemos.

«Somos as últimas teste-

munhas. Dentro de alguns anos, não restará nenhum de nós para falar do passado. Combatemos na diversidade das nossas opiniões filosóficas, sociais e religiosas, pela paz, a democracia, os direitos do homem (...) Mantivemos viva a chama da liberdade. Acreditamos num mundo melhor».

«Vivemos a expansão da Alemanha hitleriana por todo o continente. Não queremos que nada de semelhante se

possa repetir. Afirmamos a nossa solidariedade aos anti-fascistas, aos democratas alemães e a nossa ajuda fraternal para o desenvolvimento pacífico da sua nação. Consideramos que é do seu interesse e do de toda a Europa, que se considerem intangíveis as fronteiras nascidas da derrota hitleriana e que, no quadro de um continente pacificado, eles dêem o exemplo do desarmamento e do fim da participação em

blocos militares antagónicos».

«É grande a nossa inquietação face às manifestações racistas, anti-semitas e todas as outras formas de discriminação e de ódio que actualmente se manifestam nas duas Alemanhas e noutros países».

«Temos confiança no futuro, mas dizemos aos nossos contemporâneos, à nossa juventude:

«Sejam vigilantes! Tenham em conta a experiência que foi a nossa! Lembrem-se da nossa fraternidade nas mais difíceis condições! Os problemas de hoje exigem reflexão. A Europa do futuro deve garantir a estabilidade, a solidariedade entre os povos e uma sólida coerência no respeito dos direitos de todos, grandes ou pequenos, fortes ou fracos.

Lutem pela liberdade e a paz!»

«Em meios democráticos, a que não fogem um ou outro elemento do nosso Partido, discute-se com certo calor o fenómeno do contínuo agravamento das contradições internas do regime e conclui-se que é preciso aproveitar a situação, em particular o descontentamento e as divergências mais ou menos visíveis que crescem nas fileiras salazaristas, com vista, dizem, ao diálogo e a conseguirem-se aberturas que conduzam à liberalização do regime. Chega-se mesmo ao ponto de caracterizar esses descontentes fascistas de «fascistas de esquerda». Entre «fascistas de esquerda» e «fascistas de direita», dizem estes novos teóricos da revolução, o papel das forças democráticas não é manterem-se alheias mas intervir, apoiando as forças fascistas de esquerda» (sic). Fazendo-o, dizem, obterão em troca certas concessões, como maior liberdade de imprensa (não conhecemos nenhuma), talvez a formação de um ou outro partido, talvez a liberdade de reunião, etc. Temos de convir que se contentam com pouco...)

As novas-velhas teorias destes novos-velhos teóricos da revolução, não passam, pois, de desajetadas explicações para alguns deles justificarem a guinada repentina de 180 graus que deram do «revolucionarismo de esquerda» para as piores posições da direita, que consistem em confiar a direcção da luta contra Salazar aos salazaristas descontentes. Numa palavra: das posições ultra-esquerdistas que ignoram as massas deixaram-se resvalar para as concepções capitulacionistas que as ignoram igualmente...)

O problema não se pode nem deve pôr em termos de «liberalização» do regime pelo jogo espontâneo das suas contradições internas e muito menos como fruto de compromissos ou definições políticas de carácter oportunista, para dar confiança aos fascistas descontentes. Com o caminho que as coisas levam, pensam estes, é preciso evitar a revolução nas ruas, a «trágica confrontação dos extremismos ideológicos», nada haverá a temer quanto às estruturas políticas, económicas e sociais fundamentais, apenas serão necessários uns retoques ligeiros (...).

O dever dos revolucionários é desenvolver a luta de massas para aprofundar aquelas contradições e exacerbar ao máximo as contradições antagónicas que opõem a grande massa do povo português ao poder dos monopólios que a ditadura fascista de Salazar personifica. **«É em termos de Revolução que as coisas devem ser postas.»**

(«Organizar e desenvolver as lutas de massas» - «Avante!», VI série, nº 378, Maio de 1967)

AVANTE!

«O golpe de Estado que a 20 de Abril, fomentado e orientado pelo imperialismo americano, destruiu a legalidade constitucional na Grécia, instaurou uma ditadura fascista.

O desenvolvimento da luta popular e democrática, a amplitude da sua acção e da sua unidade combativa infligiram sucessivas derrotas às forças reaccionárias gregas que defendiam interesses estrangeiros.

Ante a perspectiva de uma derrota certa nas eleições para deputados que deviam realizar-se em fins de Maio, as forças reaccionárias fascistas recorreram ao uso da violência, aboliram a ordem constitucional, instauraram a ditadura com a conivência do rei Constantino. De novo, como nos anos trágicos do domínio de Caramanlis, milhares de democratas, entre os quais o herói da independência grega, Manolis Glezos, foram lançados nas prisões, submetidos a violências inauditas, ameaçados de morte.

A classe operária e os comunistas portugueses solidarizam-se com o povo e os democratas da Grécia e em particular com o seu valoroso Partido Comunista, e reafirmam a sua confiança na luta do povo grego pela democracia e a independência nacional.

(«O golpe de Estado na Grécia» - «Avante!», VI série, nº 378, Maio de 1967)

Congresso

Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 854

10 de Maio de 1990

3.º Caderno

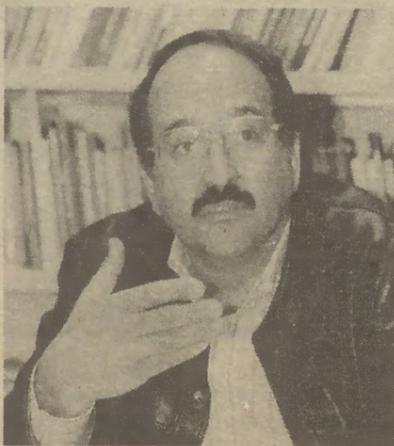
Não pode ser vendido
separadamente



Mesas Redondas

A LUTA DE MASSAS E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

A base social para a convergência política



Edgar Correia, membro da Comissão Política e da DORP do PCP



Maria do Carmo Tavares, membro do CC do PCP e dirigente sindical da CGTP-IN



João Paulo, membro do CC do PCP e dirigente sindical da CGTP-IN

A RECONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS MONOPOLISTAS EM PORTUGAL

Política do Governo abre portas da economia ao capital privado



Artur Malheiro, membro do organismo de direcção do sector público da ORL do PCP, da Comissão de Trabalhadores da EDP e do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal



Octávio Teixeira, membro suplente do CC do PCP e deputado na Assembleia da República



Fernando Sequeira, membro da Comissão para os Assuntos Económicos junto do CC do PCP

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO

PCP

ÁLVARO CUNHAL EM DEBATE COM JOVENS COMUNISTAS

Reavaliar o capitalismo dos dias de hoje

Debate das Teses propostas para o Congresso do PCP em preparação foram o motivo próximo para uma reunião, na passada semana, no Terraço do Hotel Vitória, em Lisboa.

Uma iniciativa promovida pela Juventude Comunista Portuguesa onde se falou dos temas que neste momento preocupam a generalidade dos comunistas portugueses: capitalismo e socialismo, centralismo democrático, democraticidade interna do PCP, *perestroika*, movimento comunista internacional... Muitos temas a motivarem duas horas e meia de discussão, quase a fazer esquecer aos jovens presentes que depois do debate estava programado um espectáculo que veio a entrar noite dentro, tal como a conversa, espreitado pelas luzes da cidade.

projecção diferente de outros países capitalistas», apontando «para uma transformação social profunda, que correspondia à luta dos trabalhadores de todo o mundo» e, ao invés do capitalismo, «dando um grande impulso, através do auxílio e da solidariedade, às vitórias que muitos povos alcançaram na sua libertação do domínio colonial e imperialista».

Sobre uma questão colocada sobre a actual «existência ou inexistência» do movimento comunista internacional, o

ção da esquerda pelo PS», antes para «vencer a direita» sem «capitular de formas fundamentais e de razões fundamentais da nossa intervenção na vida portuguesa».

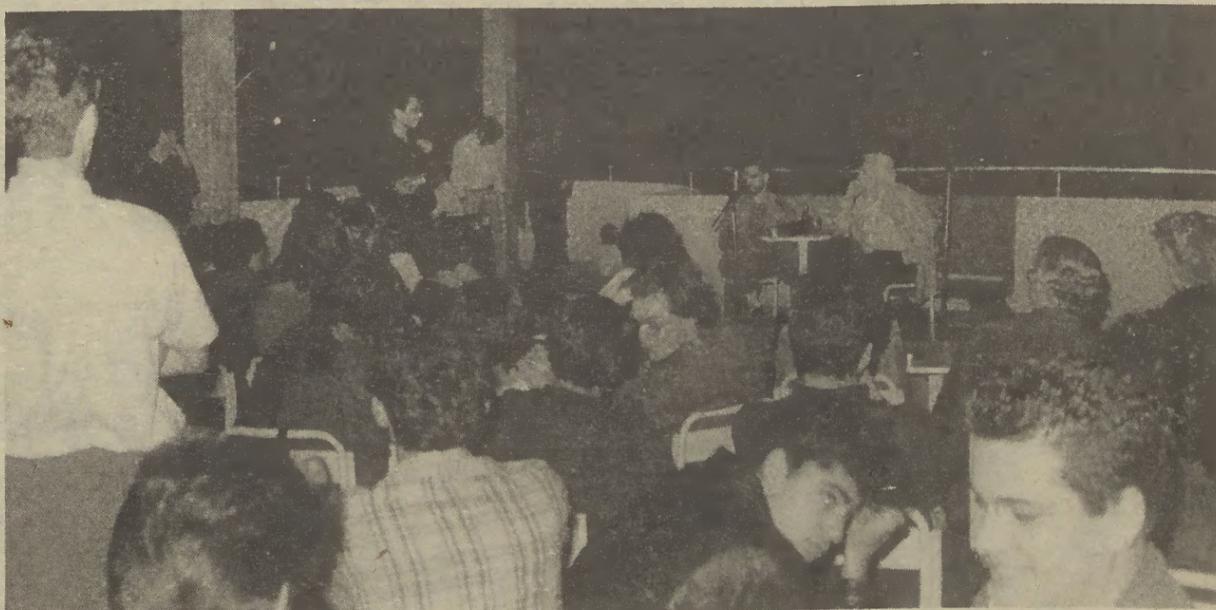
O secretário-geral do PCP recusou as acusações sobre ausência de democraticidade interna e de aceitação da crítica dos militantes, condenando a tentativa de institucionalização «de facto» de fracções no interior do Partido, Álvaro Cunhal referiu-se às inúmeras críticas que inúmeros

Sobre o capitalismo, Álvaro Cunhal referiu-se ao facto de ao longo do debate sobre as Teses para o próximo Congresso, ter surgido como necessária «senão uma análise, uma consideração um pouco mais aprofundada» sobre o que é o capitalismo nos dias que vivemos. O comentário do secretário-geral do PCP surgiu na sequência de uma questão posta por um dos jovens presentes, sobre os avanços dos países capitalistas mais desenvolvidos, a passar nomeadamente pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelos altos níveis tecnológicos atingidos, investigação científica com grandes resultados. Factos a reflectirem-se na melhoria das condições de vida dos trabalhadores naturais desses países, exemplo concreto a ser dado pelo Japão, Estados Unidos e países mais ricos da Europa.

O Capitalismo tem de ser «globalmente considerado»

Álvaro Cunhal referiu-se ao facto de esta realidade dos países mais avançados levar muitas vezes a ocultar o capitalismo «globalmente considerado» e certas características do capitalismo nos nossos dias, «muito diferente do capitalismo de meados do século passado, quando Marx e Engels escreveram o Manifesto Comunista».

Lembrando que os países mais desenvolvidos do capitalismo «não se desenvolveram apenas à custa de recursos próprios», mas sim «à custa de formas de exploração de outros povos, com métodos novos, diferenciados, que não existiam no tempo de Marx e mesmo no tempo de Lênine», isto mesmo depois do colonialismo, como é exemplo o número de economias sufocadas pela dívida externa.



«O capitalismo é responsável pela situação existente em grande parte do mundo: a fome, a doença, a exploração de numerosos povos. O seu carácter agressivo, a sua natureza exploradora e de classe não desapareceu do nosso entendimento», defendendo Álvaro Cunhal a urgência de um aprofundamento da análise sobre estes temas, tal como, por exemplo sobre as mutações na composição das classes sociais portuguesas, matéria sobre a qual Cúnhhal afirmou serem as contribuições até agora existentes muito diminutas.

Socialismo decisivo

Em contraponto, Álvaro Cunhal referiu-se mais tarde a alguns países socialistas, com o seu sistema «cheio de defeitos que levaram a chamados *modelos* que nós condenamos e que não coincidem de alguma forma com as nossas soluções, mas que se inseriram no mundo com uma

secretário-geral do PCP disse ser evidente a impossibilidade de os diversos partidos comunistas poderem manter as formas de cooperação de há alguns anos. «Neste momento estamos a ser sujeitos a uma grande procura de Partidos Comunistas e outras forças progressistas de países africanos e asiáticos, inclusivamente dos que agora se transformaram, numa situação bastante interessante no actual quadro: querem aprofundar relações, ver connosco as experiências, saber como nós vemos o mundo».

A situação política nacional foi também debatida, nomeadamente os próximos actos eleitorais: legislativas e presidenciais. Negando existir desde já um hipotético apoio do PCP à candidatura de Mário Soares, até por nas próximas eleições parecer estar um tanto afastada a necessidade de derrotar uma candidatura como a «de Freitas do Amaral e do revanchismo reaccionário».

Defende o PCP a convergência entre si e as forças democráticas, nomeadamente o PS, «mas não na base da hegemoniza-

militantes têm vindo a fazer à direcção do PCP por não tomar medidas «em termos estatutários» contra camaradas com esse tipo de comportamento.

Sobre a forma como têm corrido os trabalhos de preparação do próximo Congresso, Álvaro Cunhal disse que a direcção do PCP está «mais confiante no Partido do que em si própria, enquanto Direcção. Daí irmos fazer uma renovação mais profunda nessa mesma Direcção. Esta precisa de responder melhor ao Partido que tem». Partido que Álvaro Cunhal considerou estar a dar uma resposta «firme e corajosa», frente a uma situação particularmente difícil em termos nacionais e internacionais.

A terminar, Álvaro Cunhal referiu-se em particular aos jovens comunistas, dizendo que o «PCP precisa de uma juventude comunista que em relação ao Partido tenha a sua voz e a queira fazer ouvir», caracterizada por um «estilo diferenciado» sem uma «aceitação fácil ou atitude passiva em relação às posições do Partido».



A 5ª Assembleia Plenária da Célula da Lisnave do PCP discutiu no passado domingo as Teses propostas pelo Comité Central ao XII Congresso (Extraordinário) do Partido e elegeu os delegados que representarão este organismo nos trabalhos que decorrerão em Loures. As fotos

documentam dois momentos diferentes, o debate propriamente dito que contou com a participação de Domingos Abrantes. Depois decorreu um almoço-convívio onde esteve presente Álvaro Cunhal.

A LUTA DE MASSAS E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

A base social para a convergência política

A convite do «Avante!», **Maria do Carmo Tavares**, dirigente sindical da CGTP-IN e membro do CC do PCP, **Edgar Correia**, membro da Comissão Política e da DORP do PCP, e **João Paulo** dirigente sindical da CGTP-IN e membro do CC do PCP participaram numa mesa redonda em que se procurou reflectir sobre o papel actual da luta de massas na sociedade portuguesa. A conversa, que se prolongou por mais de uma hora, está reproduzida no texto que hoje publicamos.

Av!-Por que é que a maioria dos trabalhadores, nas questões reivindicativas, converge em posições contra a política dos sucessivos governos de direita, e nos actos eleitorais vota no PSD? Como é que podemos afirmar que existe uma base social para uma alternativa democrática?

Edgar Correia (EC)-Não podemos dizer que a maioria dos trabalhadores votam no PSD, antes pelo contrário. Muitos votam na CDU e noutras forças democráticas. É no entanto verdade que há trabalhadores que votam PSD.

Creio que é preciso separar três níveis distintos: primeiro, a luta no terreno social dos trabalhadores e outras camadas que vêem os seus interesses prejudicados pela política de sucessivos Governos; segundo, o significado político dessa luta; por fim a consciência política dos elementos que nela participam.

Em Portugal assistimos, em relação à falta de correspondência entre a opção social e política e eleitoral de muitos eleitores, a uma situação particularmente interessante. Desde 1976, quando se inicia o processo contra-revolucionário, sucederam-se no Governo diversos arranjos de forças políticas, desde o PS sozinho mas de facto aliado à direita, depois o PS ligado com o CDS, a seguir o PSD e o CDS juntos, mais tarde o PS e o PSD, a que se seguiu o PSD minoritário e agora com um Governo do PSD com a maioria na Assembleia da República.

A política de direita desses sucessivos governos suscitou, de facto, ao longo destes anos uma resistência muito forte por parte dos trabalhadores e de outros sectores, o que provocou a perda de apoio social e depois político e a queda dos governos. Até 1987 não houve nenhum Governo que tivesse terminado o seu mandato, e o partido do actual Governo já perdeu o apoio eleitoral maioritário, pela falta de correspondência entre a política anunciada nas campanhas eleitorais e a política depois realizada pelo Governo.

Ligar a luta ao esclarecimento político

Esta falta de correspondência entre a consciência social e política de muitos eleitores mostra a importância essencial de ligar a luta social dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas por objectivos concretos e imediatos, à luta e ao esclarecimento no plano político, de forma a que a consciência que resulta da participação na luta pelos interesses imediatos se esclareça quanto à raiz e origem política dos problemas que enfrentam. Isto é, para que da consciência social se passe para a consciência política, do descontentamento social se passe ao descontentamento político, e para que as pessoas que participaram na luta social possam reconhecer qual é de facto a verdadeira política dos vários partidos e possam votar de acordo com os seus interesses.

Em Julho de 1987 o PSD obteve a maioria absoluta dos votos e de deputados na Assembleia da República porque conseguiu convencer muitos eleitores e sectores significativos da população portuguesa de que iria realizar a política que anunciou na campanha eleitoral.

Nessa altura fizemos a previsão de que não demoraria muito tempo para que se

desse um choque entre a verdadeira política do Governo e os interesses de muitos eleitores que conjuntamente deram o seu voto ao PSD.

A previsão mostrou ser exacta e a tomada de consciência de que o PSD não é a opção política e eleitoral que corresponde aos interesses de muitos eleitores tem-se dado na medida e à medida que largos sectores têm entrado em confronto com a política do Governo. Esta situação traduziu-se primeiro num deslocamento social e já depois levou a um deslocamento político com uma expressão eleitoral significativa nos actos eleitorais de 1989.

João Paulo (JP)-Eu diria a este propósito que quando o povo português votou maioritariamente no PSD, foi porque muitos eleitores que queriam uma alternativa de governo, foram arrastados pelas promessas da campanha eleitoral cavaquista. A convergência social para uma alternativa política é, como já foi dito, um processo complexo, mas possível e os mais recentes resultados eleitorais para o município de Lisboa mostram que a partir do momento em que houver vontade das forças políticas para a convergência é possível encontrar alternativas. Este exemplo das eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, demonstra que havendo a convergência política necessária, esta tem correspondência no plano eleitoral.

Av!-Há portanto uma base social favorável a essa convergência.

JP-Há uma base social, assim haja a convergência das forças políticas, que dêem forma e conteúdo a uma alternativa. Aliás as Teses apontam uma plataforma para uma política alternativa e que constitui uma base fundamental para a convergência das forças democráticas. Não há contradição entre o que está referido nas Teses e o comportamento das forças no plano social. Contudo, é preocupante que no PS exista quem defenda teses de hegemonização e isolamento do PCP. Esse posicionamento não só não contribui para viabilizar a alternativa como não corresponde ao desejo das massas.

O PCP é uma força indispensável e insubstituível para uma alternativa política no campo democrático.

Maria do Carmo Tavares (MCT)- A base social naturalmente que diverge da base política derivado a um conjunto de factores do último ano, é visível, nas várias camadas sociais, um desejo cada vez maior de se encontrar uma solução a esta política de direita.

Neste último ano, assistiu-se ao desenvolvimento de lutas com intensidade inédita em determinados sectores de actividade.

A ofensiva antidemocrática deste Governo no campo económico, a concentração de capital monopolista, a introdução de capital estrangeiro num conjunto de empresas, são fenómenos que estão já a afectar camadas como pequenos empresários, comerciantes, que vêem já alguns casos ameaçada a sua sobrevivência com a entrada de grandes cadeias comerciais, na sua maioria apoladas por multinacionais. Isto pode criar condições para uma convergência política.

Por outro lado, mesmo camadas como quadros técnicos, intelectuais, onde havia menos tradições de luta, desenvolveram,



no último ano, importantes lutas, quer por razões salariais, quer por razões de estatuto e carreiras. É o caso dos advogados, dos magistrados, dos professores, que desempenharam um papel fundamental na luta por aspectos profissionais, e relacionados com a educação, a luta dos

A convergência social para uma alternativa política é um processo complexo, mas possível e os mais recentes resultados eleitorais para o município de Lisboa mostram que a partir do momento em que houver vontade das forças políticas para a convergência é possível encontrar alternativas. Este exemplo das eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, demonstra que havendo a convergência política necessária, esta tem correspondência no plano eleitoral. (JP)

médicos, enfermeiros, da própria polícia e de sectores militares.

Esta enumeração, não sendo exaustiva, mostra que há vários sectores da sociedade que estão profundamente descontentes com a política do Governo. Embora deva ser feita uma diferença entre a base social e a base política, considero que se houvesse um entendimento entre as forças democráticas com base em projectos concretos sociais e de desenvolvimento do País, e viesse ao encontro de aspirações de amplas camadas sociais, certamente que teriam a adesão da maioria da população portuguesa.

É urgente para o povo português que se encontre uma alternativa democrática, sem que para isso seja necessário que qualquer das forças democráticas negue o seu programa. Disto temos exemplos na luta sindical, em que

nenhuma das centrais abdicou do seu programa para convergir na luta, em objectivos comuns. Penso que ao nível político, na área democrática, isso também é possível independentemente do ideal de sociedade que cada partido preconiza.

Há questões tão prementes no nosso

país ligadas sobretudo ao bem-estar social de vastas camadas, que hoje ultrapassam os próprios limites da classe operária, que se torna possível encontrar uma alternativa.

Av!-Mas como se explica que, perante a diminuição da classe operária, a destruição de empresas, e em oposição, o incremento dos quadros técnicos, e de outras camadas que como já foi referido não têm propriamente tradições de luta, a luta de massas não abrande e antes pelo contrário aumenta de intensidade. Poderemos falar de uma junção de interesses entre os intelectuais e a classe operária?

EC-Há aí duas afirmações que depois queria pegar, designadamente quanto ao peso da classe operária e a «descoberta» que os intelectuais e quadros técnicos só hoje estão a lutar.

Mas voltando ainda à questão inicialmente colocada, tem interesse referir a análise feita nas Teses relativamente à actual arrumação das forças sociais em Portugal. Vemos de um lado o grande capital, os grandes proprietários e outras clientelas da direita, movidas por um enriquecimento rápido, favorecido pelas próprias transformações da economia, as actividades especulativas, os fundos comunitários. Do outro lado vemos a esmagadora maioria do povo português - a classe operária, os restantes trabalhadores e outras camadas laboriosas da população portuguesa, como os pequenos e médios agricultores, comerciantes, industriais.

A análise das lutas em Portugal, a começar pelas da classe operária, empregados, campesinato, sectores da intelectualidade, bem como as expressões de descontentamento e protesto em sectores muito vastos da pequena burguesia, quer urbana quer rural, comprovam a nosso ver a arrumação das forças sociais que apontamos nas Teses. E mostram que a grande perda da base social, política e eleitoral do actual Governo desde 1987, criou já uma base social objectiva para uma alternativa democrática, para uma viragem democrática na situação nacional. O que é necessário para que se concretize essa alternativa democrática?

Nas Teses avança-se já nesse sentido com a necessidade de colocar em minoria o PSD e o CDS nas eleições legislativas de 1991 e de se conseguir criar condições através do reforço do PCP e dos seus aliados para que o Partido Socialista não renove uma política de alianças com a direi-

Mesa redonda



Mesa
redondaXIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP
LOURES - 18 - 19 - 20 - MAIO - 1990

A base social para a convergência política

ta e se abra finalmente a um entendimento na área democrática para a realização de uma política democrática.

Nenhuma força democrática, ou seja nem o PS nem o PCP estão em condições de sozinho obter a maioria na Assembleia da República, o que obriga a que seja numa linha de entendimento à esquerda do PSD, de convergência de forças, que é possível viabilizar uma alternativa política do actual Executivo.

Esta alternativa tem de ter uma base institucional, isto é uma maioria de deputados na AR, cujo acordo viabilize um governo democrático, à qual tem de corresponder também uma base política.

Neste ponto creio que talvez não tenha sido suficientemente sublinhado na divulgação feita das Teses, a importância da plataforma que apresentamos para uma alternativa democrática. Trata-se natural-

Há questões tão prementes no nosso país ligadas sobretudo ao bem-estar social de vastas camadas, que hoje ultrapassam os próprios limites da classe operária, que se torna possível encontrar uma alternativa.(MC)

mente não de uma base política fechada e definitiva, antes aberta à discussão e ao debate, com o objectivo de se chegar a um acordo quanto à política alternativa à da direita. Esta iniciativa, com o diálogo que lhe está subjacente com os vários sectores da área democrática, designadamente com o Partido Socialista, é uma proposta da maior importância na medida em que uma alternativa democrática constitui claramente um imperativo no momento actual.

Se esta nossa proposta de diálogo, dirigida às outras forças e sectores políticos democráticos, mas também aos trabalhadores, aos democratas e ao povo português, aos portugueses, tiver um acolhi-



mento positivo, terão sido criadas condições para uma viragem democrática na situação nacional.

As mutações na produção e a classe operária

JP-Não se verifica uma diminuição da classe operária. Há de facto mutações e alterações nos diversos sectores de actividade, aliás as Teses referem que há um número cada vez mais elevado de profissões que até agora se classificavam como intelectuais ou quadros técnicos, mas que hoje intervêm de uma forma diferente no processo produtivo.

Avl-Issos quer dizer que os intelectuais perderam aquilo que os caracterizava?

JP-Não. Foram as mutações no próprio processo produtivo que conduzem a de-

terminadas mutações nas chamadas profissões tradicionais. Eu chamo-lhe profissões tradicionais e não classe operária tradicional.

Avl-Mas é ou não verdade que a classe operária está a perder peso na luta de massas?

JP-Em Portugal não está a perder peso. Há de facto alterações importantes que importa analisar e aprofundar e estarmos atentos a estes fenómenos. O movimento operário tem exercido e vai exercer futuramente um papel decisivo na luta por uma alternativa política. A par das lutas que se registam de sectores com menores tradições de luta tem-se verificado uma ampla movimentação da classe operária e de outros trabalhadores que tem constituído um estímulo decisivo para as movimentações de outros sectores não tradicionais na luta.

Observam-se reivindicações imediatas de carácter social, profissional, há uma diversidade muito grande de direitos que estão postos em causa e há anseios e aspirações de amplas camadas e estratos sociais que não são satisfeitos. Ao descontentamento no plano sócio-laboral junta-se a revolta dos que se sentem traídos ou enganados, porque votaram no PSD fizeram-no com a convicção de que seria dada resposta aos seus problemas e hoje já é claro que a sua resolução não poderá ser encontrada com uma política de direita, mas sim com uma política democrática, inversa à que tem sido seguida pelo PSD.

A adesão à luta de sectores e camadas tão diversificadas, tem contribuído para a diminuição da base de apoio deste Governo e da sua política. Há por isso as condições para que se possa desenvolver e vir a dar corpo no plano político a esta convergência de acção que se verifica no plano social.

De facto, nas empresas e locais de trabalho o descontentamento tem trazido à luta pessoas com diversos posicionamentos ideológicos, muitos são eleitores potenciais do PSD e das forças de direita. Outro pormenor não menos interessante é

que a luta de massas não se tem desenvolvido apenas pelas reivindicações sociais, são largamente ultrapassadas estas fronteiras, registando-se posições de profundo descontentamento político e de exigência de respostas que o Governo não dá, ou dá de forma insuficiente.

Avl-Em que sectores se coloca essa reivindicação?

JP- Os enfermeiros, os professores, trabalhadores da Administração Pública, central e local, de entre outros, têm confrontado directamente o Governo com as suas reivindicações e que, apesar de algumas cedências, não são satisfeitas nos aspectos fundamentais. Esta incapacidade de resposta do Governo coloca na ordem do dia a necessidade de uma outra política alternativa.

MCT-Num passado recente os quadros técnicos estavam especialmente ligados

aos aspectos da administração e direcção das empresas, pouco ligados à produção, e uma grande parte exercia profissões livres. Estavam deste modo muito distanciados dos problemas gerais dos trabalhadores e dos processos produtivos. Com o avanço que se tem verificado nos últimos anos, no campo científico e tecnológico, há cada vez mais quadros técnicos que estão directamente ligados à produção. No momento em que participam directamente no processo produtivo, começam a adquirir um conjunto de problemas que não tinham anteriormente. Há assim uma maior compreensão da luta dos operários e da própria exploração de que são vítimas e que de certa forma estavam distantes.

Quanto às lutas que se travaram em sectores como os médicos, por exemplo, ou dos professores no último ano, queria salientar que as suas reivindicações têm que ver, naturalmente, com aspectos de ordem económica e profissional, mas também com questões que se prendem com as suas carreiras, com a forma como os sistemas estão a funcionar. Isto significa que os médicos ao lutarem pelas suas carreiras, estão directamente a discutir o problema do serviço nacional de saúde e os destinos da saúde, da mesma forma que os professores inevitavelmente discutem o sistema de ensino, isto é, são questões que estão longe de ser meramente económicas, mas que envolvem aspectos muito importantes de uma determinada política.

EC-Ainda relativamente ao peso da classe operária na população activa em Portugal, quero dizer que é uma questão em torno da qual tem havido muitas especulações e que por isso tem interesse aprofundar. É um problema que deve ser analisado em concreto. É verdade que em países capitalistas desenvolvidos o peso da classe operária na população activa tem diminuído e que essa é uma tendência objectiva. Já quanto a Portugal, e sem prejuízo de uma análise mais aprofundada, dispomos de uma série de elementos que nos levam actualmente à conclusão contrária, ou seja o peso da classe operária não tem diminuído, antes tem aumentado. Este aumento verifica-se a partir de dois ângulos. Um, que já aqui foi referido, a entrada no sector produtivo de sectores profissionais, designadamente quadros técnicos, que anteriormente não participavam na actividade produtiva. É certo que hoje por vezes se questiona se tal ou tal profissão se enquadra na classe operária, pois as fronteiras da classe operária não podem ser consideradas de uma forma rígida. Há trabalhadores, por exemplo, que no passado podiam ser considerados empregados de escritório e que passaram hoje a integrar o processo produtivo. Nas Teses refere-se que à luz do processo produtivo moderno e das condições tecnológicas actuais, é necessário reconsiderar quais são os limites efectivos da classe operária. Se há uma conclusão a tirar desde já é que esses limites não se estreitaram mas que claramente se alargaram. Desse ponto de vista o peso da classe operária na população portuguesa activa aumentou.

Há contudo um outro aspecto importante. É que em determinadas regiões do nosso país, não têm diminuído, mas aumentado, mesmo as profissões operárias tradicionais. A região do Porto é um exemplo claro disso. É evidente que na cidade do Porto há uma diminuição da classe operária, que está relacionada com o facto de os terrenos se valorizarem muito nos centros urbanos e as indústrias, e com elas os operários, passaram para zonas periféricas, fenómeno que já tem mesmo expressão eleitoral da CDU.

No entanto, no conjunto do distrito e no conjunto da indústria transformadora, tem crescido o número de trabalhadores com profissões tradicionais. Em muitos concelhos do interior do distrito do Porto, onde não havia uma única empresa industrial

há dez anos atrás, hoje aparecem instaladas muitas e muitas dezenas de unidades produtivas algumas delas com centenas de operários. É curioso referir que são os mais jovens que nelas trabalham.

Claro que é preciso ver este problema na sua expressão nacional. Reconheço que há regiões em que as profissões operárias tradicionais não têm aumentado, registando-se mesmo a sua diminuição. Vamos por exemplo ao Alentejo e observamos que o proletariado rural tem diminuído. Mas no Norte do País tem-se passado o inverso nos últimos anos.

Este é uma aspecto, o peso efectivo quantitativo da classe operária na população activa. Mas podíamos até concluir que este tem diminuído e não concluirmos que a sua influência política e social tivesse sido reduzida com isso.

Direi que do mesmo modo que o peso numérico da classe operária não tem diminuído, muito menos tem diminuído o seu papel na luta. Por exemplo, um balanço sindical recente no distrito do Porto, relativo aos últimos três anos, refere que houve cerca de quinhentas lutas de trabalhadores, mais de metade das quais assumiram a forma da greve. Grande parte destas lutas são lutas da classe operária.

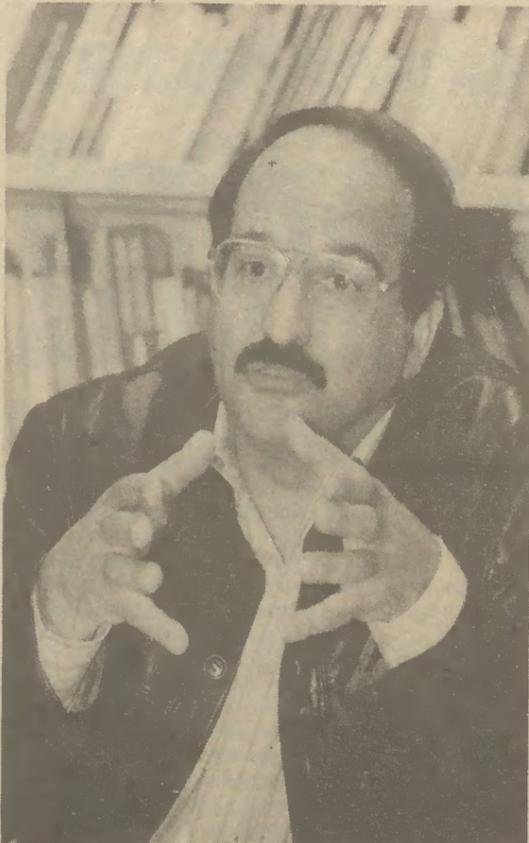
Com isto não pretendo desvalorizar as lutas de outros trabalhadores, ou de outros sectores. Creio que podemos e devemos relevá-las as lutas dos professores, dos médicos e dos outros sectores não operários sem que isso nos faça perder de vista o papel determinante que têm tido as lutas da classe operária em todo o desenvolvimento da luta de massas.

Como última nota a este respeito, convém dizer que fala-se às vezes da luta dos médicos e dos professores como se fossem uma novidade. Ora, isto não corresponde à verdade. Nos últimos anos do regime fascista assistimos a grandes acções dos professores e dos médicos, e depois do 25 de Abril não foram poucas as suas movimentações e lutas, quer no plano sindical quer na defesa de uma política sectorial progressista para a saúde e o

A análise das lutas em Portugal, a começar pelas da classe operária, empregados, campesinato, sectores da intelectualidade, bem como as expressões de descontentamento e protesto em sectores muito vastos da pequena burguesia, quer urbana quer rural, comprovam a nosso ver a arrumação das forças sociais que apontamos nas Teses.(EC)

ensino. Embora seja de valorizar o significado das lutas massivas dos médicos e dos professores depois das eleições de Julho de 1987, até porque são sectores que têm vindo a aumentar o seu peso na população activa e dispõem de uma importante influência social, o que tem uma expressão social, não vejo esta realidade como uma revelação, ou mutação que se tenha verificado na sociedade portuguesa.

MCT-Tem importância mencionar aqui o ascenso da luta dos reformados e dos deficientes, consequência directa da política social do actual Governo. Basta dizer que mais de metade dos dois milhões e quinhentos mil reformados têm apenas direito às pensões mínimas. Por outro lado o Governo tem atacado áreas de grande significado para esta camada populacional, caso da saúde, especialmente em relação à liberalização dos preços dos medicamentos e menor comparti-



Edgar Correia



João Paulo



Maria do Carmo Tavares

cipação do Estado, o aumento das rendas de casa, etc.

Estes factores têm levado a desenvolvimentos relevantes no campo da luta por este vasto sector da população, e a nível da CGTP há uma tentativa de organizar sindicalmente estas pessoas para fazer face à ofensiva de que são vítimas.

Quanto aos deficientes, o estado actual da saúde, a falta de inserção social, a não aplicação das leis, nomeadamente as cotas de emprego, a insuficiência dos subsídios e pensões, tem conduzido a acções de luta e também ao desenvolvimento da sua organização, como o demonstraram os congressos realizados.

A acção sindical

AvI-Qual tem sido ultimamente o papel dos sindicatos na luta de massas?

MCT-A CGTP concretamente, como a maior organização social do País, verdadeiramente empenhada na defesa dos direitos das pessoas tem um papel fundamental e indissociável da luta de massas. Mesmo relativamente à convergência das várias forças na luta, verificada nalguns sectores, podemos dizer que foi fruto da acção da CGTP quer junto dos sindicatos independentes, cujo número é significativo em Portugal, quer da própria UGT. É exemplo disso a greve geral de 28 de Março do 1989 que teve como principal motor a CGTP.

AvI-Que reflexos tem no movimento sindical o facto recente dos trabalhadores venderem os seus direitos, nomeadamente o direito de se sindicalizarem.

JP-A luta que tem sido desenvolvida nos últimos tempos, tem sido muito ampla, diversificada, e desenvolveu-se num quadro de grande ofensiva patronal, com uma forte repressão, criando situações bastante complexas. Por exemplo, face ao fenómeno dos salários em atraso, será justo afirmar-se que um trabalhador vende os seus direitos depois de estar meses consecutivos sem receber o seu salário, quando em muitos casos é a única fonte de rendimento do agregado familiar.

É obvio que não podemos subestimar as dificuldades que daqui resultam para a organização, até porque são medidas que visam enfraquecer a capacidade de resistência e de luta nas empresas e nos sectores.

Embora a luta não tenha posto fim a essa política, tem conseguido travá-la, e tanto o patronato como o Governo não têm alcançado integralmente os seus objectivos.

Mas, voltando um pouco atrás, se o grande capital conseguiu golpear as nacionalizações e a reforma agrária, até agora, em matéria de direitos dos trabalhadores, muitas das suas pretensões não se concretizaram, mantendo-se intactáveis grande parte dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Mesmo o

pacote laboral que saiu está longe de corresponder aos objectivos do grande patronato, graças à luta desenvolvida, onde a classe operária e outros trabalhadores tiveram um papel determinante, mas a que aderiram outros estratos sociais, dando corpo a uma ampla frente que obrigou o patronato e o Governo a recuar.

A este propósito as Teses referem o acentuar da degradação social e da degradação da democracia política, concretamente no plano dos direitos dos trabalhadores. Assistimos de facto a violações sistemáticas da contratação colectiva, da legislação, uma forte repressão e mesmo tentativa de proibição da actividade sindical. Mas tudo isto não tem diminuído quer o prestígio quer a influência do movimento sindical, nomeadamente da CGTP, junto dos trabalhadores. Pelo contrário, ao invés dos objectivos do grande capital para enfraquecer a luta e a organização dos trabalhadores, esta aumenta a sua influência e prestígio.

AvI-Esse aumento tem expressão numérica?

JP-Naturalmente que a redução acelerada de postos de trabalho em diversos sectores reflecte-se no plano da sindicalização. Os processos de despedimento

Com o avanço que se tem verificado nos últimos anos, no campo científico e tecnológico, há cada vez mais quadros técnicos que estão directamente ligados à produção. No momento em que participam directamente no processo produtivo, começam a adquirir um conjunto de problemas que não tinham anteriormente. Há assim uma maior compreensão da luta dos operários e da própria exploração de que são vítimas.(MCT)

em grandes empresas, consideradas baluartes da organização sindical, acaba por traduzir-se numa diminuição da taxa de sindicalização, que não pode ser subestimada nem ignorada. Ultimamente, tem sido travada essa tendência de redução dos sindicalizados.

É significativo o facto de as novas adesões se registarem nas alturas de maior dinâmica de massas, da luta reivindicativa. É deste modo reconhecido o papel determinante da CGTP e das suas estruturas nas empresas. Coloca-se por isso na ordem do dia a revitalização e o reforço

das estruturas de empresa, que em resultado da ofensiva ao longo destes anos ficaram mais enfraquecidas, para a promoção e defesa dos direitos e liberdades democráticas onde se incluem as liberdades sindicais e os direitos dos trabalhadores.

A luta de massas, juntamente com a luta institucional e a luta eleitoral são as componentes fundamentais para a busca de uma alternativa. Ao movimento sindical exige-se estar activo e empenhado na luta de massas para a satisfação dos anseios e aspirações dos trabalhadores.

Esgotamento da luta de massas?

MCT-Há quem insista em dar como esgotadas as possibilidades da luta de massas. Sobre esta questão quero dizer que hoje o diálogo com o Governo e com o patronato são importantes, mas se não for apoiado pela luta de massas poucos resultados terá para os trabalhadores. Em relação à contratação colectiva, por exemplo, uma conquista histórica dos trabalhadores, verificamos que se não for assistida por uma firme defesa nas empresas, dificilmente tanto o patronato como o Governo cedem nos seus objectivos.

Ultimamente o diálogo com o Governo tem sido mantido, nomeadamente através da Comissão de Concertação Social e a outros níveis, e constatamos que essa via só por si não tem dado os frutos pretendidos. Por outro lado o diálogo recente com o patronato demonstrou que a sua disposição é no sentido de retirar direitos importantíssimos aos trabalhadores, em troca de um aumento de salários. Só a oposição firme nas empresas impede que o patronato vá mais longe.

Mesmo noutros países da Europa, o significado da luta de massas é decisivo. Recordo por exemplo a luta pelas 35 horas semanais na RFA, ou contra os despedimentos em França, etc.

JP- Diria ainda que no contexto actual, tanto no plano interno como no plano externo, é justo reconhecer que a muitos trabalhadores se colocam naturais interrogações...

AvI-Nameadamente em relação aos países socialistas?

JP-Também!

AvI-E como se reflectem na luta de massas?

JP-Essa situação exige que tenhamos um conhecimento mais profundo, mais cuidado das motivações do descontentamento, da disposição de luta, do que é que pode unir e fazer convergir os trabalhadores e para eventualmente se poder travar esta grande ofensiva e defrontar esta grande pressão ideológica.

AvI-Mas os trabalhadores deixarão de reivindicar se o socialismo cair na União Soviética?

JP-Não! É evidente que não. É necessário um maior conhecimento e um maior cuidado na apreciação das aspirações dos trabalhadores, mas isso não alterou nem alterará a validade da luta de massas como factor determinante para a satisfação das reivindicações no plano social, e para a alternativa no plano político.

Após as eleições legislativas que deram a maioria absoluta ao PSD, alguns advogaram o fim da luta de massas. A vida mostrou quanto estavam errados.

Enquanto houver contradição de interesses entre o capital e o trabalho, a luta de massas não acabará.

EC-A Maria do Carmo colocou há pouco uma questão que encerra um problema ideológico e prático para a luta com uma grande importância. Refiro-me ao diálogo social, do qual hoje tanto se fala como uma acção fundamental para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Na minha opinião é preciso não perder de vista que o diálogo social é uma forma de negociação. É indiscutível que os trabalhadores na sua luta têm que negociar com o patronato,

A par das lutas que se registam de sectores com menores tradições de luta tem-se verificado uma ampla movimentação da classe operária e de outros trabalhadores que tem constituído um estímulo decisivo para as movimentações de outros sectores não tradicionais na luta.(JP)

têm que negociar com o Governo. Agora, se nessa negociação os representantes dos trabalhadores estiverem apoiados na unidade e na luta massiva dos trabalhadores é evidente que o peso dos seus argumentos será maior. Esta é uma questão essencial, e é por isso que hoje o Governo e o patronato defendem precisamente um «diálogo social» apenas ao nível de cúpula e em que os representantes dos trabalhadores não estejam apoiados pela unidade e pela acção das massas.

Na discussão sobre o papel e a importância da luta de massas, é conhecido que em períodos de maiores dificuldades aparecem pessoas no próprio seio do movimento operário e dos trabalhadores a pôr em causa a sua validade e importância. A experiência dos trabalhadores portugueses, e também de outros países, mostra que a luta é de facto a condição essencial

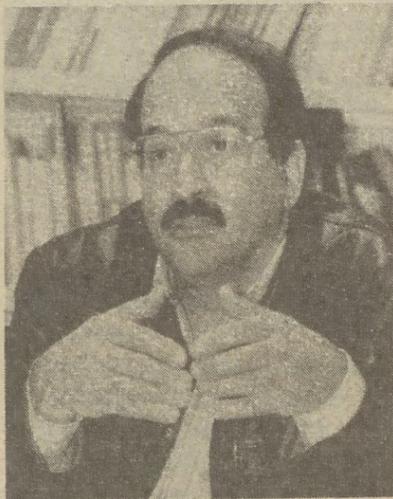


Mesa
redondaXIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

A base social para a convergência política

para a força dos trabalhadores na negociação, como no conflito.

Aliás, retomando o que disse o João Paulo, depois da vitória do PSD em 1987, muitos disseram que a luta de massas era uma questão ultrapassada e um instrumento que os trabalhadores deixavam de ter condições para utilizar. A realidade voltou a mostrar que sem esse instrumento os trabalhadores e outros sectores não teriam possibilidade de contrariar no plano



É necessário reconsiderar quais são os limites efectivos da classe operária. Se há uma conclusão a tirar desde já é que esses limites não se estreitaram mas que alargaram. (EC)



imediate e concreto a aplicação da política do Governo e simultaneamente criado condições para uma política no sentido da viragem democrática da situação.

O PSD procura neste momento inverter a quebra do apoio político que tem registado, através de uma campanha demagógica feita da renovação de promessas, mas também da adopção de medidas parciais que podem satisfazer uma ou outra reivindicação ou minorar alguns problemas.

Pelas características que está a assumir a campanha do Governo neste período que antecede as eleições de 1991, o reforço da luta de massas ganha assim uma redobrada importância. Por um lado, abrem-se condições mais favoráveis para que os trabalhadores e outras camadas alcancem a satisfação de muitas reivindicações concretas e imediatas. Por outro lado, esse desenvolvimento da luta de massas contribuirá para a contradição entre os interesses dos trabalhadores e outras camadas laboriosas e a política do Governo, mantendo e aumentando a consciência de que nem este Governo nem esta política servem e de que é necessária uma viragem democrática no País.

MC-Gostava de terminar sublinhando mais uma vez que é necessária uma convergência entre o Partido Comunista e o Partido Socialista. Penso que nenhum partido obterá a maioria absoluta e mesmo que o PS ganhe as eleições, se não efectuar uma convergência com o PCP ir-se-á frustrar novamente um conjunto de aspirações da sociedade portuguesa.

JP- No actual quadro marcado por profundas transformações e pela ofensiva

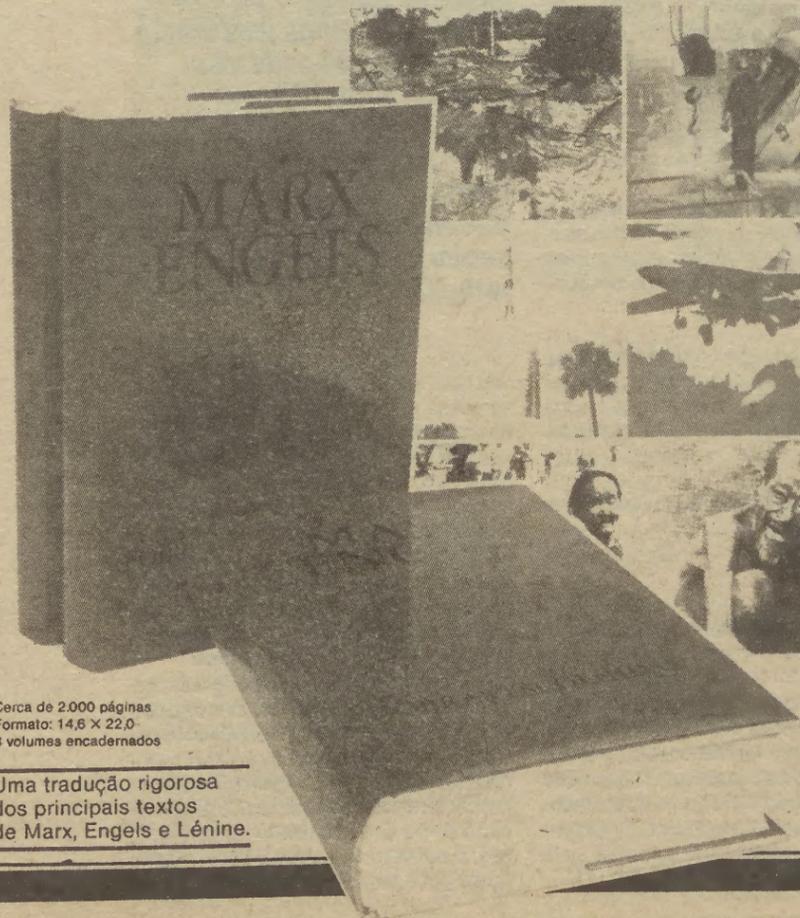
das forças do grande capital, impõe-se de facto a convergência para uma alternativa. Tal como as Teses para o XIII Congresso (Extraordinário) sublinham, nenhum partido democrático sozinho constitui essa alternativa, daí que a convergência é indispensável e dinamizará a sua base social de apoio. Digamos que já hoje existe a base social e política, mas há condições para potenciar o seu alargamento. Impõe-se deste modo uma reavaliação séria das teses e concepções de bipolarização política para que se aponte para a convergência indispensável entre o PCP, o PS e outras forças políticas do campo democrático. São de combater as tentativas de isolamento e afastamento do PCP, cujo papel determinante e influência está muito além da sua base eleitoral. Certamente que este XIII Congresso contribuirá para o aprofundamento desta temática e permitirá que conheça melhor o programa quer no plano político, quer económico, social e cultural. Estou convencido que o debate que estamos a fazer é um debate sério e profundo e que constituirá um marco importante para a vida do Partido e para a alternativa política que é necessário encontrar para a sociedade portuguesa.

MCT- Há neste momento um conjunto de aspirações na sociedade portuguesa que só podem ser realizadas com uma alternativa democrática. A direita não é um factor de progresso, nem de justiça social, por isso é necessário afastá-los do Poder. Não se pode frustrar os anseios e as aspirações do povo português. Cabe uma grande responsabilidade às forças democráticas na busca do entendimento necessário na base duma plataforma capaz de resolver os problemas dos trabalhadores e do País. ■

Os clássicos do marxismo-leninismo

As obras fundamentais de Marx e Engels que nos facultam a chave da compreensão da sociedade e da natureza para transformar o mundo.

Obras Escolhidas de Marx-Engels em 3 tomos

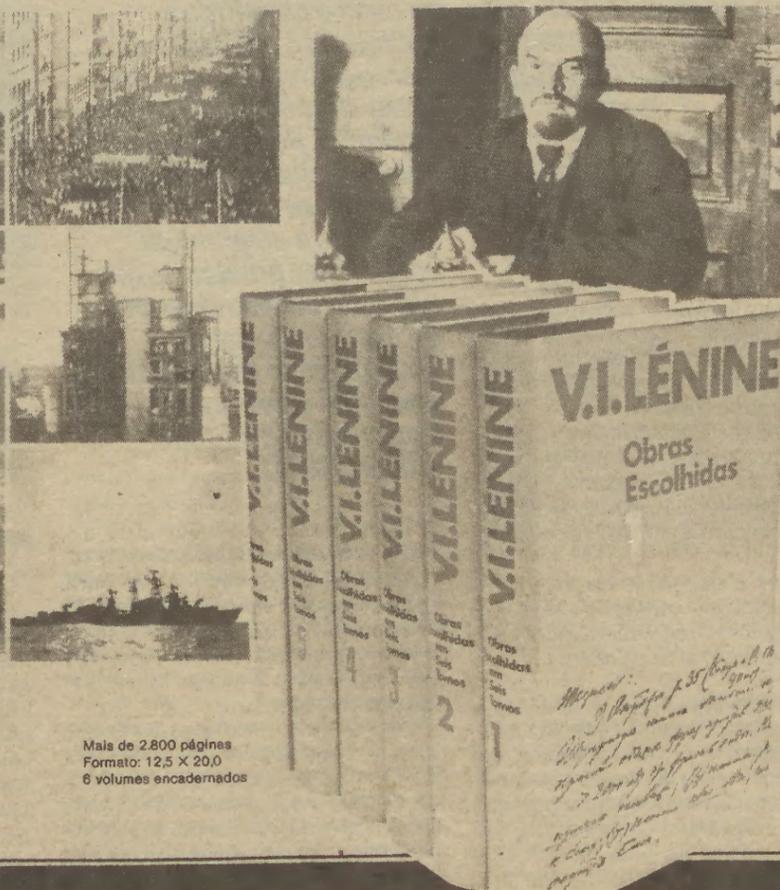


Cerca de 2000 páginas
Formato: 14,6 X 22,0
3 volumes encadernados

Uma tradução rigorosa dos principais textos de Marx, Engels e Lênine.

Esta edição das Obras Escolhidas de V. I. Lênine permite ao leitor formar uma ideia do leninismo como teoria integral e harmoniosa da época contemporânea.

Obras Escolhidas de V. I. Lênine em 6 tomos



Mais de 2800 páginas
Formato: 12,5 X 20,0
6 volumes encadernados

A RECONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS MONOPOLISTAS EM PORTUGAL

Política do Governo abre portas da economia ao capital privado

Mesa redonda

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO
PCP
LOURES - 18 - 19 - 20 - MAIO - 1990

Deitar contas à vida é prática quotidiana da generalidade das pessoas. De uma forma ou de outra todos percebem de economia, pelo menos ao nível, nem sempre fácil, de fazer render o salário até ao fim de cada mês. Deitar contas à vida da economia nacional é bem diferente e não poucos preferem não pensar no assunto, como se ficar na ignorância permitisse não lhe sofrer as consequências. O que não é verdade. Por isso mesmo se juntou à volta da mesa os camaradas Octávio Teixeira, membro suplente do CC do PCP e deputado na Assembleia da República, Fernando Sequeira, membro da Comissão para os Assuntos Económicos junto do CC do PCP e Artur Malheiro, membro do organismo de direcção do sector público da ORL do PCP, da Comissão de Trabalhadores da EDP e do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal. O tema proposto foi a reconstituição dos grupos monopolistas em Portugal.

Av. - Começemos por uma questão muito terra-a-terra: já está cá o Champalimaud, já voltou o Melo, outros antigos expoentes do capitalismo monopolista português regressaram à sua actividade... Quer isto dizer que a situação nacional tende a voltar à que existia antes do 25 de Abril de 1974?

F.S. - A situação não é igual nem poderá voltar a ser igual à que existia antes do 25 de Abril. Mudaram muitas coisas no plano nacional e internacional, e embora haja às vezes similitudes históricas, não é possível voltar atrás. Mesmo com a presença de Champalimaud, Melos e outros, as condições em que o capitalismo se está hoje a reconstruir em Portugal são profundamente diferentes das existentes nos anos 30, 40, 50...

O.T. - É um facto que alguns desses grupos estão novamente a tomar posição na economia portuguesa, mas a situação actual é completamente diferente. Antes do 25 de Abril de 1974, esses grupos monopolistas dominavam de facto a economia portuguesa, com todas as implicações daí resultantes, designadamente a nível político, ou seja, de uma grande influência do poder económico no poder político. Neste momento temos a reconstituição de grupos económicos privados em Portugal, com dimensão muito inferior, quer em termos absolutos quer em termos relativos, àquela que existia antes do 25 de Abril...

Av. - É inferior porque são mais os grupos?

O.T. - Não, é inferior porque os grupos são mais pequenos. E há uma outra diferença que me parece fundamental: enquanto que antes os grupos monopolistas eram aquilo que nós caracterizamos como grupos financeiros, em que havia uma aliança, dentro de cada um dos grupos, do capital industrial com o capital bancário - formando o que em termos marxistas designamos por capital financeiro - neste momento isso não sucede. Por um lado, os grupos privados que existem têm uma base industrial de um modo geral muito débil, estão fundamentalmente voltados para sectores de serviços, imobiliário, turístico; essa base industrial e nem todos a têm - é relativamente pequena em relação ao próprio país, já nem se fala em termos internacionais. Por outro lado, não têm ainda o capital bancário.

Av. - Ainda...

O.T. - Ainda. Julgo que esta diferença é substancial. Os grupos são muito menores em termos de dimensão face ao que existia antes do 25 de Abril e, o que é mais importante, não têm aliado o capital industrial com o capital bancário. Penso que esta é a grande razão porque quer os grupos económicos quer o Governo (que

defende os interesses dos grupos económicos em Portugal) pretendem avançar rapidamente para as privatizações, tanto no sector industrial como no bancário.

O capital estrangeiro

F.S. - As condições em que apareceram os grupos monopolistas portugueses durante o fascismo foram muito diferentes das condições actuais. Chamo a atenção para dois aspectos: por um lado, as condições do próprio fascismo, isto é, o processo acelerado decorrente da existência de mecanismos que ultrapassaram as leis do desenvolvimento capitalista, tal como a existência de uma polícia política, de censura, de um aparelho de Estado favorável ao desenvolvimento desses grupos; por outro lado o que também distingue muito a situação anterior da actual tem a ver com a ligação ao capital estrangeiro. Claro que não há situações puras, pelo que não podemos dizer que nesse tempo os grupos monopolistas portugueses se estivessem a desenvolver completamente desligados do capital estrangeiro, mas podemos dizer que foi um desenvolvimento fechado, autárcico, sobretudo no que chamaria a fase «ruralista» do fascismo. A maior abertura ao capital estrangeiro começou sobretudo na década de sessenta.

Agora a situação é de facto completamente diferente. Vivemos em democracia - pode ser uma democracia amputada, débil, com dificuldades, mas apesar de tudo uma democracia - e embora desde há alguns anos o aparelho de Estado, onde as forças de direita ligadas ao grande capital têm posições muito importantes, esteja a ajudar a reconstituição desses grupos, estes não têm as características dos anteriores, no tempo do fascismo.

Esta nova génese da reconstituição do capitalismo em Portugal - e há camaradas nossos que consideram que o termo monopolista talvez não seja o mais adequado - está a fazer-se em íntima ligação com o capital estrangeiro.

Av. - Mas podemos perguntar: embora as condições sejam diferentes, o resultado final não vai ser o mesmo? Ou seja, os grupos monopolistas portugueses são substancialmente diferentes dos grupos multinacionais, no que respeita ao domínio da economia nacional?

F.S. - Há opiniões muito diferentes mesmo dentro do Partido sobre essa questão. Eu faço parte do «grupo» mais nacionalista e faço alguma distinção entre grupos nacionais e grupos estrangeiros. Julgo que não é exactamente a mesma coisa, isto é, a margem de manobra nacional, a capacidade de exercer a soberania,



não é exactamente a mesma se estamos perante grupos nacionais ou grupos estrangeiros. Um outro aspecto, e não é um aspecto menor, é que a reconstituição destes grupos se está a fazer a partir de um processo revolucionário profundo que teve repercussões no plano económico e que deu origem ao Sector Empresarial do Estado, onde está o grosso da economia nacional (banca, seguros, indústria, transportes, energia eléctrica, infra-estruturas como portos, aeroportos, etc.). Esta situação também não existia à data em que começaram a crescer os grupos monopolistas em Portugal. Este facto pode explicar também a maior necessidade de ligação ao capital estrangeiro, independentemente de a internacionalização da economia ser hoje mais forte do que era há décadas atrás.

Av. - Mas eu voltava à questão concreta, que muitas vezes se coloca em termos simplistas: para os trabalhadores será assim tão diferente serem explorados por capitalistas nacionais ou por capitalistas estrangeiros?

A.M. - O curioso é que alguns trabalhadores põem a questão de terem menos receio de serem explorados pelo capitalista estrangeiro do que pelo capitalista português... E isto porque há poucos hábitos de vida e participação democrática em Portugal, enquanto que no estrangeiro, ainda que em países capitalistas, a participação democrática dos trabalhadores na vida das empresas, na vida social, está mais enraizada. Mesmo em empresas públicas, para os gestores portugueses, os sindicatos ou as comissões de trabalhadores são o inimigo; poucos gestores entendem que os sindicatos também têm, por exemplo, preocupações quanto à divisão da massa salarial pelos trabalhadores, considerando os gestores que eles é que sabem como é que essa divisão deve ser feita, não tendo de prestar contas aos sindicatos.

Não é pois de espantar que apareçam trabalhadores pensando que se calhar mais vale ser mesmo o capital estrangeiro a mandar, na medida em que está habituado à participação dos trabalhadores nas empresas. O problema está em saber que tipo de participação é essa e se é esse tipo de participação que os trabalhadores em Portugal querem ter.

Por outro lado, creio que outro aspecto que leva a estas posições tem a ver com a degradação que existe nas empresas

públicas, provocada pelos gestores nomeados pelo Governo com o objectivo de demonstrar que as empresas públicas não são viáveis, o que leva a que alguns trabalhadores pensem que o gestor estrangeiro seja melhor do que o gestor português, seja ele público seja privado.

Os mesmos objectivos

O.T. - Ainda sobre a questão das diferenças... Eu referi algumas, o Sequeira referiu outras, mas podem-se avançar mais. Por exemplo, a própria dimensão das empresas que constituem os grupos. À escala nacional nós temos grupos económicos grandes, mas as empresas que constituem esses grupos são aquilo que de um modo geral se pode chamar médias empresas, embora isto tenha a ver já com a própria evolução do capitalismo a nível internacional. E temos, como já foi dito, um Sector Empresarial do Estado que em termos de peso económico é bastante forte no nosso país.

Mas quanto à questão de saber se os objectivos não serão os mesmos, eu creio que são. Também os actuais grupos económicos portugueses, não aliando neste momento a indústria, os serviços e banca, tendem para isso, têm esse objectivo e lutam na sua perspectiva para isso. A ideia de se poderem transformar em grupos monopolistas existe, creio, em todos eles. Do meu ponto de vista, e admito que isto seja polémico, o que até pode ser salutar, existem já grupos monopolistas em Portugal, no sentido que se entende por isso em termos de marxismo-leninismo e não de sebeta académica, ou seja a tendência para dominar o mercado. Por exemplo, o grupo Amorim pode ser considerado um grupo monopolista no âmbito do sector corticeiro; o grupo Sonae tende a ser um grupo monopolista em termos de distribuição de produtos... trata-se de posições dominantes em termos de mercado interno.

E haverá ou não diferença entre grupos económicos privados portugueses e grupos económicos privados estrangeiros? Julgo que devemos distinguir, fundamentalmente, entre uma situação de eventual patriotismo na análise da questão e a análise do capitalismo como tal. Em termos do sistema capitalista, penso que as diferenças entre o capitalismo nacional e o capitalismo estrangeiro são mínimas; isto na perspectiva de um sistema que explora



Mesa
redonda

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

Política do Governo abre portas da economia ao capital privado

o trabalho de outrem, de um sistema em que há alguns indivíduos que têm a propriedade dos meios de produção e outros que apenas têm a força de trabalho com que participam na criação da riqueza. Nesta perspectiva político-ideológica não vejo que haja grandes diferenças.

E já agora, a propósito do que disse o camarada Malheiro, quero dizer que tenho sérias dúvidas que haja vantagens para um trabalhador em ser explorado por um capitalista estrangeiro em vez de o ser por um nacional, ou vice-versa. A exploração existe em qualquer das hipóteses; provavelmente, a exploração por uma empresa estrangeira faz-se de formas mais sofisticadas, o que não significa que seja menor, em muitos casos até será maior. No respeitante à participação democrática dos trabalhadores nas empresas, embora não conheça casos concretos do que se passa no estrangeiro, acho importante lembrar que, em termos de legislação, a existente em Portugal sobre a matéria não fica nada a perder em relação à de outros países.

Voltando à reconstituição de grupos económicos privados em Portugal, lembrava que o que deu uma grande ênfase ao crescimento desses grupos nos últimos anos foi, em 1987, a apropriação por parte desses grupos de dezenas de milhões de contos através da especulação bolsista, a qual lhes deu uma base financeira substancial que lhes permitiu desenvolverem-se nos dois últimos anos; por outro lado, vale a pena recordar que alguns deles - não digo todos porque podia estar a errar - foram substancialmente auxiliados na sua constituição e no seu crescimento pelas políticas dos governos que temos tido. Ajudados quer de uma forma passiva, ou seja, através das formas como os governos limitaram as possibilidades das empresas públicas se expandirem tanto nos seus sectores de actividade como noutros, ao limitarem a concorrência que podia ser feita por parte das empresas públicas deixando o campo aberto aos pequenos grupos que existiam, quer de uma forma activa através de apoios financeiros, fiscais, da transferência de alguns segmentos de actividade das empresas públicas para o sector privado, etc.

A.M. - Também concordo que a legislação portuguesa é das mais avançadas no que toca aos direitos dos trabalhadores, mas volto a colocar a questão da tal falta de hábitos democráticos até no cumprimento das leis. Nós vivemos num período em que a própria Constituição não é, com frequência, respeitada pelo Governo; em que deliberações do Supremo Tribunal Administrativo, como no caso da Reforma Agrária, não são cumpridas; a lei das comissões de trabalhadores, que explicitamente diz que os trabalhadores têm direito a um gestor eleito, não passa do papel já que nenhum dos gestores eleitos tomou posse; o controlo de gestão não é respeitado na maior parte das empresas... De facto a lei é boa, mas não temos instrumentos para a fazer cumprir; a nossa justiça é lenta, pelo que apesar dos trabalhadores ganharem imensos processos em tribunal, como isso acontece três, quatro ou cinco anos depois, a maior parte das vezes já não têm efeitos práticos.

F.S. - Gostava de referir uma questão que de certo modo já todos afluíramos, mas que penso seria útil explicitar: trata-se da questão das estratégias e das táticas. Os grupos económicos actualmente existentes em Portugal desenvolveram-se, creio, a partir de um residual que ficou, com um certo significado, e que não foi nacionalizado. O processo das nacionalizações atingiu por um lado os grandes grupos económicos e, simultaneamente, no plano económico, abrangeu os sectores básicos e estratégicos da economia; de fora ficaram, apesar das nacionalizações indirectas, alguns secto-

res com significado. Foi a partir deste residual que começou o processo de reconstituição dos grandes grupos. Mas se este foi um dos caminhos, não foi o único; o objectivo da grande burguesia nacional, a antiga e a nova, não era tanto a criação de grupos como hoje existem, mas se possível voltar a ter, em 1976, grupos como os que havia antes de 25 de Abril. Só que isso não foi conseguido; estamos em 1990 e só ao fim de 16 anos é que esses grandes interesses de classe parecem estar a ser atingidos.

Creio que o aparecimento destes grupos, que têm um peso ainda pouco significativo na economia nacional - o que não quer dizer que nas ligações políticas não sejam já muito importantes - se deu pelo caminho possível; se tivessem encontrado outros, se em 1982 a revisão constitucional tivesse ocorrido de outra forma, por exemplo, o seu desenvolvimento seria diferente. Entretanto o tempo passou, os próprios antigos grupos sofreram modificações decorrentes do processo de fusão sectorial que teve lugar, do processo de investimentos, etc. Mas o seu objectivo continua a ser o grosso do que consideramos estratégico na economia, embora estas considerações do que é estratégico possam alterar-se com o tempo, e que continua nacionalizado: a banca e seguros, transportes, energia eléctrica, refinação de petróleo, etc., etc.

Há alguns sectores novos nestes domínios estratégicos: os sectores das telecomunicações, das novas tecnologias da informação. Em 1974 e 75 não tinham o peso que têm hoje, pelo que não há nenhum sector desses nacionalizado ou público, sendo sectores claramente privados, de capital nacional ou estrangeiro.

Uma questão de soberania

Ainda sobre o problema das diferenças entre o domínio do capital nacional e o capital estrangeiro, penso que a questão se coloca em termos de soberania nacional. De facto, o aumento do poder do capital estrangeiro sobre qualquer economia retira soberania, e quanto maior é esse poder menor é a soberania nacional, independentemente das leis do capitalismo serem iguais seja qual for a nacionalidade dos capitalistas.

Mas já agora chamava a atenção para outro aspecto: ainda recentemente um representante de uma grande empresa alemã afirmava publicamente que ficava horrorizado quando via grandes Mercedes à porta de fábricas no norte e lá dentro crianças a trabalhar; o homem podia muito bem estar a ser sincero, não digo o contrário. Agora o que nós temos de ter em conta é que o capitalismo tem a ver não apenas com a situação dos trabalhadores na RFA ou em Portugal, mas também no Chade, no Bangladesh e por aí fora. Portanto importa ter cuidado com as apreciações sobre as boas condições que as empresas estrangeiras dão aos trabalhadores portugueses, se comparadas com as nacionais; é evidente que dão algumas condições, mas não nos podemos esquecer que mesmo estando na «cauda» somos um país da Europa e não do Terceiro Mundo, pelo que as coisas se passam aqui de outra maneira. E também é verdade que temos um grupo de pequenos empresários que, no âmbito duma lógica capitalista mais humanizada das relações de trabalho, têm posições bastante diferentes da assumida por aquele empresário alemão, mas isso não significa que possamos tirar conclusões definitivas sobre os benefícios do capital estrangeiro.

Av. - Em nome da soberania e tendo em conta a concorrência crescente dos grupos estrangeiros, há quem defenda

que o que Portugal necessita, para fazer frente ao domínio do capital estrangeiro, é justamente de grandes e poderosos grupos económicos portugueses. Parece-me que, a partir do que já foi dito, podemos cair na contradição de, em nome da defesa da soberania, defender a formação de grupos monopolistas nacionais.

F.S. - De forma nenhuma. Para fazer frente à concorrência estrangeira dispomos do Sector Empresarial do Estado, que é um grande grupo...

Av. - Mas o Sector Empresarial do Estado, como também já foi referido, está a sofrer um grande ataque, a ser desmembrado e justamente em nome dessa necessidade de criar grupos nacionais fortes para concorrer com os grupos estrangeiros...

O.T. - Acho que devemos ligar isso com a questão da soberania. Quando há pouco abordei a questão em termos de sistema capitalista, deixei claro que nesta óptica não haverá diferenças entre capital privado nacional e capital privado estrangeiro. Mas é evidente que o problema da soberania existe e que nessa perspectiva haverá uma certa «preferência» pelo capital nacional.

Voltando ao problema do trabalho infantil, como o Sequeira referiu, ele existe em Portugal e em muitos outros países. Admito que não exista na RFA, admito que na Grã-Bretanha, na França, na Holanda, também não se verifique, pelo menos com grande dimensão. Mas as grandes empresas desses países não têm escrúpulos em recorrer ao trabalho infantil em Portugal ou nos chamados países do Terceiro Mundo. Julgo que em termos de capital estrangeiro não se pode falar de capitalismo mais humanizado; há sim um capital mais inteligente que utiliza determinadas práticas nos países subdesenvolvidos, nos países em vias de desenvolvimento, nos países atrasados como é o caso de Portugal, que não usa nos seus países porque a oposição social é aí bastante forte. Não é um capitalismo mais humanizado, é um capitalismo mais inteligente, porque ele não é humano para aqueles que exploram no exterior dos seus países.

Mas quanto à tese de que a oposição ao capital estrangeiro, para procurar defender uma certa soberania, a soberania possível - e julgo que apesar de tudo é possível bastante no âmbito das interdependências criadas designadamente no quadro da nossa integração na CEE e com a futura criação da união económica e monetária - necessita da existência de grandes grupos económicos privados portugueses, criados à custa do SEE, não estou de acordo.

Já há pouco referi que os grupos económicos privados portugueses, que podem ser relativamente grandes a nível interno, são a nível internacional grupos muito pequenos. Ou seja, com a sua dimensão, não têm capacidade para se oporem ao domínio pelo capital estrangeiro dos sectores estratégicos, dos centros de decisão importantes do ponto de vista económico. Por outro lado, a própria prática demonstra que os grupos económicos privados portugueses se estão a aliar cada vez mais ao grande capital estrangeiro. E estão a aliar-se em posições, pelo menos tendencialmente, subalternas. Isso verifica-se neste momento praticamente com todos os grupos económicos.

Daqui se pode concluir que a referida tese tem, como costuma dizer-se, pés de barro. Porque a ideia que lhe está subjacente - vamos privatizar para aumentar o poder e a dimensão dos grupos económicos privados portugueses para poderem fazer frente aos grupos estrangeiros - é desmentida pela prática. Atra-

vés da ligação cada vez maior dos grupos portugueses a grupos estrangeiros, o que está a acontecer é que a privatização em favor de grupos económicos privados portugueses resulta em favor dos grupos estrangeiros, com estes a tomarem posições dominantes. E quando não estão interligados, o que se verifica é que quem passa a dominar o capital das empresas privatizadas não são os grupos portugueses, mas os grupos estrangeiros.

Temos a experiência das privatizações a 49 por cento feitas até ao momento: só num único caso - concretamente na Unicer - é que não foi uma empresa estrangeira a ficar com o núcleo dominante do capital que permite dominar a empresa. Noutro caso verificou-se que um grande grupo económico privado português, o grupo Sonae de Belmiro de Azevedo, concorreu à privatização de um Banco (o Totta e Açores), vendendo depois a parte que conseguiu adquirir a um grupo estrangeiro, arrecadando assim uns milhões de contos de lucro. Por conseguinte, a tese de que para defender a economia portuguesa é preciso privatizar a favor dos grupos privados nacionais, não é sustentável.

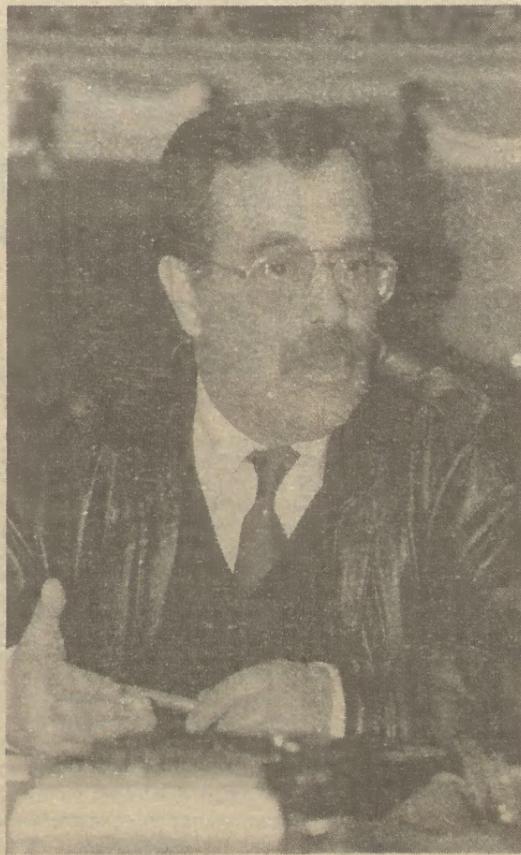
F.S. - É evidente que os capitalistas nacionais são pessoas diferentes, com comportamentos diferentes, embora possam perseguir objectivos económicos e políticos muito semelhantes. Mas de facto são pessoas diferentes e emitem no dia-a-dia, quanto mais não seja por razões de diversão, posições que por vezes não são consonantes; enquanto que uns assu-

Independentemente de juízos de valor sobre o processo de adesão de Portugal à CEE, se é bom, se é mau, se talvez..., mesmo que seja bom em termos absolutos, há sempre que ter em conta o tempo que nós tivemos para essa adesão. Isto é, há coisas que passam pelos homens e pelas mulheres do nosso país que não se resolvem de um momento para o outro, que levam muitos anos a resolver. Isto tem a ver com a questão da produtividade, que não se resolve indo comprar máquinas à RFA... (F.S.)

mem claramente a importância e necessidade de uma ligação crescente ao capital estrangeiro, outros dizem que não. Dou de barato que alguns sejam sinceros. Mas sobretudo os que não são sinceros usam isto como chantagem; ou seja, dizem que o Sector Empresarial do Estado é uma coisa muito cara, que os grupos nacionais não têm dinheiro para comprar, pelo que o país corre o risco desse Sector ir ter à mão dos estrangeiros. Para eles a solução é o Governo vender-lhes esse mesmo sector muito baratinho... É um raciocínio simples colocado em cima da mesa, com o objectivo de degradar ainda mais o que já está sub-avaliado, pois o processo de avaliação das empresas públicas é um processo inquinado, indecente, imoral... É evidente que poderá haver neste âmbito perspectivas de carácter financeiro, comercial, de activos fixos - as fábricas que existem, o que valem, quanto lá está de activo - ou, numa outra abordagem, privilegiar o peso das empresas no mercado, a sua situação contabilístico-financeira... Mas o facto é que as empresas públicas valem muito dinheiro, qualquer que seja o prisma por que se faça a sua avaliação.



Fernando Sequeira



Artur Malheiro



Octávio Teixeira

O Sector Empresarial do Estado

O.T. - A possibilidade de podermos fazer frente aos grupos económicos estrangeiros, como o Sequeira referiu, existe, mas de facto só existe através do único grande «grupo económico» com dimensão internacional que temos em Portugal, que é o Sector Empresarial do Estado.

O SEE é o único conglomerado de empresas que tem dimensão internacional e que pode fazer frente à invasão do capital estrangeiro, entendendo isto em termos de domínio dos sectores estratégicos, dos centros de decisão importantes do ponto de vista económico.

Não se trata de recusar o investimento estrangeiro, não é isso que está em causa, mas sim a questão do domínio dos centros de decisão da economia nacional.

Se vamos desmembrar o grupo Sector Empresarial do Estado para o distribuir por uma dúzia de grupos económicos privados, mesmo que não houvesse outras razões contra, esses grupos nunca ficariam com dimensão internacional suficiente para fazer frente às multinacionais; seria repartir o único grupo que temos com dimensão internacional em dez ou doze parcelas que nunca seriam dez ou doze grandes grupos económicos privados. Trata-se, portanto, de uma falsa questão.

Isto não quer dizer que o SEE - gerido de outra forma, reestruturado, etc. - não possa ter relações bastante estreitas com empresas privadas portuguesas e estrangeiras, e mesmo com grupos privados. Pelo contrário, deve tê-las. O forte grupo SEE pode, através das diversas formas de ligações e associações com empresas privadas portuguesas, defender essas empresas privadas do domínio das empresas estrangeiras. Do meu ponto de vista não se trata pois de pôr em oposição o SEE e empresas privadas, ou até grupos económicos privados.

Já agora, quanto às teses da necessidade de vender barato o SEE, chamo a atenção que não estamos perante mera teoria. Antes pelo contrário, tal posição foi expressa no último congresso do PSD, por um elemento bastante responsável daquele partido: não só defendeu a venda ao desbarato, mas também a venda directa, isto é, a venda em que o Governo escolhe o parceiro... o que dá naturalmente lugar a todo o tipo de negociações muito pouco claras.

F.S. - Há quem diga que o SEE não tem coerência interna, que sob o ponto de vista económico e financeiro não está bem dimensionado, organizado, estruturado, que resultou de um processo voluntarista, anárquico, revolucionário, estranho à racionalidade económica, pelo que, também por isso, tem de desaparecer. Ora bem, acho que o SEE é no essencial o corpo, o núcleo das empresas dos grandes grupos monopolistas nacionais; qualquer que

seja a óptica em que nós nos coloquemos, seja a de dizer que há necessidade de reestruturar o SEE, seja a de defender a existência de grupos económicos para fazer face aos estrangeiros, privados ou públicos (e há quem diga que para haver um grupo económico tem de haver a componente financeira, industrial, serviços...), penso que não podemos iludir a realidade: tudo isso existe dentro do SEE, isto é, estão lá os ingredientes todos para que, baralhando e dando de novo, lhe seja dada a tal racionalidade económica que nalguns aspectos até posso admitir que lhe falta.

A.M. - Volto à questão do apoio que o SEE dá ao sector privado. Muitas empresas vivem, sobrevivem, graças ao SEE.

A defesa do SEE parece-me fundamental, mas não da forma com tem funcionado até aqui, pois a realidade é que, embora dispondo de todas as componentes necessárias, nunca funcionou de facto como grupo, nunca foi gerido como um grupo económico, nunca foram aproveitadas as suas potencialidades. Pelo contrário, as empresas industriais públicas, por exemplo, tinham mais dificuldades em recorrer à banca nacionalizada do que as empresas privadas. (A.M.)

Através de contratos-programa, através do planeamento, essas empresas puderam, pelo menos em determinada fase - porque quando começou a febre das privatizações começou também a degradação do SEE - beneficiar com o SEE, tendo entrado em crise com o desmembramento do SEE.

O Sector Empresarial do Estado, ao ser retalhado, vendido, da forma como se pretende, não tem trazido benefícios; tenho dúvidas que o tal objectivo de defesa dos grupos económicos nacionais seja atingido, pois como já se disse esses grupos não têm capacidade para o comprar. Há aqui uma contradição: ou se põem as empresas a saldo, ou elas vão parar às mãos dos estrangeiros.

A defesa do SEE parece-me fundamental, mas não da forma com tem funcionado até aqui, pois a realidade é que, embora dispondo de todas as componentes necessárias, nunca funcionou de facto como grupo, nunca foi gerido como um grupo económico, nunca foram aproveitadas as suas potencialidades. Pelo contrário, as empresas industriais públicas, por exemplo, tinham mais dificuldades em recorrer

à banca nacionalizada do que empresas privadas. O SEE precisa não só de ser reestruturado, mas também passar a ser gerido com a filosofia de grande grupo económico.

Consequências do mercado único

Av. - Perante o que ficou exposto há uma pergunta óbvia: como é que vai ser a economia portuguesa a partir de 1993, com o mercado único?

O.T. - Essa é uma questão importante e preocupante. De facto, o que se está a verificar, mesmo para além das privatizações, é o avanço do capital estrangeiro em Portugal, tomando conta de empresas portuguesas já existentes. A continuar assim e a evoluir a este ritmo, juntamente com a privatização das empresas públicas, é evidente que a situação vai ser ainda muito mais grave, tanto para 1993 como para o futuro. É claro que não deixará de haver economia em Portugal a partir de 1993, mas o essencial dessa economia - se tudo se continuar a processar como nos últimos tempos - deixa de ser portuguesa, pois as decisões estratégicas deixam de ser tomadas em Portugal e passam a ser tomadas pelas multinacionais - para além das questões de transferência de alguma soberania em termos económicos para as instâncias comunitárias, que é outro tipo de questão. Ao nível empresarial, as decisões, as estratégias, passam a ser tomadas fora de Portugal. Por exemplo, a Nestlé, em Portugal, não traça aqui as suas estratégias; elas são traçadas na Suíça. O mesmo se passa com a Ford, que vai instalar cá uma fábrica (o que até é positivo em termos de criação de emprego); as suas estratégias não são tomadas em Portugal, são tomadas nos Estados Unidos da América.

Se o processo de privatizações continuar a avançar como o Governo do PSD pretende, esse domínio acelera-se e teremos em Portugal uma economia periférica, em que as grandes empresas multinacionais determinam o que se produz no país, para onde se produz e em que condições. Ou seja, Portugal deixa de ter, naquilo que é essencial, a capacidade de decisão.

F.S. - As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) estão preocupadas com esse grande embate. Naturalmente que vai haver aí, em determinados sectores, sobretudo a nível industrial, alguns problemas significativos. Mas penso que é sobretudo ao nível dos grandes sectores que as questões da condução da economia nacional pelo capital estrangeiro se vão colocar. O que não significa que não haja outros fenómenos preocupantes; por exemplo, o que se passa em Lisboa, que está a ser comprada aos bocadinhos por

estrangeiros... É claro que se pode dizer que isso é irrelevante ou perguntar: o que é que contam para a economia do país os prédios da Avenida da Liberdade? Mas um destes dias se calhar começam a contar...

Veja-se o sector do turismo; poder-se-á dizer que num país com as características do nosso, as potencialidades turísticas enquanto riqueza natural e cultural constituem parte integrante de um sector estratégico. Neste domínio, o peso do capital estrangeiro, com todas as influências negativas, é crescente...

A.M. - Eu não estou assim tão pessimista, porque acredito que em 1991 haverá condições para travar a venda do país através de uma alternativa democrática

Em termos do sistema capitalista, penso que as diferenças entre o capitalismo nacional e o capitalismo estrangeiro são mínimas; isto na perspectiva de um sistema que explora o trabalho de outrém, de um sistema em que há alguns indivíduos que têm a propriedade dos meios de produção e outros que apenas têm a força de trabalho com que participam na criação da riqueza. Nesta perspectiva político-ideológica não vejo que haja grandes diferenças. (O.T.)

ao actual Governo. Espero que o povo português e em particular os trabalhadores, que são quem mais sente os malefícios desta política, saberão na altura própria dar nas urnas a devida resposta. A minha dúvida tem a ver com qual irá ser a postura do PS nessa fase, já que ele é altamente responsável por ter deixado este Governo tão à vontade na política que está a desenvolver.

Av. - Aproveitemos essas palavras para passar a uma outra questão; como é que se explica ao comum das pessoas que o facto de os prédios da Avenida da Liberdade estarem na mão dos estrangeiros, empresas de têxteis da Guarda, por hipótese, pertencerem a empresas estrangeiras, ou explorações agro-pecuárias do Alentejo serem estrangeiras, pode alterar significativamente o panorama da economia nacional, se entretanto as pessoas continuam a ter emprego, por ventura a comprar produtos melhores e mais baratos?

O que é que fará as pessoas darem a tal «devida resposta» se, em termos



Política do Governo abre portas da economia ao capital privado



imediatos, em termos de economia doméstica, o saldo até pode ser positivo?

O.T. - Vamos lá a ver... O Sequeira falou há pouco no mundo das PME's que importa ter em consideração na perspectiva de 1993; do meu ponto de vista, as PME's são as que mais vão sofrer com a criação do mercado único a partir de 1993, porque não têm dimensão, não têm capacidade de concorrência com as grandes empresas estrangeiras, não têm níveis de produtividade que lhes permita apresentar os seus produtos no mercado a preços concorrenciais com essas empresas e, em muitos casos, não têm também capacidade de apresentar os tais produtos com o mesmo tipo de qualidade. Creio que deveria ser para estes aspectos que deveria estar virado o tal discurso público da «modernização» da estrutura produtiva portuguesa, o que na prática não sucede.

O que sucede é que o esforço financeiro para a modernização dessas empresas, concretamente através da canalização do grosso dos fundos comunitários que estão a ser colocados à disposição do país pelas instâncias comunitárias, não está a ser feito. Pelo contrário, são os grupos privados portugueses e estrangeiros que estão a absorver o essencial desses fundos; porque têm mais capacidade de organização, porque dispõem dos técnicos capazes de fazer os estudos necessários, etc., etc.

Julgo que deveria ser feito um esforço - e aí a responsabilidade cabe fundamentalmente ao Governo - para que grande parcela desses fundos fosse canalizada para as PME's não inseridas em grupos económicos, para se poderem modernizar e minimamente poderem resistir aos choques que irão sofrer em 1993 em termos do mercado interno e em termos do mercado externo. Por outro lado, torna-se necessário criar condições, legislativas e outras, para incentivar e apoiar técnica e financeiramente diversos tipos de associações possíveis entre as empresas, por exemplo, associações para que possam ter acesso aos mercados externos em termos de exportação, para não estarem dependentes de um intermediário que normalmente é uma empresa estrangeira ou um grupo económico privado português que vai buscar a produção a essas empresas e, como tem uma posição dominante, consegue impor-lhes condições leoninas para a compra dos produtos.

Não me refiro à fusão das pequenas e médias empresas, mas sim a formas de associação em que mantêm a autonomia, embora funcionando em conjunto para a exportação, para a aquisição de matérias-primas, para a inovação tecnológica, para a inovação do produto, etc. É evidente que as PME's só podem avançar neste sentido se tiverem o apoio directo do Estado e nalguns casos do Sector Empresarial do Estado.

Lembro, por exemplo, que uma das questões que se coloca, e é normalmente pacífica, é a do aproveitamento dos recursos que temos; nessa óptica, existe a chamada estratégia das fileiras produ-

vas. Vejamos a fileira produtiva da floresta: temos em Portugal a Portucel que produz pasta de papel e deve produzir também papel; temos igualmente uma boa quota na Soporcel. Ora o aproveitamento destas grandes empresas, em especial a primeira, no desenvolvimento da fileira florestal, poderá auxiliar as próprias pequenas e médias empresas que estão na fileira florestal - embora não no âmbito da pasta de papel mas no das madeiras e outros - a desenvolver-se e modernizar-se, sem as absorver. Creio que uma tal estratégia podia minorar os perigos que se colocam com a criação do mercado interno comunitário.

Concordo plenamente com o Malheiro quando ele diz que tenhamos pelo menos alguma esperança de que em 1991 isto mude e se consiga travar este processo. Mas em todo o caso importa ter presente que, mesmo verificando-se em 1991 uma alternativa política que possa levar a cabo uma política alternativa, só já estamos a um ano e meio de 1993.

Preocupações com o futuro

A.M. - Penso que o futuro com o mercado interno será preocupante se não se alterar substancialmente o nível salarial em Portugal, pois corremos o risco da mão-de-obra especializada desaparecer do país, através da livre circulação. De resto, isso já está a acontecer, havendo determinadas áreas que já não dispõem de trabalhadores especializados. Isto para dizer que mesmo o aproveitamento dos fundos comunitários que está a ser feito para a formação profissional corre o risco de perder-se, se não houver um aumento salarial. O que nos deixará na posição de país marginal, com a exploração da tal mão-de-obra barata e sem especialização.

Av. - Mas ainda não responderam à questão posta...

O.T. - Pois não. Quanto a isso, é evidente que os portugueses não têm que ser obrigados a comprar os produtos mais caros pelo facto de eles serem nacionais. Todos nós somos muito patriotas, mas o facto é que ninguém consegue explicar porque é que se deve comprar um produto português quando tem à disposição produtos estrangeiros mais baratos. O problema coloca-se de outra forma.

As PME's - que são as que têm o maior volume de emprego em Portugal, em valor absoluto - precisam de ser mantidas por questões de emprego, mas têm ao mesmo tempo de se modernizar. Daí a ligação que tentei fazer à questão do aproveitamento dos fundos comunitários, para que possam aumentar a sua produtividade de modo a que os seus produtos possam concorrer em preço e qualidade com os produtos estrangeiros. Agora, se não tiverem oportunidade de o fazer e se em 1993 o mercado for aberto à concorrência, é evidente que muitas delas poderão ir à falência, o que se irá repercutir no emprego e muita gente não irá ter acesso nem aos produtos estrangeiros mais baratos.

F.S. - Voltava à questão do nível salarial em Portugal; todos nós sabemos que a repartição do rendimento no país é profundamente desfavorável ao factor trabalho, mas mesmo que no quadro de uma política socialmente mais justa nós invertéssemos essa repartição e a colocássemos ao nível dos países mais avançados nesse domínio, não conseguiríamos resolver o distanciamento entre os salários reais em Portugal e os salários desses países. Aí entra em jogo uma outra questão, que é a da produtividade da economia. E essa não há decreto que a resolva, não há discurso

que a resolva; é uma questão objectiva que passa pelo homem, pelo operário, pelos diversos trabalhadores aos diversos níveis dentro das empresas, e pelos próprios empresários. Sendo esse o factor fundamental, em termos de conhecimento, de capacidade não é susceptível de ser alterado por decreto de uma semana para a outra, de um ano para o outro e às vezes até de uma década para a outra. Independentemente de juízos de valor sobre o processo de adesão de Portugal à CEE, se é bom, se é mau, se talvez..., mesmo que seja bom em termos absolutos, há sempre que ter em conta o tempo que nós tivemos para essa adesão. Isto é, há coisas que passam pelos homens e pelas mulheres do nosso país que não se resolvem de um momento para o outro, que levam muitos anos a resolver. Isto tem a ver com a questão da produtividade, que não se revolve indo comprar máquinas à RFA... Pode resolver alguns problemas, mas a questão fundamental resolve-se com mão-de-obra mais qualificada aos diversos níveis, com novas mentalidades. E esses processos são morosos, não se resolvem com ministros a fazer discursos ou colando cartazes a dizer que vamos ganhar o desafio. Pelo contrário, esses métodos até podem criar a ilusão que se está a resolver o problema...

A chamada consciência social em termos do conhecimento e do domínio das técnicas é algo que leva o seu tempo; podem ser aceleradas as etapas, mas não se podem queimar as etapas.

Esta é uma questão fundamental.

O.T. - E entronca na questão da utilização dos fundos comunitários para a formação profissional, que são importantes para Portugal poder resolver este problema. Se nos cingirmos às verbas do Fundo Social Europeu que são utilizadas para formação (as que o são de facto), verificamos que são postos à disposição dos grupos económicos, enquanto os trabalhadores das pequenas e médias empresas, fundamentais na economia nacional, não têm acesso a essa formação profissional. E sem formação profissional é extremamente difícil e em muitos casos impossível aumentar a produtividade. Em causa não estão apenas as máquinas, mas também os homens.

O aspecto que o Malheiro referiu é também muito importante; corremos o risco de ter no futuro grande emigração de mão-de-obra especializada, de técnicos, de cientistas, o que irá agravar ainda mais a modernização da economia portuguesa.

A.M. - No que respeita à utilização das verbas do FSE assiste-se também a um fenómeno: mesmo em grandes empresas, quando os fundos são utilizados na formação, são muitas vezes mal utilizados e muitas vezes com o objectivo de ganhar dinheiro com os cursos; em vez de enviar para esses cursos os trabalhadores que efectivamente os deveriam frequentar, arranja-se à pressa pessoas e «cursos» apenas para receber os respectivos fundos. São conhecidos os casos de pessoas que frequentam três e quatro cursos que não vão utilizar, como acontece por exemplo com o recurso a trabalhadores à beira da reforma...

O.T. - Esses exemplos são os tais que não são para formação...

F.S. - Creio que um sector a necessitar urgentemente de formação - e isso raramente é focado - é o dos próprios empresários das pequenas empresas; se à frente de uma empresa está alguém sem perspectivas estratégicas, sem a compreensão das mudanças da realidade, utilizando relações de trabalho prepotentes - e não estou a pensar nas alterações dos modos de produção - não é possível modernizar a empresa, no sentido em que

vimos falando. Toda a formação dos próprios trabalhadores se pode perder se um empresário desses não entender que um quadro técnico ou um trabalhador qualificado pode ser mais importante do que uma máquina.

E o drama, como disse o Octávio, é que são justamente as empresas mais débeis que menos capacidade têm para entender isso e de aceder a essa formação. Teoricamente, ela é para todos, mas na prática há uma espécie de «selecção natural»...

Av. - Continua por saber como é que natal altura própria as pessoas vão responder à questão de fundo de toda a nossa conversa. O que tem a ver com a consciência política dos problemas e a nossa capacidade para transmitir uma mensagem política neste domínio...

F.S. - Tenho dificuldade em responder; trata-se de uma questão profundamente complexa, tanto no plano político como ideológico.

As ilusões são transmitidas todos os dias, as manobras de diversão são múltiplas, a desinformação é enorme... e as pessoas vão vivendo. Não se pode dizer que neste momento o salário real seja menor do que era há três ou quatro anos, porque isso é falso. Há de facto profundas desigualdades, mas muita gente vive bem. Basta que um milhão de portugueses viva bem - e isso representa apenas 10 por cento da população - para que o país pareça viver muito bem...

Ainda recentemente a televisão passou um programa sobre a pobreza, abordando o problema numa perspectiva avançada; um dos intervenientes disse que pobre é qualquer pessoa cujo rendimento está abaixo da média nacional e que nós temos pelo menos 1/3 de pobres, ou seja, quase quatro milhões de pobres. Mas será que a maioria das pessoas sente isto, acredita nisto?

Creio que será o próprio desenvolvimento social e histórico que acabará por levar as pessoas a encontrar as respostas e a compreensão dos fenómenos, mas isto é complicado, como o provam por exemplo os recentes acontecimentos na Europa Central e de Leste.

A.M. - Chamaria só a atenção para o facto de que, em relação às ilusões que têm sido criadas, tem havido algumas desilusões. Um dos chavões da propaganda sobre a adesão à CEE foi a diminuição dos preços dos carros; não só não baixaram como aumentaram. Em determinada altura, fez-se crer que os portugueses iam ser todos capitalistas; era a ilusão do capitalismo popular. Também essa miragem terminou e hoje o discurso já é diferente, hoje a «salvação» está nos tais grandes grupos de que falámos aqui.

Se calhar a próxima será a tal de que nem os produtos estrangeiros mais baratos nos valem se não houver salário para os pagar... Mas isso é um caso extremo.

O.T. - Na questão colocada intervém fortemente a consciência política dos efeitos futuros de uma desnacionalização da economia portuguesa. Ora a formação da consciência política nunca foi fácil, nem o será no futuro. Implica um trabalho político permanente. Essa é uma face importante da nossa luta.

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

Opinião

Do ideal comunista

1. Uma ontologia do político?

Apenas algumas reflexões — porventura, intempestivas — acerca de uma expressão que entre nós conhece um curso renovado: o **ideal comunista**.

Ouve-se falar crescentemente de uma fundamentação ética do político (e seria decerto um tema a merecer análise, já que a questão é, de longe, mais complexa do que o que a «boa intenção» de determinados discursos moralizantes deixaria supor).

Descura-se em igual medida a fundamentação **ontológica**, material do político (e para ela gostaria aqui esquematicamente de chamar a atenção).

Estou a entender, neste contexto, por «ontologia do político», não um perscrutar do ser que o político é, mas um pensar do ser onde o político se inscreve.

Desculpem a aridez abstracta e a prosápia (para alguns, irremediavelmente convencida) do filósofo. Ler é neste caso — acreditem — a forma de ser mais breve.

2. Do ideal

Um **ideal** é algo que por definição transcende, vai mais além e está mais além do existente.

Mas o que é que caracteriza verdadeiramente o «ideal», e o modo de pensar que com frequência a ele recorre como categoria fundamental da crítica?

É o seu **corte** radical com o existente, é o colocar-se de pronto num terreno **outro** que confronta o existente e se lhe **justapõe**.

O expediente de simplesmente contrapor **ideais** ao **existente**, de acrescentar **ao que está** algo de puramente representado como **devendo ser**, não pensa — e, muitas vezes, não **cura** — de algo de basililar nos processos históricos: por um lado, a radicação **material** daquilo que vai negar o existente no leque de **possíveis** que o próprio existente projecta como um horizonte seu; por outro lado, a mediação, o **percurso de transformação** que **praticamente** irá conduzir de um estado de coisas existentes determinado a um outro que o nega e transcende.

É dentro destes parâmetros que se podem pensar e avaliar importantes distinções que é indispensável operar entre **utopia** e **possibilidade real**.

É dentro destes parâmetros que se desenvolve a **dialéctica concreta** de **teoria** e **prática**, no âmbito de qualquer projecto — político ou outro — de **apropriação inteligível** e de **transformação material** da realidade.

3. Comunismo, um ideal?

É movendo-se no interior destes parâmetros que gostaria de lembrar também que o **comunismo**, em rigor, **não é** porventura apenas, na ampla etapa histórica em que nos integramos, um ideal.

Sem dúvida que períodos históricos houve em que o comunismo, meritoriamente, foi apenas um ideal, e não poderia deixar de o ter sido.

Sem dúvida que concepções doutrinárias houve (e há) em que o comunismo a mais não poderá aspirar do que a ser expressão idealizada de um ideal de justiça, de paz, de bem-aventurança.

Porventura, um dos contributos teóricos e organizativamente decisivos que ainda hoje podemos ligar ao pensamento e à acção de Marx e de Lênine reside, precisamente, em nos terem ajudado a ver — e a forjar instrumentos de análise e de intervenção — que o **ideário** comunista não está fatalmente condenado a ser uma mera suspiração ideal: Que estão **em desenvolvimento** condições objectivas **contraditórias** que configuram o comunismo como **possibilidade real**, que há modos subjectivos de labora-

ção da realidade que a podem efectivamente transformar.

4. Uma possibilidade real

É então o comunismo um simples «ideal»?

Seria tentado a responder que não.

Objectivamente, o comunismo é, na nossa etapa histórica, uma **possibilidade real** que se divisa, no jogo contraditório e no movimento tendencial de desenvolvimento do modo capitalista de produzir e de reproduzir o viver das sociedades

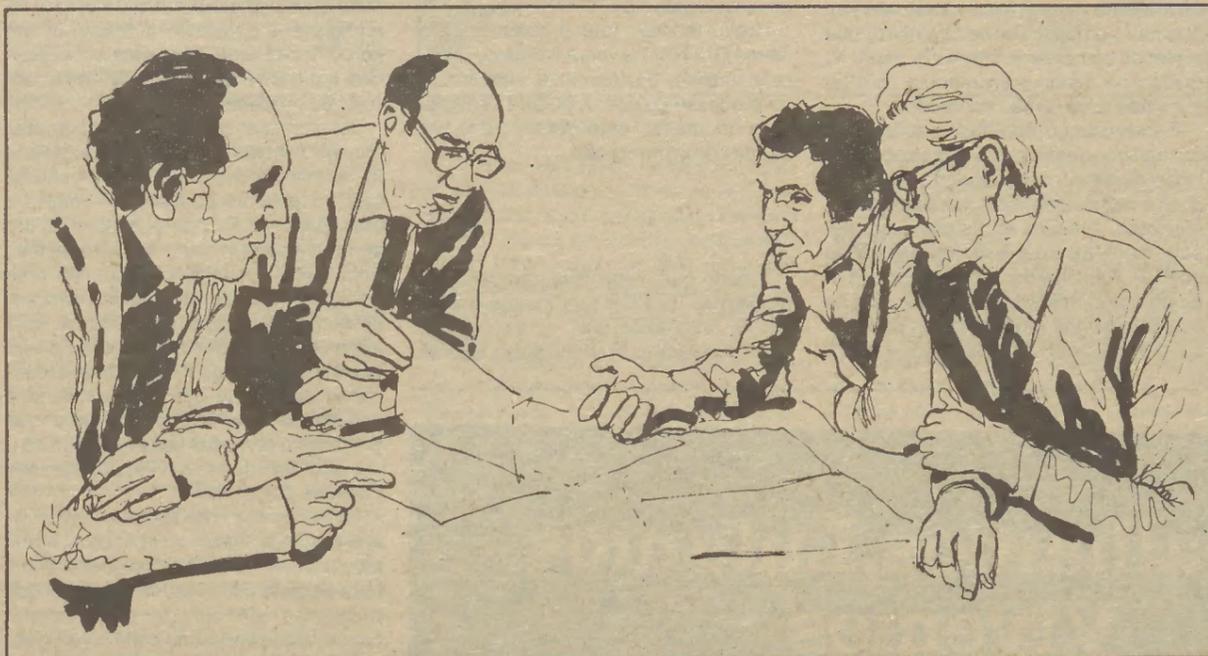
seu conjunto impõe a necessidade de uma incontornável atenção ao relacionamento vinculativo de **prática** e **teoria**.

Os comunistas não são apenas, praticamente, os mais decididos (**entschiedenste**) e avançados (**weitertreibende**) na defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores e do povo, em geral; eles têm também que **procurar como vantagem, teoricamente**, «a penetração (a inteligência, **Einsicht**) nas condições, no curso e nos resultados gerais do movimento proletário». (2).

acrescida do carácter **global** de muitos dos problemas que nos afligem têm de converter-se em foco de interesse de laboração empenhada.

7. Do ideal ao ideário

É por tudo isto que o **comunismo** que um partido de trabalhadores — no sentido socioeconómico e no sentido cultural mais amplos do termo —, que o partido dos trabalhadores pela causa da emancipação (isto é, pela configuração humana dos nossos destinos) inscreve na sua



humanas. É uma possibilidade real de passagem a um estágio, e a um registo, **qualitativamente diferente**.

É uma **possibilidade**: não é uma necessidade lógica imediata, uma decorência analítica, nem é uma fatalidade que alguma providência superna garante e a nós nos resta de braços cruzados aguardar e acolher.

Mas é uma **possibilidade real**: porque não se limita a ser o correlato de um desejo nobre ou de uma exigência ética generosa, mas antes corresponde a algo de **praticável** — ou seja, a algo que uma prática social consequente pode intentar configurar e pôr de pé.

Por isso, **subjectivamente**, o comunismo é um projecto **revolucionário** de transformação e de reconfiguração em permanência das relações sociais, apontado a uma produção (e reprodução) do viver não centrada na exploração por alguns do trabalho não comandada no seu evoluir pela exclusividade e determinante procura do lucro, assente na **satisfação e no enriquecimento de necessidades sociais**, numa base de **democraticidade efectiva e efectivamente universal**.

5. O partido dos comunistas

É sabido que houve, há e haverá diferentes programas sociais de intervenção na realidade.

É sabido que houve, há e haverá distintas reconfigurações históricas determinadas do que vamos entender e entendendo por comunismo.

Por que se diz então um partido **comunista**, na tradição marxista-leninista?

Um dos traços, porventura, centrais é este:

«Nos diversos estádios de desenvolvimento (**Entwicklungsstufe**) por que a luta entre proletariado e burguesia passa, (os comunistas) representam (no sentido de: defendem, **vertreten**) sempre o interesse do movimento no seu conjunto (**Gesambewegung**). (1)

Esta procura **essencial** de uma representação do interesse do movimento no

Não se trata, por conseguinte, de qualquer imposição **dogmática** de concepções aprioristas, mas de desenvolver um **efectivo programa de investigação do real** e das suas contradições que **suporte e perspective** uma empenhada intervenção **de classe** e **de partido** nos processos históricos reais.

6. Traços

É por isso que, do ponto de vista **filosófico**, a tese da unidade do **materialismo** e da **dialéctica** é para ser levada a sério, concretamente investigada e efectivamente posta em prática.

É por isso que, do ponto de vista económico, a revelação do **segredo** apropriação **privada** da mais-valia produzida, «legitimada» pela posse dos meios de produção, não é apenas uma «frase publicitária» destinada a concitar adesões medianamente exigentes e a fixar de modo simplista e aproximado o perfil do «inimigo», mas matéria incontornável de uma reflexão que tem de prosseguir com incidência **crítica** sobre o existente e com um potencial que não pode ser descurado com vista ao delineamento e edificação de novas formas de organização da produção do viver.

É por isso que, do ponto de vista **político**, uma **democraticidade efectiva** (e não apenas aparente, ou petrificadora das figuras burguesas) tem de ser inscrita como objecto de investigação e bandeira de luta.

É por isso que, do ponto de vista **social**, a procura de uma **organização das relações** — a diferentes níveis — em base de não-exploração tem de ser activamente **demandada**.

É por isso que, do ponto de vista **cultural**, um desenvolvimento omnilateral da humanidade inteira e do homem todo tem de alçar-se a preocupação dominante na senda de um **enriquecimento** em permanência das próprias **necessidades sociais**.

É por isso que a paz, a cooperação, a solidariedade internacionalista, as preocupações ecológicas, a consciência

bandeira de luta e no seu programa prático não é mero ideal, revelador dos melhores sentimentos morais e da mais excelsa filantropia, mas **ideário de combate** contra as muitas forças que deliberada e tradicionalmente se lhe opõem, **ideário de esclarecimento, próprio e alheio**, num mundo em que as contradições se agudizam e adquirem novas (e, por vezes, perturbadoras) figuras, **ideário de diálogo alargado** e de **convergência na acção**, porque sabemos que sozinhos — poderemos sem dúvida ter razão, mas nunca conseguiremos cumprir a razão de ser essencial do nosso esforço e do nosso trabalho.

É por isso que o marxismo-leninismo é programa científico de investigação, que **só é** se for tomado a sério e não reduzido a mera celebração litúrgica por meio de citação.

É por isso que o marxismo-leninismo é ideologia que reflecte, acompanha e perspectiva todo o labor colectivo de configuração histórica prática material do nosso viver concreto.

O comunismo não é um ideal que se sonha e espera, mas programa de trabalho e luta.

José Barata Moura

¹ «in der verschiedenen Entwicklungsstufen, welche der Kampf zwischen Proletariat und Bourgeoisie durchläuft, stets das Interesse der Gesamtbewegung vertreten.», K. MARX — F. ENGELS, *Manifest der Kommunistischen Partei*; MEW, vol. 4, p. 474.

² «die Einsicht in die Bedingungen, den Gang und die allgemeinen Resultate der proletarischen Bewegung», K. MARX — F. ENGELS, *Manifest der Kommunistischen Partei*; MEW, vol. 4, p. 474.



Opinião

Centralismo democrático e participação

Os problemas de organização têm sido objecto de profunda reflexão neste processo preparatório do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP. Preferencialmente tratados, pela sua natureza, a nível orgânico, estes problemas constituem um dos aspectos centrais do debate ideológico, tendo merecido abordagem em diversas cartas e artigos de opinião e, também, numa «mesa redonda» publicada no «Avante!». É um desses artigos («o centralismo democrático não é nenhum dogma!», do cam. Jaime Gralheiro) que pretendo comentar e, sobre ele, expor as razões da minha discordância com alguns aspectos do seu conteúdo.

É, nesse artigo, abordada a questão do centralismo democrático e da suposta relação desse conceito teórico com limitações à democracia nos partidos comunistas. Procura-se estabelecer, depois, a ponte para a realidade específica do PCP. A análise dos problemas do PCP tendo como referência determinante os acontecimentos internacionais pode levar a associação de ideias que, embora

constituindo, à primeira vista, uma possibilidade de entendimento, distorcem a realidade e podem encaminhar-nos para conclusões sem fundamento.

Põe-se o problema da cientificidade da análise — necessidade sempre presente se quisermos que essa análise constitua elemento válido para o debate. Cientificidade que é uma exigência da identidade comunista, que constitui um traço marcante da orientação marxista-leninista assumida pelo PCP.

Creio, todavia, que o texto do cam. Jaime Gralheiro levanta várias questões cuja análise, devidamente enquadrada no processo colectivo, poderá contribuir para um melhor entendimento dos problemas de organização.

É certo que o colectivo partidário tem problemas. O PCP tem muitos e complexos problemas pois trata-se de um grande colectivo com múltiplas tarefas,

de um partido que desenvolve a sua actividade abordando praticamente todas as vertentes da vida social.

Fácil seria se os problemas tivessem por causa determinante aspectos de natureza exclusivamente interna (susceptíveis de correcção directa). Fácil seria se a causa dos problemas pudesse ser separada da dinâmica da vida e abandonada na margem do caminho. Fácil seria se essa causa fosse o centralismo democrático e se, abandonando-o, tudo se corrigisse e passasse a funcionar em conformidade com as nossas necessidades. Mas não é assim. A realidade é bem mais complicada.

JG questiona as razões do dogmatismo, do estiolamento teórico, questiona as razões por que se criou a «ilusão de que a vida social pudesse ser dirigida». Também seria fácil se pudessemos dar como resposta a todas essas questões uma única circunstância, apenas uma parte da realidade. A dinâmica dos processos sociais gera uma inércia cuja força se desenvolve para lá das acções que lhe deram origem, superando a internacionalidade do seu protagonismo e assumindo uma lógica intrínseca que condiciona e, muitas vezes, determina o sentido de desenvolvimento desses mesmos processos.

Se temos como certo que constitui ilusão pretender dirigir a vida social, igualmente constitui ilusão considerar a atitude dirigista como causa exclusiva dos problemas em apreço, pois, exactamente, a vida social não pode ser dirigida, logo, o dirigismo não pode constituir a «fonte» única dos problemas sociais em referência.

Da mesma forma, não podemos esquecer que «o aparelho político repressivo» não é criação original do socialismo. O Estado é, por natureza, um aparelho político, e, resultando a sua acção determinada pela contradição dos interesses em jogo, pode assumir, em função das forças em presença, uma natureza politicamente repressiva. Questão diferente é a sobreposição e confusão entre o Estado e o partido, situação considerada nas teses como a 4.^a causa fundamental da crise na URSS e nos países (então) socialistas. Aliás, não foi apenas nesses países que se cometeu esse «erro». Se olharmos para mais perto, para Portugal, vemos uma situação equivalente na estratégia de apropriação abusiva do aparelho estatal por um partido político, o PSD de Cavaco. E também vemos, nessa apropriação, o desenvolvimento de uma função política repressiva.

Por outro lado, além do Estado enquanto aparelho de domínio político e dos partidos enquanto entidades representantes activos dos interesses das classes sociais fundamentais, existe, nas sociedades e independentemente do seu sistema económico e regime político, entidades e forças sociais que se situam em contradição com os interesses dominantes e cuja actuação também tem de ser levada em conta para o entendimento da dialéctica dos processos em curso. E há que considerar, também, o factor externo a nível mundial.

Os partidos comunistas (que estiveram) no governo em diversos países da Europa detêm grandes responsabilidades pelo desenvolvimento dos factores que conduziram à presente situação. Talvez nem todos os factores negativos

correspondam, ou sejam devidos exclusivamente, à acção dos comunistas desses países, embora os haja e tenham tido um peso específico que não se pode ignorar (entre estes factores conta-se o «dirigismo» em todas as suas variantes). Agora, atribuir «as culpas» ao conceito teórico de centralismo democrático parece-me, em termos lógicos, algo abusivo e contraditório. O dirigismo constitui a negação do conteúdo essencial do centralismo democrático, da relação dialéctica entre a necessidade da unidade na acção e a liberdade de participação — pressuposto indispensável à formação da consciência democrática no plano individual e colectivo. De quem será a «culpa»: do centralismo democrático ou do dirigismo?

Torna-se necessário equacionar o problema da participação. A questão da participação transforma-se cada vez mais num problema central do nosso tempo. O valor intrínseco da democracia não se realiza, hoje, sem o pressuposto da participação (isto é válido também para o universo partidário). A democracia participativa implica a possibilidade e a responsabilidade de uma participação democrática.

Ao introduzirmos no debate o conceito de centralismo democrático, convém que indiquemos se estamos a falar do conceito em si ou da sua perversão, da sua deturpação histórica, tal é a confusão gerada pela utilização abusiva do termo. O conceito de centralismo democrático assumidos pelo PCP tem características que derivam da sua história colectiva (e a esta não se confunde com as situações de autoritarismo criadas, em outros partidos, à sombra do conceito de democracia), o que não quer dizer que não tenha havido no PCP «situações, tendências e práticas tanto para a centralização desnecessária e concepções impositivas, burocráticas e autoritárias, como actuações que se caracterizam pelo desrespeito sistemático da disciplina e o confronto sistemático com a orientação do Partido» (Teses, ponto 4.3.11).

Outro aspecto a ter em conta é o problema da generalização indevida de experiências parcelares no processo de caracterização das situações gerais. Não me reconheço no molde do militante que não faz debate ideológico, que não tem discutido ideias (de que JG fala), embora reconheça a possibilidade de existência das situações referidas. Da mesma forma, não acompanho a ideia de que esse molde seja generalizável de modo a caracterizar o funcionamento interno do Partido.

Mesmo para o desencanto e afastamento de muitos militantes devemos ter em conta, na análise, outros factores, para além dos de natureza interna — factores que dizem respeito à dinâmica de desenvolvimento da consciência social na sociedade portuguesa, hoje profundamente condicionada por uma atitude individualista e que caminha no sentido contrário à sociedade «mais solidária» que defendemos.

Estou totalmente de acordo com a ideia de que o centralismo democrático não é um dogma. Penso que é uma necessidade real, que é parte determinante do sistema de organização da vida colectiva do Partido, que deve ser constantemente aperfeiçoado, e que a observância dos seus princípios deve constituir uma exigência colectiva — o que implica a assumpção de uma perspectiva efectivamente democrática e participativa. E estou certo que exigindo, participando e integrando a nossa acção na acção colectiva, contribuiremos para o reforço do Partido e da sua acção revolucionária.

Alexandre Branco

Trabalhamos, Lutamos Vivemos com transparência

AMARO CUNHAL
**O PARTIDO
com paredes
de vidro**

«Para aqueles que de fora observam o PCP e queiram com seriedade formar uma opinião sobre ele, decerto interessa saber como os comunistas concebem, constroem, explicam e desejam o seu próprio Partido. Propomo-nos dizer com verdade como somos, como pensamos, como actuamos, como lutamos, como vivemos, nós, os comunistas portugueses. Tudo será dito, tornando transparentes as paredes do nosso Partido, de forma a que quem está de fora possa observar o Partido como que através de paredes de vidro».

À venda nas Livrarias
270 pág. - 300 Esc.

A verdadeira imagem do PCP

edições
Avante!

É difícil, mas é conosco

Às vezes, nas situações mais complexas, sentimos a necessidade de sermos simples...

Deixar, por exemplo, esta ideia de bom senso: as aspirações populares não são nunca substituídas por divagações e projectos apenas teóricos.

A prática aí está, no 1º de Maio da CGTP. Valiosa lição para os que às vezes não têm em conta as realidades deste país.

As teses do XIII Congresso demonstram à partida, e melhor demonstrarão depois de trabalhadas, que as questões essenciais da nossa vida são mais profundas de que a alguns se configuram e não podem ser tratadas como às vezes são, por cima e a favor de interesses de grupo ou pessoais.

Por exemplo, uma boa parte do que é escrito e dito por aí concorre ou não, em última instância, para ocultar o que é essencial na organização e na luta, tanto na vida nacional como na situação internacional? Quem analisa entretanto a política deste Governo, as destruições operadas, os projectos de submissão ao capital internacional?

Quem questiona seriamente, e não só com entusiasmos que resultam de interesses de grupo, pessoais e imediatistas, as consequências de mudanças profundas nos países que ainda recentemente eram socialistas?

A situação é grave para todos. Partido, intelectuais, trabalhadores que todos somos. É necessária muita lucidez e respeito mútuo para tratarmos do que há a tratar, para avançarmos sem perdermos amigos e camaradas pelo caminho.

Há vários sismos, lá fora, entre nós e neste país. As mudanças são tão profundas, na sociedade e em cada um de nós, que não deveriam ser aproveitadas para apoiar atitudes levianas. A questão principal é a conquista de poder pessoal ou é responder, por vias mais eficazes e inteligentes, às necessidades de organização e de acção?

Se a realidade aí está, a provar de novo que o Partido é a força maior na defesa da democracia e da liberdade, através da intervenção organizada e não por palavras, então cuidemos de defender o que é nosso e preparemos novas mudanças e novas intervenções lá fora, na vida de todos os que sentem a violência do que se passa e do que se prepara contra as maiorias.

Às vezes, alguns de entre nós parecem ter medo ou, pelo menos, perspectivas de medo dos trabalhadores e da acção popular... Há camaradas que exultaram, em anos passados, com tudo o que era revolucionário, e que agora tomam atitudes que condicionam drasticamente essa predisposição imediatista para a revolução...

Vale a pena reflectir, hoje em dia, nos percursos individuais e colectivos que fizemos e fazemos. Vale sobretudo a pena continuar a influenciar o curso das coisas, sendo incómodo onde e quando for necessário, mas sem nunca ficar com essa carga terrível de ajudar, minimamente que seja, o inimigo. Influenciar a participação, a abertura e a democrática no interior do Partido como nas realidades onde nos movemos. Criar mais e melhores condições para a resistência e a luta individuais e colectivas. Agir sobre o meio onde vivemos com as condições e os meios que temos e podemos melhorar. Unir os camaradas e os companheiros de direitos, de deveres e de lutas. Olhar de frente o futuro e saber ultrapassar as mil e uma situações difíceis que atravessamos com a alegria de sabermos que não esqueçemos o essencial e de que outras perspectivas se abrem para quem está vivo e quer viver de bem com as suas ideias legítimas e com a sua maneira intrínseca de amar e transformar a vida.

Ser simples, sem ser simplista. Ser comunista, procurando sempre saber e ser comunista. É difícil, mas é conosco.

António Modesto Navarro



mas nem era esse o objectivo que se almejava, e mais tarde editaram-se as Obras Completas. Também não me parece ser o m.d.c. porque dele («m-l») fazem parte questões essenciais que não o eram para os clássicos, ou neles nem sequer existiam como propostas.

Os objectivos da construção visavam, naturalmente, responder a questões da época em que meteram mãos-à-obra-dos-outros. Tudo aponta mais para uma releitura e reelaboração, julgo. Talvez mesmo o que se tenha pretendido, sim, foi espremer essas obras num espremedor feito à medida do sumo refinado que delas se queria extrair.

Mas se era esse o objectivo, porque lhe chamaram «m-l» e não outro *ismo* qualquer? — pode-se argumentar ao pensar nas arbitrariedades de que então podiam ser vítimas as próprios pensadores vivos da época?

Talvez a estatura e fins dos construtores e seus inspiradores, por um lado, e a projecção e assegurado prestígio dos clássicos, por outro, não tenham aconselhado novo baptismo. A cobertura era perfeita, e tão perfeita que gerações inteiras, apesar de avisos à navegação lançados, a adoptaram com convicção.

Suponhamos, contudo, que a esta pista alguém chamará pura fantasia, sem bases históricas e que poderá ser classificada de malévola ou de qualquer outra coisa; e que o «m-l» não é de facto uma espremedora teórica, mas à medida, das obras de Marx, Engels e Lenine e que não foi passada no crivo fino das intenções dos anos 25-35 na URSS. Suponhamos que ele é de facto a seiva pura e santa de uma leitura isenta, por intelectuais socialistas, dos clássicos. Parece ser esta a conclusão da MR, e face ao profissionalismo dos declarantes, quem sou eu para contestar. Mas se assim fosse, porque razão agarráramos como lapa-à-rocha, a um termo que, em especial em período de crise do leste, é uma forma evidente olhada pela opinião pública em geral como oriunda do estalinismo dos seus anos áureos, por mais confissões e demonstrações de boa-fé que hoje façamos? Porque não regressar às fontes e procurar uma designação no âmbito de: síntese do marxismo e do leninismo, ou até, ideias de Marx e Lenine, ou... Tanto mais incompreensível é esta obsessão quanto a MR concorda, candidamente, em acrescentar um «aberto» ao «sistema», pois constata que a «generalidade das pessoas, quando fala em sistema, pensa imediatamente em totalidade conclusiva... onde está tudo». Conceitos sábios e sensíveis em relação à estrutura «sistema», mas que teimosamente, se recusam para o seu alicerce, o «m-l». Se outras razões não houvesse, claro...

Talvez por isto, e por outras pistas ainda a debater, andamos a falar, deliberadamente ou não, de coisas algo distintas (marxismo, leninismo, «marxis-

mo-leninismo») mas, iludidos por uma certa homofonia ou aproveitando-a, fazemo-lo como se tudo fosse exactamente a mesma coisa. E a questão em aberto é que talvez não o sejam.

Por mim, amador, por tudo o que tenho lido, e por razões de fundo e práticas, e até melhor esclarecimento, prefiro a designação de *metodologia dialéctica de Marx, Engels e Lenine*, que expressa aquilo que à MR — e estou de acordo — parece essencial: uma forma de pensar e de acompanhar o movimento da realidade.

Da constatação de se colocarem dúvidas ao «m-l» e assim também se procurar actualizar a nossa identidade ideológica, não se pode concluir que haja demissionismo ou mascarada alergia aos clássicos e que se caiu nos braços do liberalismo. Sinto dizê-lo, mas não me parece honesto afirmar que todos os que têm já dúvidas sobre a expressão «m-l» são desde logo anti-Lenine e que a prazo, em leitura de cartomante, serão também anti-Marx. E acrescentar que este adivinhatório percurso prova o bem fundado da defesa do «m-l» é, pelo menos, nulamente científico e estranhamente fundamentalista.

E a propósito da importância da rosa, perdão, do hífen, cabe perguntar como foi possível ao povo russo fazer a Revolução de 1917, e as anteriores, sem a ajuda salvadora do mesmo hífen?

Também me parece discutível que se atribua a Lenine uma vida de teoria e acção (e teve ambas) e a Marx e Engels só a teorização e nada de prática. Por um lado há que ter em conta a distância-tempo das respectivas vivências — milhares de quilómetros e aproximadamente meio-século. Mas principalmente: apesar de sobrecarga de trabalho com investigação original e respectiva escrita, M. e E. tiveram ainda tempo, nas condições de então, para evidenciar a importância que davam à organização, e deixarem sementes. Marx e Engels, entre outras associações, comités, etc., fundaram a Liga dos Comunistas, a primeira organização política do proletariado, o que não terá certamente deixado de inspirar Lenine. E o sentido prático da mensagem teórica de Marx era tal que, fazendo inveja a muito publicista, elaborou em poucos dias o Manifesto Comunista e nele integrou um slogan político (ele não lhe chamava assim, claro) que ainda hoje é mais conhecido que qualquer outro, mesmo comercial: «Proletários de todos os países, UNI-VOS». Enfim, questões que, no mínimo, devemos continuar a debater, assumindo interrogações, sem se correr o risco destas serem impunemente classificadas de renúncias.

Luís Santos
15/4/90

Porquê?

Algumas pistas — 2

Na minha Opinião de 12/4, e em relação ao original entregue, surgiram impressões no A. duas gralhas de que não sou responsável, embora as compreenda. No 1.º parágrafo, último período, saltou uma linha. Passo a transcrever o texto original na íntegra, com a linha em falta sublinhada:

«Na actual situação nacional e internacional julgo que **assim há que proceder. Para que não acreditemos que o tudo nasceu do nada** e para reforçarmos a confiança no Homem e na sua capacidade de previsão.

No décimo parágrafo, logo de início, está «A ruptura das utopias...», quando no original estava «A ruptura das topias...». **Topia**, com origem grega, significa «ordem estabelecida» e por isso acrescentei: «...i.e. das ordens estabelecidas». Com o prefixo *u* forma-se o conhecido significado antagónico: **utopia**.

E já agora, quase a propósito. Li com todo o empenho a Mesa Redonda (MR) sobre «Marxismo-Leninismo, hoje», na qual participaram camaradas que muito considero e estimo. Nela existem passos de realismo e acutilância, em doses moderadas, e de muita erudição, como era de prever, e que abrem caminhos a quem aprofundar a matéria. Mas fiquei com dúvidas práticas. Por exemplo, espantou-me que se não esclarecesse, e antes os componentes também neles se

enleassem, «confusionismos» agora frequentes em quem opina sobre «m-l», e mais frequentes naqueles que o criticam de uma posição exterior (vidé artigo de Carlos Graça, no Expresso de 13/4). E a situação a que me refiro é a seguinte: começa-se por apontar (para criticar ou defender) o «m-l» e acaba-se, no registo correspondente, a falar de todo o Marx e, ainda com referências consequentes, pelo meio nomeia-se todo o Lenine! (a ordem dos factores é arbitrária): Que confusão — pensa um amador como eu. Mas se nuns haverá ignorância ou má fé — o que não é, **mas que evidentemente**, o caso dos participantes da MR — para a generalidade dos casos haverá que desbravar outras pistas como explicação. Uma possível: não estar claro qual o período da **construção** do «m-l» — e numa longa MR ninguém a datou — e não aceitar-se que ela é muito própria de uma época e que foi muito intencional, visando quer efeitos exteriores, como principalmente internos. E embora indiscutivelmente tenha tido como base essencial obras de Marx, Engels e Lenine, não me parece representar nem o m.m.c. (menor múltiplo comum) nem o m.d.c. (máximo divisor comum) desses clássicos. Não é o m.m.c., até por dificuldades levantadas por obras prolixas, em si complexas, senão mesmo contraditórias mas, talvez por isso mesmo,



Opinião

Algumas notas sobre as organizações comunistas de juventude dos países socialistas

Hoje, tudo aquilo que aconteceu ou está a acontecer com as organizações comunistas de juventude dos países socialistas, é uma questão que a nós jovens comunistas portugueses, nos preocupa profundamente.

Muitas já se dissolveram, outras estão com grandes problemas internos e de definição de posicionamento e orientação políticas.

Inevitavelmente as organizações juvenis não podiam ficar imunes a todas as transformações e acontecimentos verificados nos países socialistas e com os respectivos partidos.

Mas interessa-nos aqui avançar alguns aspectos e levantar algumas questões sobre: que organizações eram estas? Qual o seu funcionamento; qual a sua ligação com a juventude? Que trabalho levavam a cabo? Como e porquê se ingressava nas suas fileiras? A resposta a estes aspectos ou pelo menos as hipóteses a avançar parecem-nos de fundamental importância para uma melhor compreensão de alguns fenómenos relativos a elas.

— Todas elas eram grandes organizações, com múltiplas e diferentes formas e áreas de intervenção, no entanto o seu estilo era burocratizado, centralizador, fechado, desligado da grande e rica realidade que era a vivência da juventude. As suas sedes eram locais que pouco tinham

a ver com a juventude, nada tinham de atractivo para os jovens. Os próprios clubes de juventude eram de difícil acesso e os militantes das organizações entravam antes de quaisquer outros.

— A vida destas organizações parecia não sentir o passar dos tempos, as transformações, os anseios e problemas juvenis. Cada vez mais estas organizações eram menos de juventude.

E os seus dirigentes? Eram pessoas, muitas delas com mais de 40 anos. Tinham naturalmente um grande manancial de trabalho realizado, uma grande experiência, mas estavam com certeza muito desligados da realidade juvenil, mas estavam com certeza acomodados a hábitos e estilos de trabalho que já nada tinham a ver com as novas gerações.

Outra questão que nos parece de grande importância, é a militância nestas organizações. Porquê os jovens aderiam às organizações? Muitos, sem dúvida, porque tinham direitos, privilégios que os outros não tinham. Ser militante era um factor determinante no processo de integração profissional, no acesso às residências universitárias, era mais fácil entrar nos clubes juvenis, nas saídas ao estrangeiro.

Como podiam assim estas organizações terem o papel de intervenção, formação, informação, participação, transfor-

mação que obrigatoriamente qualquer organização de juventude comunista tem que ter?

Que tipo de jovens formavam? Que visão davam da sociedade que deviam ajudar a construir? Que papel tinham junto dos respectivos partidos no sentido da sua ligação aos problemas e anseios juvenis no sentido da sua permanente e nascente satisfação?

Pensamos que ficaram muito aquém do que podiam ter feito, que perderam em muitas situações a noção do seu papel e da razão da sua existência.

Muitas vezes os dirigentes destas organizações mostravam-se surpreendidos com o nosso trabalho. Com o nosso funcionamento. Com a participação dos nossos militantes, com a idade dos nossos dirigentes. Parecia que falavam de uma «coisa» que estava tão longe deles e na realidade estava mesmo. Perderam o espírito criador, transformador, participativo, vigilante e crítico, em toda a sua actividade. Perderam ou «esqueceram-se» dos atributos indispensáveis para que uma organização de juventude (o seja de facto) seja revolucionária e criadora, esteja de facto em permanente transformação e adequação às novas realidades e necessidades.

Mas para que as organizações de juventude dos países socialistas sejam de

facto assim, não precisam de mudar de nome, ou de se tornarem outra coisa qualquer não bem definida, precisam só de se transformar na sua prática. Por isso, hoje preocupa-nos mais que elas sejam capazes de se transformar para dar resposta a novas exigências, tarefas e realidades e não se mudam ou mantêm o seu nome, pois isto nada significa se a sua prática se caracterizar por um estilo velho, que nada tem de comunista, de revolucionário, de juvenil.

Pensamos, que os nossos camaradas não deviam esquecer o passado da vida das organizações mas sim retirar dele o que de bom construíram e aprender muito com os erros que cometeram, para voltarem a fazer das organizações instrumentos que cumprem o seu papel, contribuir para a formação, criação e participação dos jovens, quer pelos seus próprios meios, quer junto dos partidos, tendo um papel activo e crítico face ao Poder, contribuir decisivamente para a construção da sociedade do futuro, em que os princípios teóricos porque nos regemos não sejam adulterados, mas sim aproveitados no que têm de mais rico, aprofundados e enriquecidos tendo em conta a evolução das sociedades humanas e dos homens.

Amélia Pardal

MIKHAIL GORBATCHOV

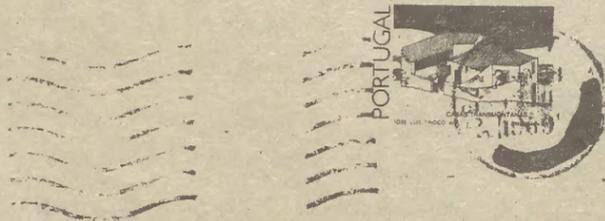
A PROFUNDAR A PERESTROIKA

à VENDA

Colecção «Paz e Socialismo»

edições *Avante!*

edições *Avante!*



Cartas do leitor

Uma experiência a continuar

1 - Felicito o colectivo do «Avante!» pelo excelente papel que o jornal tem desempenhado no debate preparatório do XIII Congresso. A redacção colocou, em 01.02.90, objectivos superiores aos do XII Congresso e, até agora, cumpriu bem, particularmente com o suplimento «Congresso».

2 - Nas cartas e artigos de militantes, apesar de ocasionais diálogos com demasiado amor-próprio e uma ou outra carta onde o insulto substitui o diálogo entre camaradas, verifica-se um grande progresso relativamente à anterior experiência, em que com demasiada frequência a tribuna do «Avante!» foi usada para anátemas da direcção ou da oposição e não para exprimir matizes pessoais de apreciação dos problemas, procedimento sempre mais enriquecedor da obra colectiva. Sente-se um maior interesse pelo debate de ideias entre os militantes em geral vendo-se mesmo (e não é pouco) camaradas do CC não prescindirem da tribuna para esclarecer as suas posições, num processo de discussão notoriamente salutar e para o qual nem se deveriam estabelecer limites de páginas mas sim de interesse da própria correspondência.

3 - Seria injusto esquecer os artigos publicados da responsabilidade da redacção, as entrevistas, as notícias, as mesas-redondas sobre temas candentes, por vezes os editoriais, fazendo do «Avante!» um jornal que dá gosto ler ao longo da semana.

4 - O que falta no quadro prometido não desmerece o já realizado, mas ainda assim seria útil concretizar:

- a secção de consulta não funciona. Talvez seja de chamá-la «Pergunte que nós respondemos» e pedir claramente aos leitores e organizações que façam perguntas, ou responder a perguntas que surjam na correspondência dos leitores, ainda que não dirigidas directamente ao jornal;

- a referência da colaboração recebida e não publicada, e o porquê. Se tudo foi publicado, também é importante dizê-lo!

5 - Passo a referir aquilo de que sinto, além disso, a falta, mesmo que ausente do plano:

- uma secção onde se fizesse uma compilação de extractos das mais importantes intervenções de camaradas (abstraindo se críticas se favoráveis às teses) publicadas na imprensa em geral;

- aquando das eleições de delegados, noticiar os resultados (n. de delegados eleitos, n. de militantes presentes na assembleia, n. de militantes representados) e, eventualmente, o balanço das discussões;

- artigos ou mesas redondas sobre:

a) páginas da história dos PCs no poder, com realce para o processo de perversão da democracia e sua substituição pelo sistema administrativo. É importante referir os defeitos de Stalin, mas ver mais longe;

b) documentos-chave da história do PCP, particularmente de períodos de reorganização ou de divergências internas;

c) ideal comunista; génese das ideias comunistas na sociedade capitalista; utopia e realidade; perfil da sociedade no dealbar do século e perspectivas de evolução.

6 - Penso que o acervo de experiências obtidas nos períodos de preparação dos XII e XIII Congressos com a abertura do «Avante!» aos militantes tem sido tão claramente frutuoso que será lamentável deixar de introduzir este procedimento nos hábitos de funcionamento da imprensa partidária «como lugar privilegiado, para além das reuniões das próprias organizações, para um debate interno normal e regular, dentro dos princípios e normas estatutárias» (das notas que juntei a uma proposta de inclusão de um novo capítulo - A imprensa do Partido - no projecto de Estatutos para o XII Congresso opinião que continuo a manter, hoje com mais convicção).

Mário Sena Lopes

Parem para pensar

Resolvi enviar esta carta à redacção do nosso jornal, o «Avante!», para com ela contribuir para o reforço do nosso Partido, melhorar a nossa unidade, e dizer algumas coisas que ainda não foram ditas, no meu entender.

Tenho 54 anos, sou militante do Partido desde 1975; não foi antes porque infelizmente não tive contactos com a organização do Partido, mas sempre procurei esses contactos e por isso aproveitava tudo o que me vinha ter à mão que se identificasse com os seus princípios. Foi pouco mas foi o suficiente para eu compreender que os princípios ideológicos

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XIII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX



que davam razão à formação dos partidos comunistas eram o marxismo, o leninismo, e que a formação da sociedade socialista é a que terá condições para que o homem se liberte da exploração capitalista.

É é nesses princípios que está formado o Partido, que é o Partido da classe operária, de todos os trabalhadores e camadas laboriosas, sem esquecer intelectuais e outras camadas que estejam de acordo na defesa destes princípios, que queiram ajudar a eliminar o capitalismo. Mas estas últimas têm que ter em conta a sua representatividade nas fileiras do Partido e que será ela que definirá os seus representantes nos órgãos de direcção sem pretendem impor as suas ideias minoritárias à maioria, como o abarandono do ideal que lhe dá força para a sua existência.

O capitalismo ainda não mudou em nada os seus intentos, então porque é que havemos de ser nós a mudar, quando estamos ainda muito longe do nosso objectivo? Só se for para agradarmos aos nossos inimigos!

O que é de lamentar é que as pessoas que tanto prestígio alcançaram nas bancadas do nosso Partido, precisamente na defesa dos seus princípios (como eleitos por Aveiro e outros círculos), façam agora propostas que não vão de encontro aos interesses das populações laboriosas e nada têm a ver com o que eu e maioria do operariado verificamos no dia-a-dia. Outros dois, pelo menos, já tiveram oportunidade de verificar na empresa onde eu trabalho a firmeza dos trabalhadores na defesa desses ideais. Um deles, o Judas, foi algumas vezes à empresa e viu com os próprios olhos a determinação da classe operária. Quando usava da palavra e anunciava o combate ao capitalismo por parte do movimento sindical unitário ele deixava transparecer uma certa comoção ao ver o entusiasmo destes trabalhadores. A última vez que estive na empresa foi na última greve geral onde vi mais uma vez a unidade e a determinação dos trabalhadores em defenderem o que lhes pertence e é justo. Ainda não alcançamos nada, antes pelo contrário, daquilo que reivindicamos, e o Judas já vem a propor mudanças nos nossos princípios. Agora tenho dúvidas da comoção que ele deixava perceber nas suas intervenções.

O outro foi também à mesma empresa, às comemorações de um 25 de Abril, não me recordo de que ano. Lembro-me muito bem dele dizer que tinha sido o «cravo vermelho» que o Presidente da República tinha levado na lapela do casaco aquando de uma viagem ao Brasil. Que eu tenha conhecimento, já fizeram mais viagens juntos, mas pelos vistos ele já não deve querer ser o «cravo vermelho», mas sim, sem ofensa para a flor, o malmequer José Sarraago.

Outros dois tiveram oportunidade de ver de perto como este Governo, que é o representante do capitalismo neste país, trata os representantes dos trabalhadores.

No dia 6 de Outubro de 1988, uma delegação (em que participei) de 45 sindicalistas estava à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro a pedir uma audiência para lhe apresentar as preocupações dos trabalhadores pelo que estava (e está) a acontecer nas suas empresas (Setenave e Siderurgia). Fomos presos

e enviados a tribunal, julgados no tribunal de polícia e absolvidos; como aquela gente não tem contempções, recorreu e fomos condenados a 32 dias de prisão. José Magalhães e Manuel Lopes seguiram de perto este caso.

Agora eu pergunto: sendo eu um operário e analisando a gravidade destes exemplos, o que hei-de pensar do que se passa a nível nacional, para já não falar a nível internacional?

Faço uma proposta a este grupo de pessoas e a outras: **parem para pensar**, para ouvirem a grande massa trabalhadora, para escutarem as suas preocupações e depois pensem bem no mal que podem estar a causar ao povo e ao Partido. Não façam reflexões em andamento, sem ouvirem mais ninguém. Porque o capitalismo hoje já não tem a mesma força que tinha no século passado graças à revolução de Outubro, que os obrigou a grandes transformações. Nós, comunistas, que defendemos a sociedade socialista, é com base no marxismo-leninismo que podemos e devemos eliminar o capitalismo.

José Inácio Mirador Pelxe - Barreiro

João Lopes - Portimão

• A Atalaia

Camaradas, agradecimentos a todos vós que trabalham com todo o amor e carinho no nosso jornal, o «Avante!», muito e muito obrigada a toda a equipa. Bem hajam.

Desejo que a nossa vontade seja aquela de nos ajudar uns aos outros a construir o nosso Partido na unidade, a qual passa sobretudo por aquilo que nós fazemos enquanto cá andamos neste mundo e quanto mais participarmos nas realizações e tarefas do Partido mais estaremos a contribuir para o reforçar em todas as batalhas importantes que temos sempre pela nossa frente, pois os nossos inimigos estão sempre prontos à espera da nossa fragilidade e fraqueza para nos poderem atacar.

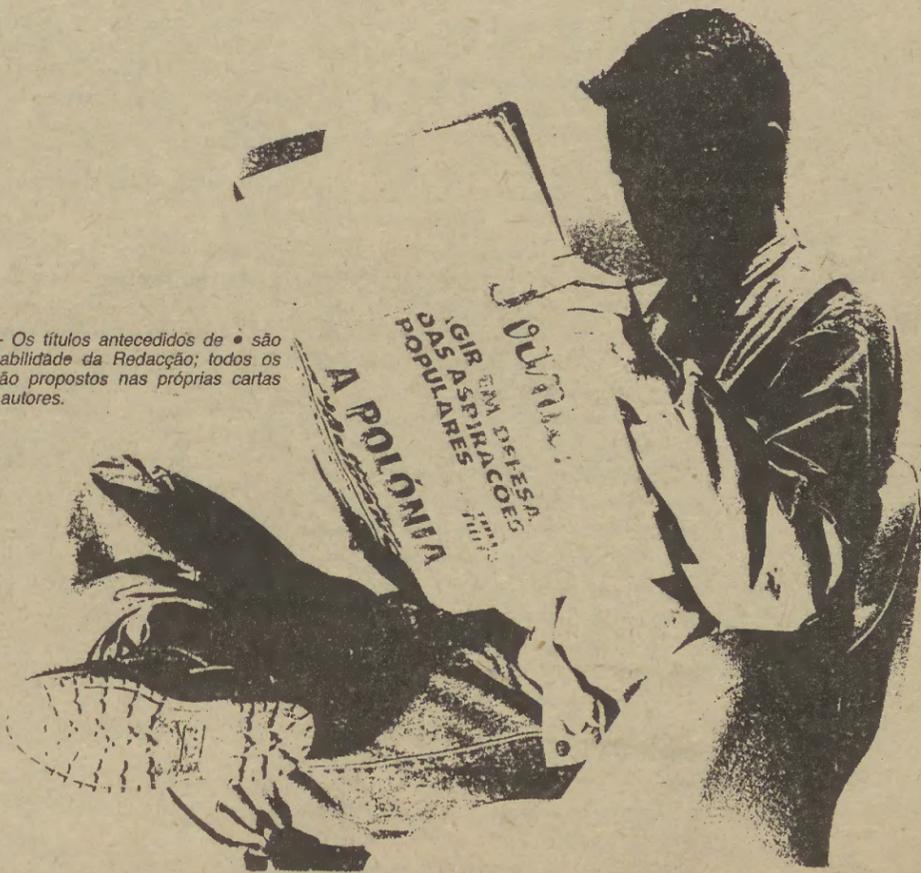
Toda esta minha conversa é para dizer o seguinte: mais uma vez demos provas de que estamos vivos e bem vivos na festa-convívio que levou milhares aos terrenos da nossa futura gloriosa festa do «Avante!». Lá estivemos não só nós do Algarve como de todo o nosso país a contribuir para o alerta a toda a organização para uma tarefa muito importante para o reforço e estímulo do trabalho que é preciso levar a cabo até ao mês de Setembro; para que não falem camaradas a contribuir com o seu poder criativo, com trabalho voluntário, nas tarefas que cabem a cada militante e ao colectivo do nosso Partido.

Quis ver com os meus olhos, nesse dia feliz, dia de alegria, os belos terrenos, coisa maravilhosa, onde muito trabalho nos espera a todos nós, mas muito alegria também nos vai dar aquela Quinta da Atalaia que é **nostra**.

Camaradas, das muitas ideias, umas vão-se com o tempo, mas outras ficam. Não sei se esta que vou dar poderia ficar, era a de podermos trazer para o terreno uma lembrança da natureza, plantas, flores, etc., pois estou muito de acordo que não se estrague nada do que lá existe. Se muitos colaborassem até se podia dar o inverso em defesa do património, com a plantação de árvores, flores num espaço marcado para o efeito pela própria organização que tem a responsabilidade da nossa quinta.

Que lindo seria para todos nós ver as árvores a crescer todos os anos, fossem elas quais fossem, de todas as regiões e ao gosto de cada camarada. Se esta ideia for levada em conta eu estou disposto a levar daqui do Algarve uma amendoeira e uma romanzeira. Muito mais teria a contar deste dia de festa, de luta, de alegria, desde os belos petiscos até à broa de milho, etc., com o glorioso início com a presença do nosso camarada Álvaro Cunhal, mas fica para outra vez...

Nota - Os títulos antecedidos de • são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.



XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP
LOURES - 18 - 19 - 20 - MAIO - 1990

O Congresso na comunicação social

E OS AMANHÃS QUE JÁ CÁ CANTAM?

Evocando o grande acontecimento nacional e mundial do dia, o «Público» de 1/5, em título a toda a largura de 1.ª página, lançava a clássica resposta disfarçada de pergunta: «1.º Maio — os amanhãs ainda cantam?»

A embirração, a hostilidade e o gozo em relação aos «amanhãs que cantam» tem muitos e muitos anos e é mesmo um daqueles estafadíssimos bordões das clássicas milongas antiprogressistas e anticomunistas.

Os acontecimentos e desenvolvimentos da situação em países socialistas, designadamente no segundo semestre de 1989, vieram obviamente criar as condições para o regresso em força deste tema que ao longo do tempo tem, à escala universal, concitado a ironia ácida e a sobrançeria de multidões de politólogos, publicistas, ensaístas, académicos e «tutti quanti» situados nas áreas da direita e também da social-democracia.

De facto, têm gozado que nem perdidos com os «amanhãs que cantam». E não é preciso ser bruxo para pressentir que hoje apostam decididamente em que, no campo progressista, haja muitas consciências que se sintam embaraçadas e intimidadas com estas piadas e remoques e sintam algum desconforto ou remorso por, no passado, terem convivido voluntária e solidariamente com a ideia e a fórmula dos «amanhãs que cantam».

Sem esperança de que os intrépidos gozadores nos ouçam ou entendam, mas apenas para ficar claro que há boas razões para rejeitar e sacudir esta operação de intimidação, talvez valha a pena tentar pegar o bicho pelas hastes.

Longe de nós ignorar que a vida (noção que inclui neste caso muitos e muitos anos de guerra ideológica contra os valores progressistas e o respectivo imaginário), pode trazer considerável desgaste a certas expressões ou fórmulas.

Longe de nós ignorar que, no contexto da época que a ideia dos «amanhãs que cantam» nasceu e fez o seu curso mais forte, ela podia ter como pressuposto concepções lineares de desenvolvimento histórico que não se confirmaram e uma certa impreparação para incertezas, fracassos e surpresas que afinal se revelaram.

Mas ainda mais longe de nós a tentação de falsificar a história apresentando os milhões de homens e mulheres que se reconheceram na aspiração aos «amanhãs que cantam» como meros espectadores do devir que, de braços cruzados, esperavam tranquilamente que os amanhãs chegassem e cantassem. É que, faça-se justiça e restabeleça-se a verdade, acreditavam, e com razão, nos «amanhãs que cantam» mas num quadro marcado pelo primado da importância decisiva da sua própria acção, luta e intervenção, numa perspectiva de construção colectiva.

Como igualmente longe de nós a pretensão palerma de supor que os grandes movimentos sociais e políticos que marcam parte

essencial da aventura humana podem dispensar confiança e sonho, esperança e utopia, entusiasmo e emoção e que devem fundar-se apenas em cálculos minuciosos de possibilidades e probabilidades ou em regras pretensamente infalíveis de êxitos seguros ou vitórias certas.

E há ainda outra coisa que faz falta dizer neste âmbito: é que não há nem piadas nem ironias que nos façam hesitar, em matéria de respeito e solidariedade, na escolha entre quantos se bateram pelos «amanhãs que cantam», por maior que fosse a dose de romantismo ou ingenuidade incorporada na expressão, e quantos moveram perfídia, reacção e repressão para que os amanhãs não cantassem.

Dito isto, vale a pena tentar autopsiar o fundo desta teimosa e persistente embirração com os «amanhãs que cantam».

Neste aspecto, importa colocar duas hipóteses de explicação e no fim fazer um indagação.

Primeira hipótese: os detractores dos «amanhãs que cantam» entendem, pura e simplesmente, que em sentido cívico, social e político não há «amanhãs», apenas hoje, sempre hoje, cada dia um dia, sempre de horizonte fechado e de perspectiva trancada. A explicação não tem entretanto pernas

para andar; por um lado, porque teria implícita uma antinatural proibição de olhar para diante e, por outro, porque tais detractores não fazem outra coisa que vender a ideia dos seus próprios «amanhãs» também eles apresentados de forma sedutora, paradisíaca e promissora.

Segunda hipótese: os detractores dos «amanhãs que cantam» acham que os amanhãs, pura e simplesmente, devem ser mudos. Esta explicação também não deve ser razoável, porque deixaria evidente que o seu tão proclamado apego à liberdade de expressão foi fixado com cuspo.

Rejeitadas estas esforçadas explicações, só resta pedir aos campeões da cruzada contra os «amanhãs que cantam» a caridosa diligência de nos explicarem se os seus «amanhãs» ou quaisquer outros, não cantando, que coisa fazem ou devem fazer: assobiam no escuro? Choram? Riem? Rosnam? Zurram? Ladram? Miam? Grunhem? Roncam? Bocejam?

Enquanto a resposta não vem e o mistério não se desvenda, acrescente-se que, entretidos na paródia aos «amanhãs que cantam», os referidos detractores perdem de vista uma coisa sumamente importante e que são, nem mais nem menos, «os amanhãs que já cá cantam».

Incapazes de perceber que o hoje ainda ontem era amanhã, não reparam — ou conuem-lhes não reparar — que todo o multiforme processo de avanços cívicos, sociais e políticos que marcam a história e a fisionomia do nosso século não é outra coisa senão «amanhãs» — pequenos, médios, grandes ou enormes — que «cantaram» e que em larga medida, como é por exemplo o caso do nosso 25 de Abril, já cá cantam.

E o facto de que a «amanhãs» que cantaram se terem sucedido «amanhãs» que emudeceram ou choraram não torna preferível que nunca tivessem cantado.

Só não o podem compreender os propagandistas do conformismo e da resignação que, prisioneiros da rigidez das suas meninges de betão, são incapazes de apreender o universo progressista de valores e aspirações e que, também por isso, não são capazes de distinguir entre estar e ser, entre existir e viver, entre deixar andar e lutar.

Apesar da vozearia idiota e requentada contra uma expressão que fez com honra a sua época, a verdade é que o projecto de transformação social que se quis condensar naquelas quatro palavras vai continuar a respirar e viver, ao ritmo agitado do nosso tempo, na inteligência, no coração e na acção dos homens e dos povos ■

ANUNCIOS

Para o «Expresso» umas são simplesmente eleições...

«Daqueles [“que no Congresso de 1988 votaram contra as Teses do Comité Central”], até agora só Ribeiro Lopes, de Óbidos, conseguiu ser eleito (...) Outro crítico já eleito é Delgado Martins, que representará o organismo dos juristas.»

— «Expresso» de 5/5

...mas outras já são triturações da máquina

«Nem o deputado europeu nem o ideólogo da CGTP foram eleitos como delegados a este Congresso — o que de resto aconteceu com quase todos os quadros da ala renovadora, verdadeiramente triturados pela máquina e pela disciplina partidária»

— «Expresso» de 5/5

Calma «Semanário», que estamos mesmo a pensar fazer o XIV antes do XIII

«Com todos os problemas que se levantam perante o PCP, a pergunta que muitos militantes já colocam é «quando se realiza o próximo Congresso?». O extraordinário, a realizar dentro de duas semanas, esgotou-se no momento em que foi decidido retirar-lhe poder deliberativo quanto a questões prementes (...); «O que parece inegável é que, com ou sem unidade do movimento crítico, o PCP não poderá ficar à espera de 1992 para levar a efeito o próximo Congresso ordinário. Provavelmente terá que realizá-lo antes ainda das presidenciais. E essas são já em Janeiro de 91.»

— «Semanário» de 5/5

Ah fadista!

«Enfim, depois da escatologia, dos futuros radiosos, dos amanhãs que cantam, o PCP descobriu a angústia de uma razão para sobreviver agora. Já não querem hoje o que não sabem se poderão ter amanhã, agarram-se ao que resta para não serem volatizados na voragem do presente»; «outros comunistas continuam a pensar que não foi o modelo que falhou mas a realidade que se enganou. Recusam-se a ver televisão, a ler jornais que não o «Avante» e o «O diário» (e mesmo este sob suspeita). É o que acontece com um alto dirigente do PCP para quem tudo não passa de manobras do imperialismo».

— «Semanário» de 5/5

Como será que os do «Semanário» esperam o autocarro, compram o passe social ou o bilhete para o nimas?

«Chove no dia 7 de Abril, é a primeira festa-comício nos terrenos da Quinta da Atalaia. (...) O barbecue à PCP tem uma particularidade que o aproxima dos modelos de socialismo real do Leste: as filas de pessoas. Primeiro é preciso ir para a bicha trocar o dinheiro por senhas (...).»

— «Semanário» de 5/5

Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 854

10 de Maio de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

* LISBOA

Assembleia plenária da célula da EDP para eleição de delegados ao XIII Congresso - às 10.00, no Centro de Trabalho da Av. António Serpa, com a participação do camarada António Abreu.

Assembleia plenária da célula dos CTT e das células dos respectivos sindicatos para eleição de delegados - às 19.00, no CT Vitória, com a participação de Marília Vilaverde Cabral

Assembleia plenária das células da Petrogal e Petroquímica-Gás de Portugal para eleição de delegados - às 18.30, no CT Vitória, com a participação do camarada Vidal Pinto.

Assembleia plenária das células da EPAC, EPAL e AGA para eleição de delegados - às 18.30, no CT Vitória.

Assembleia plenária da célula dos TLP para eleição de delegados - às 19.00, no CT da Av. António Serpa, com a participação de Abílio Martins.

Assembleia plenária da célula da Marconi para eleição de delegados - às 18.15 no Centro de Trabalho de Santos.

Assembleia plenária da célula do MES (FP) para eleição de delegados - às 18.00 no CT da Av. António Serpa.

Assembleia plenária das células de Agentes de Navegação, Trabalhadores em Despachantes, AmInter e Pilotos da Barra para eleição de delegados - às 18.30 no CT de Santos.

Assembleia plenária das células do Ministério do Trabalho, Presidências, Quadros Técnicos e FP Coop (FP) para eleição de delegados - às 18.30 no CT da Av. António Serpa.

Assembleia plenária da célula da Gulbenkian para eleição de delegados - às 18.00, no CT da Av. António Serpa, com a

participação de Fernanda Barroso.

Assembleia plenária das células da Editorial Caminho, Sismet e Assoc. Inquilinos de Lisboa para eleição de delegados - às 18.30 no Centro de Trabalho Vitória.

«Perspectivas do capitalismo»: debate com Independentes, da série promovida pela DORL no Hotel Roma. Participam Carlos Carvalho, Jerónimo de Sousa e Octávio Teixeira. A partir das 21.00.

* ALMADA

Assembleia plenária da célula dos trabalhadores da autarquia - às 18.30.

Assembleia plenária das células da Construção Civil, AIPICA, EDP, Comp. Teatro de Almada e Têxteis para eleição de delegados - às 21.30 no CT de Almada.

* SINTRA

Reunião da célula da Tabaqueira - às 21.30, na garagem do cam. Lacerda.

Reunião da célula da Centralcer - às 18.00, no CT do Cacém, com a participação do cam. Albano Jorge.

* ALVERCA

Assembleia plenária das células de empresa de Alverca para eleição de delegados - no Centro de Trabalho.

* SOBRALINHO

Assembleia plenária da organização de freguesia para eleição de delegados - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* AMADORA

Assembleia plenária da célula da Sorefame para discussão das Teses e eleição de delegados - às 18.00, no Edifício Social da Sorefame, com a participação do camarada Domingos Abrantes.

* COIMBRA

Assembleia plenária descentralizada do Sector Serviços - às 17.30 e às 21.30.

Assembleia plenária do Sector Sindical - às 18.30.

Assembleia plenária dos militantes do Partido na JCP - às 21.00.

Sexta

* BARREIRO

Assembleia plenária das células da RN, SMM, Barremetal e Tingo e Sector Metalúrgico - às 21.30 no CT do Barreiro.

* MONTIJO

Assembleia plenária da organização do Bairro dos Pescadores - às 21.00.

* ALMADA

Assembleia plenária da organização local do Chegadinho - às 21.30, no CT de Almada.

Assembleia plenária das células do Hospital e Ensino - às 21.00 no CT de Almada.

* SEIXAL

Assembleia plenária das células de Monte Fião, Son's & Tool, Resiplas, TLP, Steffsem, CTT, Awabads, Coom Elmada, Elo, Indelma - às 17.30 no CT da Torre da Marinha.

* COIMBRA

Assembleia plenária das organizações das freguesias do sul de Coimbra - às 21.00.

Assembleia plenária dos sectores Diversos e Frentes de Trabalho - às 21.00.

Assembleia plenária do Sector Intelectual - às 21.30.

* CANTANHEDE

Assembleia plenária da organização concelhia - às 21.00.

* TÁBUA

Assembleia plenária da organização concelhia - às 21.30

* AMADORA

Assembleia plenária das células da Fiat, Cel-Cat, Unial e Vidago para eleição de delegados - às 18.30 no CT da Amadora.

Assembleia plenária da organização de freguesia da Venteira - às 21.30 no CT da Amadora, com a participação do cam. Alexandre Teixeira.

* ALHANDRA

Assembleia plenária da organização de freguesia de Alhandra para eleição de delegados - às 21.30 no Centro de Trabalho.

Assembleia plenária da célula da Sonadel para eleição de delegados - às 21.00 no Centro de Trabalho de Alhandra.

* ALVERCA

Assembleia plenária da organização de freguesia para eleição de delegados - às

21.30, no Salão Paroquial/Misericórdia.

* VILA FRANCA DE XIRA

Assembleia plenária da organização de freguesia para eleição de delegados - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* FORTEDACASA

Assembleia plenária da organização de freguesia para eleição de delegados - às 21.00.

* S. JOÃO DOS MONTES

Assembleia plenária da organização de freguesia para eleição de delegados - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* ALGUEIRÃO

Assembleia plenária da organização de freguesia para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Henrique de Sousa.

* LISBOA

Assembleia plenária da célula da CDL para eleição de delegados - às 18.00, com a participação do camarada Luís Fernandes.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Carnide para eleição de delegados - às 21.00 na Junta de Freguesia.

Debate sobre o ponto 3º da Ordem de Trabalhos do Congresso - às 21.00, no CT do Lumiar, com o camarada Abílio Martins.

Debate sobre as Teses, aberto a Independentes, promovido pela Comissão de Informação e Propaganda do Sector Público - às 18.30, no CT Vitória, com a participação de um camarada do CC.

Sábado

* LISBOA

Assembleia plenária da organização de freguesia da Charneca para eleição de delegados - às 15.00, no CT das Galinheiras, com a participação do camarada Luís Fernandes.

Assembleia plenária da organização de freguesia da Penha de França para eleição de delegados - às 15.00, no CT de Arroios, com a participa-

ção do camarada Dias Lourenço.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Alcântara para eleição de delegados - às 15.00, no CT de Alcântara, com a participação do camarada Aboim Inglez.

* QUELUZ

Assembleia plenária da organização para discussão das Teses e eleição de delegados - às 15.30, na Biblioteca dos Bombeiros Voluntários de Queluz, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

* VILA FRANCA DE XIRA

Assembleia plenária das células da Câmara e dos Serviços Municipalizados de Águas para discussão e aprovação do Relatório de Actividades, eleição do secretariado de célula e eleição de delegados ao Congresso - às 14.30, no Restaurante Municipal, com a participação de Marília Vilaverde Cabral.

* AMADORA

Assembleia plenária da organização de freguesia da Fala-gueira/Venda Nova - às 15.00, na Filarmónica da Venda Nova, com a participação de Joaquim Judas.

Assembleia plenária da organização de freguesia da Brandoa - às 21.30, no Centro de Convívio dos Reformados da Brandoa, com a participação de Vitor Castro.

Assembleia plenária da célula da Heska - às 10.00, no Centro de Trabalho da Amadora.

* FIGUEIRADA FOZ

Assembleia plenária da organização concelhia - às 15.30.

* ARGANIL

Assembleia plenária da organização concelhia - às 21.30.

* SEIXAL

Assembleia plenária da freguesia de Arrentela - às 15.00 no CT de Arrentela.

* ALMADA

Assembleia plenária da organização local do Feljô - às 21.30, no CT do Feljô.

Hoje em Lisboa

Perspectivas do capitalismo

Debate promovido pela DORL dirigido a Independentes

Com Carlos Carvalho,
Jerónimo de Sousa,
Octávio Teixeira
Às 21 no Hotel Roma

* CARRAZEDA DE ANSIÃES

Assembleia plenária da organização concelhia - às 21.30, na Escola Primária de Foz Tua, com a participação do camarada Hernani Teixeira.

* MANGUALDE

Assembleia plenária das organizações concelhias de Penalva do Castelo, Mangualde, Nelas e Carregal do Sal - às 15.00, no CT de Mangualde.

* SINTRA

Reunião plenária da célula da Portucel - às 10.00, na garagem do cam. Lacerda.

* CHAMUSCA

Almoço-convívio na UCP 15 de Outubro em Vale de Cavalos. A partir das 13.00, com intervenção sobre a situação política pelo camarada Aurélio Santos.

* VISEU

Assembleia plenária das organizações concelhias de Cinfães e Resende.

Domingo

* ALMADA

Assembleia plenária da organização de freguesia de Sobreda - às 15.00 no Parque de Jogos do Alto do Índio.

Segunda

* LISBOA

Convívio no Terraço do CT Vitória, a partir das 19.30, promovido pelo Sector da Saúde de Lisboa. Balanço da discussão das Teses e apresentação dos delegados eleitos. Música com Fernando Potier.

150 mil contos para o Terreno da festa

Avante com a Campanha



Em todas as organizações do Partido — e, concretamente, nos Centros de Trabalho — estão ao dispor (e à espera!) dos camaradas e amigos os Títulos de Comparticipação da campanha dos 150 000 contos para a compra do terreno da Festa do «Avante!».

Se quiserem contribuir de outro modo, também poderão utilizar a conta bancária n.º 9956/210/0128198 do Banco Nacional Ultramarino (BNU), na Av. de Berna, em Lisboa.

fim de tarde

com música

no salão do C.T. VITÓRIA
14 de MAIO às 19:30 H



pianista

Fernando Potier

Sector da Saúde
da ORL do PCP

TV O Programa

Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez (inclui «Sítio do Picapau Amarelo»)
- 12.05 - A Gata Comeu (telenovela brasileira, 1º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (41º epis.)
- 14.15 - O Mundo Animal (57º epis.)
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.50 - Matinée - «Um Estranho no Paraíso», real. Vincente Minnelli (EUA/1955, 111 min.)
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo (4º epis.)
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo (109º epis.)
- 21.15 - Nome de Código Kyril (2º epis.)
- 22.10 - Conversas Vadias (10º progr.)
- 22.40 - Murphy Brown (5º epis.)
- 23.10 - 24 Horas
- 23.45 - Remate
- 23.55 - Cartas de Humor

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.45 - Filhos e Filhas (466º epis.)
- 15.10 - Agora, Escolha!
- 16.40 - Os Centuriões (6º epis.)
- 17.10 - Novo Elucidário Madeirense (6º epis.)
- 17.30 - Os Desafios da Lei (6º epis.)
- 18.20 - Telemercado
- 18.35 - Meu Pé de Laranja Lima (101º epis.)
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Clássicos da TV - «Reviver o Passado em Brideshead» (2º epis.)
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções (16º epis.)
- 21.55 - Sinais do Tempo
- 22.55 - Quinta Dimensão (22º epis.)
- 23.20 - Universidade Aberta

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez

- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (44º epis.)
- 14.20 - O Mundo Animal (58º epis.)
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.25 - Matinée - «Glória», real. John Cassavetes (1980, 123 min.)
- 17.30 - Juntos e ao Vivo (4º progr.)
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo
- 21.30 - Missão Impossível (12º epis.)
- 22.10 - O Rosto da Notícia
- 23.15 - Chefe, Mas Pouco
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate
- 00.30 - Cartas de Humor
- 01.00 - Pela Noite Dentro - «Jogos da Lei», real. John Badham (EUA/1974, 210 min.)

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.35 - Filhos e Filhas
- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Heróis (2º epis.)
- 16.55 - As Grandes Viagens de Comboio (6º epis.)
- 17.55 - Primeiro Andamento
- 18.20 - Telemercado
- 18.45 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.20 - Espaço Infantil
- 19.50 - As Cidades e as Terras
- 20.15 - Bucha e Estica (6º epis.)
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - D. Belja (33º epis.)
- 23.00 - Rotações
- 24.00 - Haja Música

Sábado

RTP1

- 09.00 - TV Rural
- 09.25 - Meu Querido Sábado
- 12.30 - Grandes Tormentos (14º epis.)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Saga da Canção Francesa - Charles Aznavour
- 14.05 - Parlamento
- 14.35 - Crime, Disse Ela (44º epis.)
- 15.20 - Vivamúsica
- 16.30 - Sessão da Tarde - «O Bilhete Mais Desejado», real. Robert Zemeckis (EUA/1978, 104 min.)
- 18.10 - Viagem Infinita (3º epis.)

- 19.10 - Sete Folhas
- 19.30 - Jornal de Sábado
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.30 - Cenários Perdidos (6º epis.)
- 22.35 - Brits Awards 1990
- 00.10 - Procissão das Velas
- 24.00 - Cinema da Meia Noite - «Toca o Tambor Devagar», real. John Hancock (EUA/1973, 96 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.10 - Caminhos
- 10.40 - Som da Surpresa



- 11.35 - Um Lar para Animais (8º epis.)
- 12.25 - Telemercado
- 12.50 - Revista Tauromáquia
- 13.15 - Cine-Sábado - «A Loira Explosiva», real. Preston Sturges (EUA/1939, 77 min.)
- 14.30 - Estádio
- 19.00 - Primeiro Jornal
- 19.10 - Arca de Noé
- 19.50 - Contos Populares Europeus (6º epis.)
- 21.20 - Estádio/2ª Edição
- 23.30 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»

Domingo

RTP1

- 09.00 - Domingão (programa infantil)
- 10.00 - Cerimónias Religiosas em Fátima
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Espaço 1999 (15º epis.)
- 14.00 - Napoleão, Meu Amor (6º epis.)
- 14.20 - Runo aos Noventa (2ª parte)
- 15.20 - Primeira Matinée - «Um Apartamento na Califórnia», real. Herbert Ross (EUA/1978, 103 min.)
- 17.00 - Concurso 1, 2, 3
- 19.00 - McGyver (33º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Querido John (30º epis.)

- 21.10 - Para Além da Guerra (7º epis.)
- 22.50 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - O.M.D. Live
- 10.00 - Troféu
- 18.00 - Quem Sai aos Seus...
- 18.25 - Imagem e Imagens
- 19.00 - Primeiro Jornal
- 19.15 - Em Busca da Memória (5º epis.)
- 19.40 - A Bela e o Monstro (6º epis.)
- 20.30 - Cineclube - «Jezebel a Insubmissa», real. William Wyler (EUA/1938, 102 min.)
- 22.15 - Artes e Letras
- 23.45 - Lusitânia Expresso

Segunda

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard (46º epis.)
- 14.20 - O Mundo Animal
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.40 - Matinée - «Quatro no Texas», real. Robert Aldrich (EUA/1963, 111 min.)
- 17.40 - A Hora do Lecas
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo
- 21.15 - Clube dos Subscritores



- 21.45 - Reencontros (3º epis.)
- 22.45 - Chuva de Malo (3º epis.)
- 23.40 - 24 Horas
- 00.15 - Remate
- 00.30 - Cartas de Humor

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.45 - Filhos e Filhas
- 15.10 - Agora, Escolha!
- 16.30 - O Jovem Sherlock (9º e últ. epis.)
- 17.00 - Portugal de Nome Inteiro
- 17.30 - Itália/90 (7º epis.)
- 18.15 - Telemercado
- 18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Reviver o Passado em Brideshead (2º epis.)
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas
- 22.00 - Teatro Estrangeiro - «Ricardo III»

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas (83º epis.)
- 14.15 - O Mundo Animal
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.30 - Matinée - «Grandes Esperanças», real. Joseph Hardy (GBR/1975, 97 min.)
- 17.30 - A Hora do Lecas
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo
- 21.15 - Primeira Página
- 22.20 - Crónica do Crime (30º epis.)
- 23.15 - 24 Horas
- 23.50 - Remate
- 00.05 - Cartas de Humor

Filmes

- «Um Estranho no Paraíso» - 5ª, 15.35, RTP-1
- «Glória» - 6ª, 15.30, RTP-1
- «Jogos da Lei» - 6ª, 01.00, RTP-1
- «A Loira Explosiva» - sáb., 13.15, RTP-2
- «O Bilhete Mais Desejado» - sáb., 16.30, RTP-1
- «Toca o Tambor Devagar» - sáb., 24.00, RTP-1
- «Um Apartamento na Califórnia» - dom., 15.25, RTP-1
- «Jezebel, a Insubmissa» - dom., 20.30, RTP-2
- «Quatro no Texas» - 2ª, 15.35, RTP-1
- «Grandes Esperanças» - 3ª, 15.30, RTP-1
- «António das Mortes» - 3ª, 21.50, RTP-2
- «Tótó Desceu à Cidade» - 4ª, 15.40, RTP-1
- «Chamada Para a Morte» - 4ª, 22.55, RTP-1

Teatro

- «Ricardo III» - 2ª, 22.00, RTP-2

Música

- Quinta
 - 20.40, RTP-2: Via Rápida
- Sexta
 - 17.55, RTP-2: Primeiro Andamento
 - 20.40, RTP-2: Via Rápida
 - 24.00, RTP-2: Haja Música
- Sábado
 - 10.30, RTP-2: Som da Surpresa
 - 13.10, RTP-1: Saga da Canção Francesa - Charles Aznavour
 - 15.25, RTP-1: Vivamúsica
 - 22.35, RTP-1: Brits Award 1990
- Domingo
 - 14.20, RTP-1: Rumo aos Noventa (2ª parte)
- Segunda
 - 20.40, RTP-2: Via Rápida
- Terça
 - 20.40, RTP-2: Via Rápida
- Quarta
 - 20.40, RTP-2: Via Rápida
 - 23.10, RTP-2: Bobby McFerin

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.45), 6ª (00.20), 2ª (00.15), 3ª (23.50), 4ª (01.55)
- Estádio - RTP-2, sáb., 14.30 e 21.30
- Troféu - RTP-2, dom., 10.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.50
- Futebol - Final da Taça das Taças (2ª Mão) - RTP-1, 4ª, 19.00

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.30 - Filhos e Filhas
- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Os Novos Caça-Fantasmas (25º epis.)
- 17.00 - Contos Contados
- 17.30 - O Homem da Margem (7º epis.)
- 18.15 - Telemercado
- 18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Reviver o Passado em Brideshead
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemagazine
- 21.50 - Cinemadois - «António das Mortes ou o Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro», real. Glauber Rocha (Brasil/1969, 91 min.)
- 23.30 - Universidade Aberta

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Também os Rios Correm (9º epis.)
- 14.20 - O Mundo Animal
- 14.55 - Ponto Por Ponto
- 15.25 - Matinée - «Tótó desceu à Cidade», real. C. L. Bragaglia (It/1949, 75 min.)
- 17.00 - A Hora do Lecas
- 18.00 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Futebol - 2ª Mão da Final da Taça das Taças

- 21.00 - Vale Tudo
- 22.00 - Telejornal
- 22.30 - Boletim Meteorológico
- 22.35 - Vamos Jogar no Totobola
- 22.55 - Lotação Esgotada - «Chamada Para a Morte», real. Alfred Hitchcock (EUA/1954, 101 min.)
- 01.20 - 24 Horas
- 01.55 - Remate
- 02.10 - Cartas de Humor

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.35 - Filhos e Filhas
- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.25 - O Liceu Degrassi (4º epis.)



- 16.55 - Um Mistério Misterioso (7º e últ. epis.)
- 17.25 - Os 3 Pastorinhos (série, 1º epis.)
- 18.15 - Telemercado
- 18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.05 - Espaço Infantil
- 19.45 - Reviver o Passado em Brideshead
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - O Riso de Calm (4º epis.)
- 22.35 - Os Alemães na 2ª Guerra Mundial (2º epis.)
- 23.10 - Bobby McFerin

Teatro O Cartaz

LISBOA

- Casa da Comédia**, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 21.30. **Teatro, Doce Teatro**, de Radzinsky, encen. Fernando Heitor.
- Chapitô**, Rua da Costa do Castelo, 7. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. **Klássikus Kabaret**, texto e encen. de Fernando Gomes.
- Cinema Stadium**, Algés. 6ª e sáb. às 21.30. **Os Três Chapéus Altos**, de Miguel Mihura, adapt. Armando Caldas e Fernando Tavares Marques.
- Clube Estefânia**, R. Alexandre Braga, 24. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **Inimigos**, de Nigel Williams, encen. José Wallenstein.
- Comuna**, Pr. de Espanha. **Café Teatro** - Sáb. às 24.00. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo.
- Primeiro Acto**, Rua

- Eduardo Augusto Pedrosa (Algés). De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17. **As Pulgas**, de Cunha de Leiradella, encen. Miguel Menezes, pelo Grupo Persona.
- Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **What Happened to Madalena Iglesias?**, texto e encen. de Filipe La Féria.
- Teatro Aberto**, Pç. Espanha. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **Na Solidão dos Campos de Algodão**, de Bernard-Marie Koltés, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.
- Teatro da Graça**, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **Cenas da Vida de Benilde**, de José Régio, encen. Jorge Listopad.
- Teatro Ibérico**, Rua de Xabregas, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fim**, de António Patrício, enc. Xosé Blanco Gil.

- Teatro Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21.30 e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner.
- Teatro Maria Vitória**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro
- Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.
- ESTORIL** **Casino Estoril-Sala de Teatro**, Pç. José Teodoro dos Santos. 4ª e 5ª às 21.30, sáb. às 18 e às 21.30, dom. às 17. **Somente Entre Nós**, de Reginaldo Faria, encen. Roberto Frota.
- Teatro Mirita Casimiro**, Monte Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Quero Ser Rei Esta Noite**, de

- Peter Shaffer, encen. Carlos Avilez.
- LOURES** **Teatro da Malaposta**. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Floresta**, de Alexandre Ostrowsky, encen. José Peixoto, pela companhia do CDIAG.
- PORTO** **Teatro Sá da Bandeira**, Rua Sá da Bandeira, 108. De 4ª a 6ª às 21.30, sáb. às 20 e 23, dom. às 16 e 21.30. **Al Cavaquinho**, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.
- Para crianças**
- LISBOA** **Os Papa-Léguas**, Rua Prof. Santos Lucas. 3ª, 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00. **Hoje Sou Rei... Amanhã Não Sei**.
- TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Cinema Paraíso	★★★	★★★	★★★	★★★
B	Clube dos Poetas Mortos	—	★	★★	★★
C	O Cozinheiro, o Ladrão, a Sua Mulher e o Amante Dela	★★★★	★★★★	★★★★	—
D	Crimes e Escapadelas	★★★★★	★★★★★	—	★★★★★
E	Nascido a 4 de Julho	—	★	★★	★★
F	Sempre	—	★★★★	★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Giuseppe Tornatore — Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.
- B — Real. Peter Weir — Amoreiras/10 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Estúdio (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa
- C — Real. Peter Greenway — Forum/2 (14.00, 16.30, 19.15, 22.00), Quarteto/4 (14.15, 16.30, 19, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Woody Allen — Amoreiras/5 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 00.15), Conde (14, 16.30, 19, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 19, 21.30), Quarteto/3 (14.30, 17, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Oliver Stone — Amoreiras/4 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30) — Lisboa.
- F — Real: Steven Spielberg — Alfa/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.

Exposições

LISBOA
Abílio de Matos e Silva - Pintura, desenho e cenografias. Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, Av. Berna. De 3ª a dom. das 10 às 17.00.

Andreas Stocklein - Azulejos, Ralton Cerâmicas, R. Academia das Ciências, 2-C. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.

Anibal Remo - Pintura. Galeria da Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. Das 11 às 22.

Cabrila Reis - Pintura. Galeria Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 2/6)

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro)

Colectiva de Gravura - gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

Duane Michals - «Há palavras que tem que ser ditas», fotografia. CAM/Gulbenkian, R. Dr. Nicolau Bettencourt. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 27/5).

Glória Elena - Pintura. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14.30 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 25/4).

Helena Almeida - Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 19/5)

Isabel Moniz - Pintura. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 13/5)

Jaime Silva - Pintura. Galeria de São Bento, Rua do Machado, 1. As 2ª das 15 às 20, de 3ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20 (até 29/5)

Joaquim Baltazar - Pintura. Galeria Interini, Rua Rodrigo da Fonseca, 51. De 2ª a 6ª das 10 às 14 e das 15 às 19.30, sáb. das 9.30 às 13 (até 2/6)

Manuel Baptista - Pintura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20 (até 13/5)

Manuela Almeida - Escultura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3ª a sáb. das 16 às 20 (até 19/5)

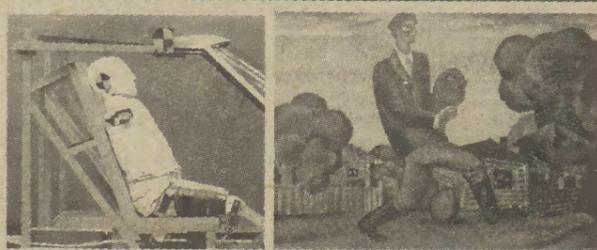
Margarida Cepêda - Pintura e desenho. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 19/5)

Maria Antónia Santos - «Tapeçarias do suor, do riso e do cansaço». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Lumiar). De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 13/5)

Miguel Horta - Pintura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 19/5)

Noémia Cruz - Escultura. Clube Cinquentista, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1º. De 3ª a 6ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 16/5)

«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. De 2ª a sáb. das 11



«Pintura da Perestroika» agora em Lisboa

às 13 e das 15 às 20.

Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

Paulo Quintas - Pintura. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169.

Pintura Soviética no tempo da Perestroika. Galeria Liberdade 190, Av. da Liberdade, 190. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (de 11/5 até 15/6)

Rogério Amaral - Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c, Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 12/5)

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Três Idades do Abstracto Espanhol - Colectiva (Paulo Gago, Luis Ruiz del Arbol e Angel de la Peña). Galeria Alfama, Rua das Flores, 109. à 2ª das 15 às 19, de 3ª a sáb. das 11 às 19.30

Tintim por tintim - colectiva de pintura, escultura, fotografia, vídeo e múltiplos inspirados no herói de Hergé (trabalhos de Carlos Ferreiro, Caseirão, Manuel San Payo e outros). Gal. Litoral-Novo Século, Rua do Século, 4. De 3ª a sáb. das 13 às 19 (até 19/5)

Vieira Baptista - Pintura. Gal. Soctip, R. D. Estefânia, 195-D. De 2ª a sáb. das 10 às 20 (até 29/5)

PORTO

Alberto D'Assunção - Pintura. Galeria Ália Prima, R. Costa Cabral. De 2ª a 6ª das 10 às 12 e das 16 às 22.

António Areal - «Retrospectiva I», pintura. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3ª a dom. das 14 às 20.

António de Campos Rosado - Escultura. Galeria Pedro Oliveira, Calçada de Monchique, 3. De 2ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 19/5)

António de Macedo - Pintura. Galeria Nazareth's, R. Latino Coelho, 292. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30 (até 10/5)

Carlos Mesquita - Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1.

João Penalva - Pintura. Galeria Atlântica, R. Galeria de Paris, 67. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 11/5)

Nuno Santilago - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua de



João Sant'iago no Casino do Estoril



Vitor Alves pintura e desenho a partir de sábado na Casa dos Patudos em Alpiarça

Costa Cabral, 777. De 2ª a sáb. das 20 às 22 e das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 14/5) ESTORIL

Pedro Saraiva - Pintura e desenho. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 22/5)

OUTRAS LOCALIDADES

«A censura e o fascismo» - exposição documental. Junta de Freguesia de ALMADA

Gravura Cubana. Recreios Artísticos (ex.Cine Plaza), Av. Santos Matos (até 13/5) AMADORA

Hugo Ferrão - Pintura. Das 15 às 24, Espaço 2 do Casino ESTORIL

João Sant'iago - Pintura e desenho. Das 15 às 24, Casino ESTORIL
Maria Gabriel - Desenhos. Galeria Arca-

da, Arcadas do Parque, 18. De 4ª a 2ª das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 14/5) ESTORIL
«Objectos do dia-a-dia saloio». Casa do Adro (Museu Municipal), Rua Fria. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 3/6) LOURES

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ
Escultura Portuguesa Contemporânea (colectiva). Galeria Municipal, Av. Pedro Victor, 88. de 3ª a dom. das 15 às 22 (até 6/5) VILA FRANCA DE XIRA

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

PCP

UM PARTIDO PARA O NOSSO TEMPO

LOURES, PAV. PAZ E AMIZADE
18, 19 E 20 MAIO 1990

Maio 1990 • N.º 180 • Preço 50\$000

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Tempo Fim de Semana



Sábado, céu pouco nublado, com aumento de nebluosidade a partir da tarde; perspectivas de chuva, ao fim do dia, nas regiões do Norte. Domingo, céu geralmente muito nublado e possibilidade de aguaceiros no Norte.

a TV

Repugnantes e ridículos

O sector da informação da RTP tem (como se diz nos meios altamente sensíveis) um *feeling* especial para descobrir os seus comentadores políticos.

E talvez, vendo bem as coisas, talvez não seja assim tão especial. Bastar-lhe-á ser coerente...

Acredita-se, por exemplo, que há puro acaso no acolhimento que se dá, semanalmente, aos comentários do colaborador de **O Diabo**?.. Por favor não sejamos tão... ingénuos...

Lá o tivemos, por exemplo, a dissertar sobre os comportamentos dos países ocidentais face a este ou àquele regime.

Comentava o facto de algumas figuras da cena política mundial terem organizado a sua agenda de visita ao Chile, aquando da tomada de posse do novo presidente, de maneira a não se encontrarem com o general Pinochet. Veremos - dizia, em resumo, o homem - veremos se, quando for a tomada de posse da Violeta Chamorro, também aceitarão encontrar-se com Ortega...

Quer dizer: na panela do «comentador» cabem, da mesma forma, Ortega e Pinochet!!!

Outras vezes, a repugnância transforma-se em ridículo, sendo porém difícil determinar a correcta fronteira entre um e outro.

Por exemplo, a propósito da reunificação alemã, um tal Delgado (com ascensão vertiginosa no galarim, absolutamente injustificável, se atendermos a qualidades pessoais) fazia o ponto da situação, em termos de nenhuma originalidade. Para ele, na pista das grandes agências, o Pacto de Varsóvia está morto e não se fala mais disso, pelo que a RDA devia fazer parte da NATO, como deseja Genscher «e eu acho bem...» acrescentava o pobre.

Pronto. Ele acha bem. Ele concorda. Os milhões de portugueses podem ficar descansados. O que o Delgado pensa, é o que se faz!

Contra a exploração: sim ou não?

No dia Primeiro de Maio, **Primeira Página** organizou um debate entre Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, e Torres Couto, órgão dirigente da UGT.

Assistimos a duas estratégias perfeitamente definidas. Uma, a de Carvalho da Silva, privilegiava a necessidade de uma unidade na acção, na vida quotidiana da luta sindical; outra, orientava-se para as áreas de conflito político, para a fofoca, para o reino da confusão e do disparate.

Não ficaram dúvidas a ninguém sobre o lado para que pendeu a bandeira. A sinceridade sobre o preconceito; a frontalidade sobre os caminhos ínvios; o interesse dos trabalhadores sobre os interesses pessoais: eis o que foi o debate entre as duas maneiras de ver o mundo e o sindicalismo.

E não se pense que Manuel Carvalho da Silva (que deu a todos uma lição de como se deve estar na TV) seria uma «pera doce» se se resolvesse a usar determinados processos. Chegou a dar um arzinho da sua graça quando se referiu a sindicalistas que de manhã são deputados, à tarde são dirigentes políticos, à noite são não sei o quê. Torres Couto estremeceu da cabeça aos pés...

Evidentemente, Carvalho da Silva teria, nesse aspecto, muito que contar. Mas não estava para aí virado - porque o seu projecto tem outro carácter - e visa apenas o benefício dos trabalhadores. Mostrou, com os números e os factos, que o crescimento económico do país não se reflecte no seu desenvolvimento social: os trabalhadores produzem mais, mas os seus salários não se alteram em conformidade. A isto, explicou, é que se chama exploração.

Todos os trabalhadores, claro, são sensíveis a esta argumentação. O resto são fofuques de comadres...

Padre Abel Varzim

Neste país deitado às feras, fala-se de alguém e logo se acrescenta: «Fulano de tal, tão injustamente esquecido...». Tanto se diz, talvez para esconder os muitos que são injustamente lembrados.

Abel Varzim: aí está um nome tão bom de lembrar - e tão pouco lembrado. Disso felizmente se encarregou agora o programa **Setenta vezes sete**, que nos mostrou um padre Abel Varzim para quem a luta dos trabalhadores contra os ditames de uma sociedade corrompida era parte integrante da sua qualidade de padre. Ele não se ficou pela palavra fácil ou pela comodidade do púlpito à margem da vida. Para ele, na palavra do Evangelho corria o sangue de um verdadeiro Deus feito homem.

Amigo dos comunistas, pelos quais tinha elevada consideração: ao lado de todos os resistentes anti-fascistas; combatente sobre o fio incerto das horas de circunstância - o padre Abel Varzim viu a saúde minada pelo desgaste constante a que o fascismo o sujeitou. Jamais, porém, o abandonou o ideal de uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem.

Foi bom saber notícias dele. Foi bom ouvir o seu nome, rever a sua imagem, escutar de novo a sua palavra. O padre Abel Varzim continua ao lado dos que não trocam o futuro por um prato de lentilhas mais ou menos douradas...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Democracias

A democracia, como tantas outras coisas na política e na vida, regista-se em palavras e vê-se na prática. Para reflexão de todos os que realmente querem defender a democracia, aí está a proposta de lei eleitoral do PSD. Se faltar uma acção firme, impor-se-ão outras democracias...

As leis

«As leis eleitorais são uma pedra de toque da democracia. Destinam-se a regular o modo de os cidadãos exercerem o Poder através de eleitos desautorizáveis periodicamente ou quando sobrevém quebra de confiança tal que não permite aguardar os prazos constitucionalmente fixados para consultar os eleitores. Os cidadãos agrupam-se por organizações partidárias, pelo menos em vez de votar em candidatos, o que de algum modo funcionaliza o deputado em relação à sua direcção política e o irresponsabiliza em relação ao seu eleitorado. O sistema uninominal pretende obviar a este inconveniente, criando outro: ao banir a regra da proporcionalidade, reduz a representação dos eleitores que não votam nos grandes partidos. Dá-se o primado da bipolarização, de que é exemplo bastante a Grã-Bretanha.

Existem, porém, outros métodos para atingir este último desiderato: é o caso da proposta de alteração da lei eleitoral que Cavaco Silva tenciona apresentar na Assembleia da República. Malgrado não se lhe conheçam ainda os pormenores, os seus contornos anunciados permitem concluir que o apelo do Poder se impõe à consideração de princípios — na circunstância os que enformam um regime democrático tendencialmente liberto de perversões. Está-lhe subjacente uma filosofia em que a medida dos resultados eleitorais não deve traduzir di-

rectamente a aferição pelos votantes da bondade dos programas em confronto; a representação parlamentar é conformada em laboratório. A margem de imprevisão e as opções são drasticamente reduzidas, as eleições bordejam a ritualidade.

A proposta do Governo mantém, é certo (até por imperativo constitucional), o sistema da proporcionalidade, mas a própria gestação das emendas demonstra que houve o propósito de lhe limitar o alcance: os lugares do círculo nacional seriam quarenta e não trinta, antes da subida do PS nas autárquicas, quando o PSD admitia reconfirmar a maioria e transportá-la para 91. Por outro lado, a redução do número de deputados também tem, obviamente, implicações na partilha dos eleitos; e o novo desenho dos círculos regionais, por divisão e agregação, se terá o mérito de aproximar os deputados dos eleitores, condicionará antes do mais o acesso dos pequenos partidos ao Parlamento».

(«Diário de Lisboa», 7 de Maio)

Os partidos

«O PCP é um partido obstinado: não desiste, mesmo quando tudo parece ser-lhe adverso.

O CDS é um partido conformado: sabe que não voltará a atingir a glória de outros tempos e limita-se a lutar para sobreviver.

O PS foi, durante anos, um partido sofredor: sofria quando estava na oposição e

sofria quando ia para o Governo.

O PSD é um partido orgulhoso.

Por um variado conjunto de razões, às quais não será estranha a personalidade do seu primeiro líder, Francisco Sá Carneiro — que era, antes de mais, um homem orgulhoso —, o Partido Social Democrata, curiosamente, cultivava em muito pequeno grau uma qualidade que se diz ser ca-

racterística dos portugueses: a modéstia.

Frequentemente arrogante nas relações com os outros partidos e sobranceiro na sua relação com os eleitores, o PSD raramente é capaz de um gesto de humildade ou resignação perante situações adversas.

E, mesmo quando esse gesto ocorre, dificilmente o sustenta por muito tempo».

(«Expresso», 5 de Maio)

O Eu («Jornal de O Dia», 6 de Maio)



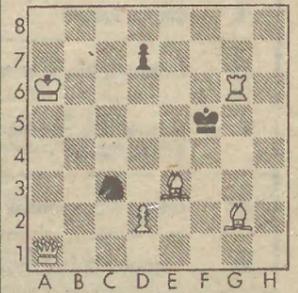
Os ministeriáveis

(«A Capital», 7 de Maio)



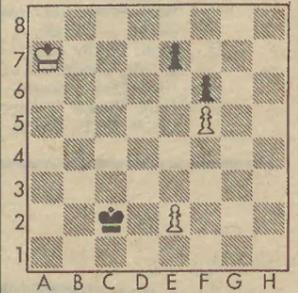
Xadrez

CCLII - 10 de Maio de 1990
Proposição n.º 252/A
Por: J. Buchwald
1.º Prémio «U.S. Problem Bulletin», 1967
Pr.: [3]: Pd7-Cc3-Rf5
Br.: [6]: Pd2-Bs.63.g2-Tg6-Dai-Ra6



Mate em 3 lances

Proposição n.º 252/B
Por: O. Duras
«Ceskoslovensky Sach», 1927
Pr.: [3]: Ps.67.f6-Rc2
Br.: [3]: Ps.62.f5-Ra7



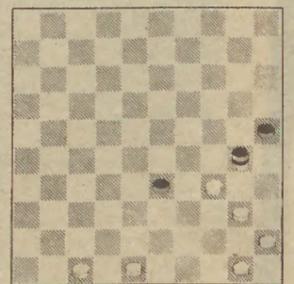
Branças jogam e ganham

Soluções do n.º CCLII
N.º 252/A (J. B.): Chave: 1. Bd5! blocus!
1. ... C:d5; 2. Db1+ Rf5; 3. d4++
1. ... R:g6; 2. Dg1+ Rf6 [Rh7]; 3. Dg5 [Dg8]++
1. ... C64; 2. Df6+, Cf6; 3. T:g5++
1. ... d6; 2. Dh1+, R:g6 [Rf5]; 3. Dh7 [g5]++
N.º 252/B (O.D.): 1. Rb6, Rc3!; 2. Rc5, Rd2; 3. Rc6!, Re3; 4. Rd5!, Rf4; 5. R66, R64; 6. 63! e g.

A. de M. M.

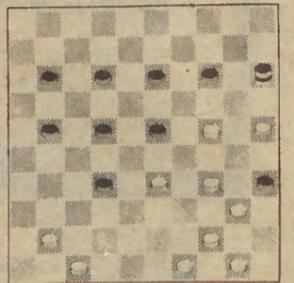
Damas

CCLII - 10 de Maio de 1990
Proposição n.º 252
Por: Henri Chiland
Secrets et merveilles du jeu de Dames [N.º 326], 968
Pr.: [3]: 25-(30)-33
Br.: [6]: 34-40-45-47-48-50



Branças jogam e ganham

Golpe (Problema) n.º 252
Por: Hendriks Jr.
Diverse Dam problemen [N.º 132], 1936
Pr.: [10]: 11-12-13-14-(15)-21-22-23-32-35
Br.: [0]: 24-25-33-34-40-41-44-47-49-50



Branças jogam e ganham

Soluções do n.º CCLII
N.º 252 (H. Ch.): 40-35 (30x39*), 35-30 (24x34), 47-42!
Golpe N.º 252 (H. Jr.): 44-39 (15x38*), 25-20 (35x33) 20x29 (33x24), 34-29 (24x33) 50-44+

A. de M. M.

XIII
CONGRESSO

EXTRAORDINÁRIO

PCP 

**Bemvindos
ao
Congresso**



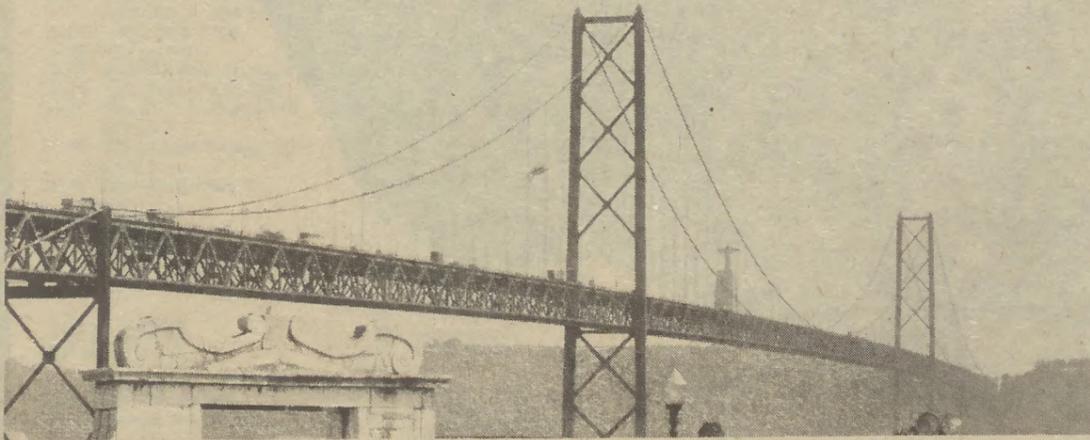
ACESSOS A LOURES

Pavilhão Paz e Amizade

● Para quem vem em transporte próprio

Para quem vem do Norte

1. Após a Portagem de Sacavém, seguir até à saída CAMPO GRANDE/LUMIAR. Seguir em frente, paralelamente ao viaduto junto à «Churrasqueira»; — tomar a via rápida e sair no desvio para St.º António dos Cavaleiros, e em Ponte de Frielas virar à direita da EN 8 (direcção Loures) ou — tomar a «via rápida» (passa perto dos terrenos da Festa do «Avante!» do ano passado) e, no final desta, virar à esquerda para Loures.
2. Quem vem do Norte pode, ainda, deixar a Autoestrada do Norte em Alverca e seguir por Vialonga, Granja, Tojal, Santo Antão do Tojal e Loures.



Para quem vem do Sul

- Atravessar a Ponte 25 de Abril e seguir para a Praça de Espanha.
- Aí, virar à esquerda em direcção à Avenida dos Combatentes (passa perto do Hotel Penta), seguir pela 2.ª Circular até ao Campo Grande.
- A partir daí, seguir o mesmo percurso indicado para quem vem do Norte.

Para quem vem dos Concelhos a Norte de Lisboa

- Apanhar o caminho para Lisboa, que passa por Loures, quer vindo pela Malveira, quer por Bucelas.

Para quem vem do Concelho de Cascais

- Apanhar a autoestrada, seguir em direcção à Praça de Espanha e aí virar à esquerda em direcção à Av. dos Combatentes (passa perto do Hotel Penta), seguir pela 2.ª circular até ao Campo Grande, continuando depois pelo percurso até Loures já indicado para quem vem do Norte.

Para quem vem dos Concelhos de Sintra

- Deve tomar a Estrada para Rio de Mouro, depois Agualva, Belas, Caneças, Montemor e Loures.



● Para quem vem em transportes públicos de passageiros

Chegada de Comboio a Santa Apolónia

- Tomar o Autocarro n.º 90, «Linha Verde», com destino ao «Aeroporto».
- Descer em Entrecampos e, no Terminal das Camionetas, apanhar a RN.

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade». Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

- Período das 06.30h às 06.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 06.40h às 07.00h — de 10 em 10 minutos
- Período das 07.00h às 07.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 5 em 5 minutos

Sábado

- Período das 06.35h às 07.00h — de 25 em 25 minutos
- Período das 07.00h às 08.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Domingo

- Período das 06.40h às 07.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 07.00h às 07.30h — de 30 em 30 minutos
- Período das 07.30h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.



Chegada de camioneta (expresso) ao Campo das Cebolas

- Seguir a pé até ao Rossio e apanhar o Metro para Entrecampos (direcção Cidade Universitária) ou
- Apanhar na Praça do Comércio (é perto do Campo das Cebolas) os seguintes autocarros: 90, «Linha Verde» • 45 • 44 • 1.
- Descer em Entrecampos e, no Terminal das Camionetas, apanhar a RN
- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade». Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

- Período das 06.30h às 06.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 06.40h às 07.00h — de 10 em 10 minutos
- Período das 07.00h às 07.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 5 em 5 minutos

Sábado

- Período das 06.35h às 07.00h — de 25 em 25 minutos
- Período das 07.00h às 08.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Domingo

- Período das 06.40h às 07.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 07.00h às 07.30h — de 30 em 30 minutos
- Período das 07.30h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

Chegada de Barco à Praça do Comércio, vindo do Barreiro, do Seixal ou de Cacilhas

- Seguir a pé até ao Rossio e apanhar o Metro para Entrecampos (direcção Cidade Universitária)

ou

- Apanhar na Praça do Comércio os seguintes autocarros:

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade». Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

- Período das 06.30h às 06.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 06.40h às 07.00h — de 10 em 10 minutos
- Período das 07.00h às 07.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 5 em 5 minutos

Sábado

- Período das 06.35h às 07.00h — de 25 em 25 minutos
- Período das 07.00h às 08.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Domingo

- Período das 06.40h às 07.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 07.00h às 07.30h — de 30 em 30 minutos
- Período das 07.30h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

Chegada de Comboio ao Rossio

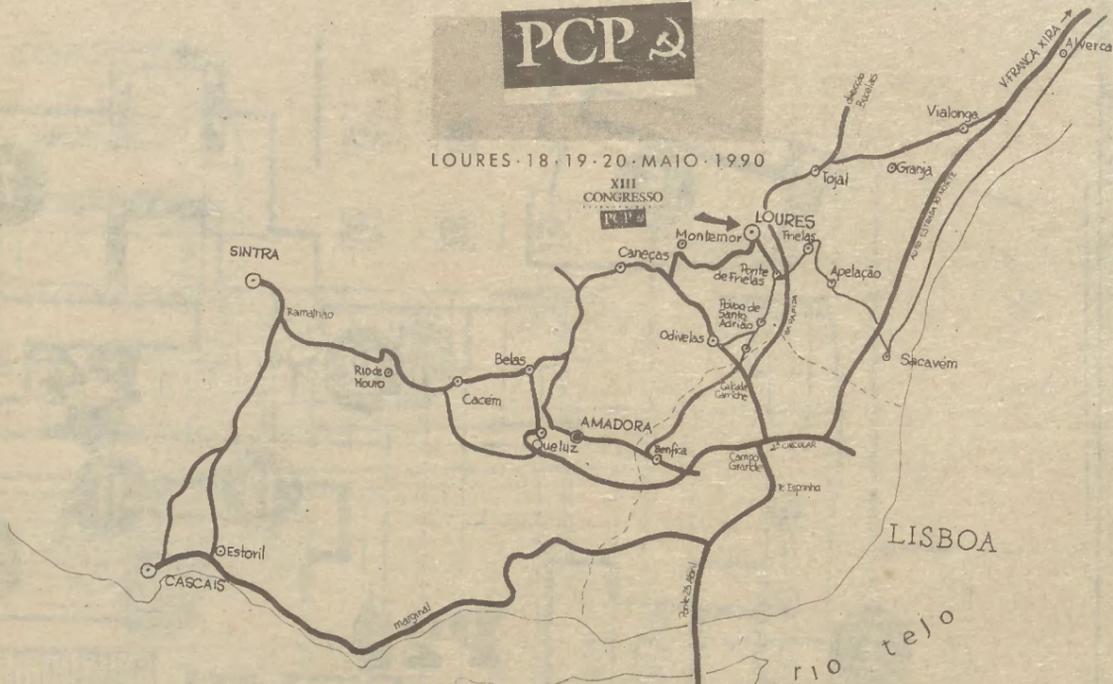
- Apanhar o Metro com destino a Entrecampos (direcção Cidade Universitária)

ou

- os seguintes autocarros: 1 • 21 • 36 • 44 • 45 • 90, «Linha Verde»
- Descer em Entrecampos e, no Terminal das Camionetas, apanhar a RN

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990



Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade».

Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

Período das 06.30h às 06.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 06.40h às 07.00h - de 10 em 10 minutos
 Período das 07.00h às 07.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 5 em 5 minutos

Sábado

Período das 06.35h às 07.00h - de 25 em 25 minutos
 Período das 07.00h às 08.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 06.40h às 07.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 07.00h às 07.30h - de 30 em 30 minutos
 Período das 07.30h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

Chegada de camioneta (RN) à Praça de Espanha

— Apanhar o Metro, com destino a «Alvalade» até à estação da «Rotunda» e, aí, mudar de linha e apanhar o Metro com destino a Entrecampos (d direcção Cidade Universitária).

— Sair em Entrecampos e, no Terminal das Camionetas, apanhar a RN.

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade».

Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

Período das 06.30h às 06.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 06.40h às 07.00h - de 10 em 10 minutos
 Período das 07.00h às 07.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 5 em 5 minutos

Sábado

Período das 06.35h às 07.00h - de 25 em 25 minutos
 Período das 07.00h às 08.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 06.40h às 07.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 07.00h às 07.30h - de 30 em 30 minutos
 Período das 07.30h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

Chegada de camioneta (RN) à Av. Casal Ribeiro

— No Saldanha (ao cimo da Av. Casal Ribeiro), apa-

nar o Metro com destino a Entrecampos (d direcção Cidade Universitária) ou qualquer autocarro que desça a Av. da República.

— Sair em Entrecampos e, no Terminal das camionetas, apanhar R.N.

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade».

Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

Período das 06.30h às 06.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 06.40h às 07.00h - de 10 em 10 minutos
 Período das 07.00h às 07.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 5 em 5 minutos

Sábado

Período das 06.35h às 07.00h - de 25 em 25 minutos
 Período das 07.00h às 08.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 06.40h às 07.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 07.00h às 07.30h - de 30 em 30 minutos
 Período das 07.30h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

Quem vem no comboio da Linha da Azambuja

— Descer na estação de Entrecampos e, no Terminal das Camionetas, apanhar a RN.

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade».

Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

Período das 06.30h às 06.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 06.40h às 07.00h - de 10 em 10 minutos
 Período das 07.00h às 07.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 5 em 5 minutos

Sábado

Período das 06.35h às 07.00h - de 25 em 25 minutos
 Período das 07.00h às 08.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 06.40h às 07.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 07.00h às 07.30h - de 30 em 30 minutos
 Período das 07.30h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

RUBEN COELHO DESIGN 1990

mini-FEIRA do LIVRO



PROMOÇÕES ESPECIAIS LIVROS DISCOS CASSETES VIDEOS ARTESANATO PROMOCÕES ESPECIAIS LIVROS DISCOS CASSETES VIDEOS ARTESANATO

PROMOÇÕES ESPECIAIS LIVROS DISCOS CASSETES VIDEOS ARTESANATO

20% DESCONTO

POR OCASIÃO DO

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO



RESTAURANTE

— Destina-se aos delegados e aos camaradas que estão nos serviços centrais de apoio ao Congresso.

— Funciona nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Loures — Rua Guilherme H. Soromenho, sequência da Rua Augusto Marques Raso (é uma rua logo em frente ao pavilhão onde decorre o Congresso).

Horário: As refeições são servidas a partir das 13 horas

Preço: refeição completa com bebida (vinho, sumo ou cerveja) — 400\$00.

Ementa:

Almoço

Dia 18 — Febras com batatas cozidas
— Caldo verde
— Fruta

Dia 19 — Feijoada à transmontana
— Sopa de legumes
— Fruta

Dia 20 — Pescada frita com arroz
— Sopa de legumes
— Fruta

— As senhas de refeição devem ser adquiridas aos camaradas do Serviço de Apoio aos delegados no decurso dos trabalhos do Congresso.

LEMBRANÇAS

— Stand de vendas, junto ao pavilhão do Congresso, do lado exterior, à esquerda da entrada.

— Materiais à venda:

- medalha numerada comemorativa do XIII Congresso, ao preço de 1200\$00;
- cartazes do Congresso em papel couché;
- artesanato da região de Lisboa;
- outras recordações e materiais do Partido;
- outros materiais.

— Horário de funcionamento:

Dias 18 e 19: das 8.30 às 19.30 horas

Dia 20: das 8.30 às 14.00 horas

LIVROS — DISCOS — JORNAIS

— No exterior do Pavilhão, à direita da escadaria de acesso à zona do café e bares.

— Haverá lançamentos de livros com desconto.

Estarão à venda discos, cassetes, CD's e vídeos, bem como todos os materiais a lançar pelo Partido por altura do Congresso.

— Vender-se-á também artesanato doutros países

— Horário de funcionamento:

Dias 18 e 19: das 8.30 às 19.30 horas

Dia 20: das 8.30 às 14.00 horas

BAGAGENS

— Existe um depósito de malas e sacos, no lado exterior do pavilhão do Congresso, à esquerda da entrada, destinado aos delegados.

— Ao depositar cada mala ou saco, o Delegado receberá um talão numerado que facilitará o controlo e levantamento da sua bagagem.

— Horário de funcionamento:

Dia 18: das 8.30 às 20.00 horas

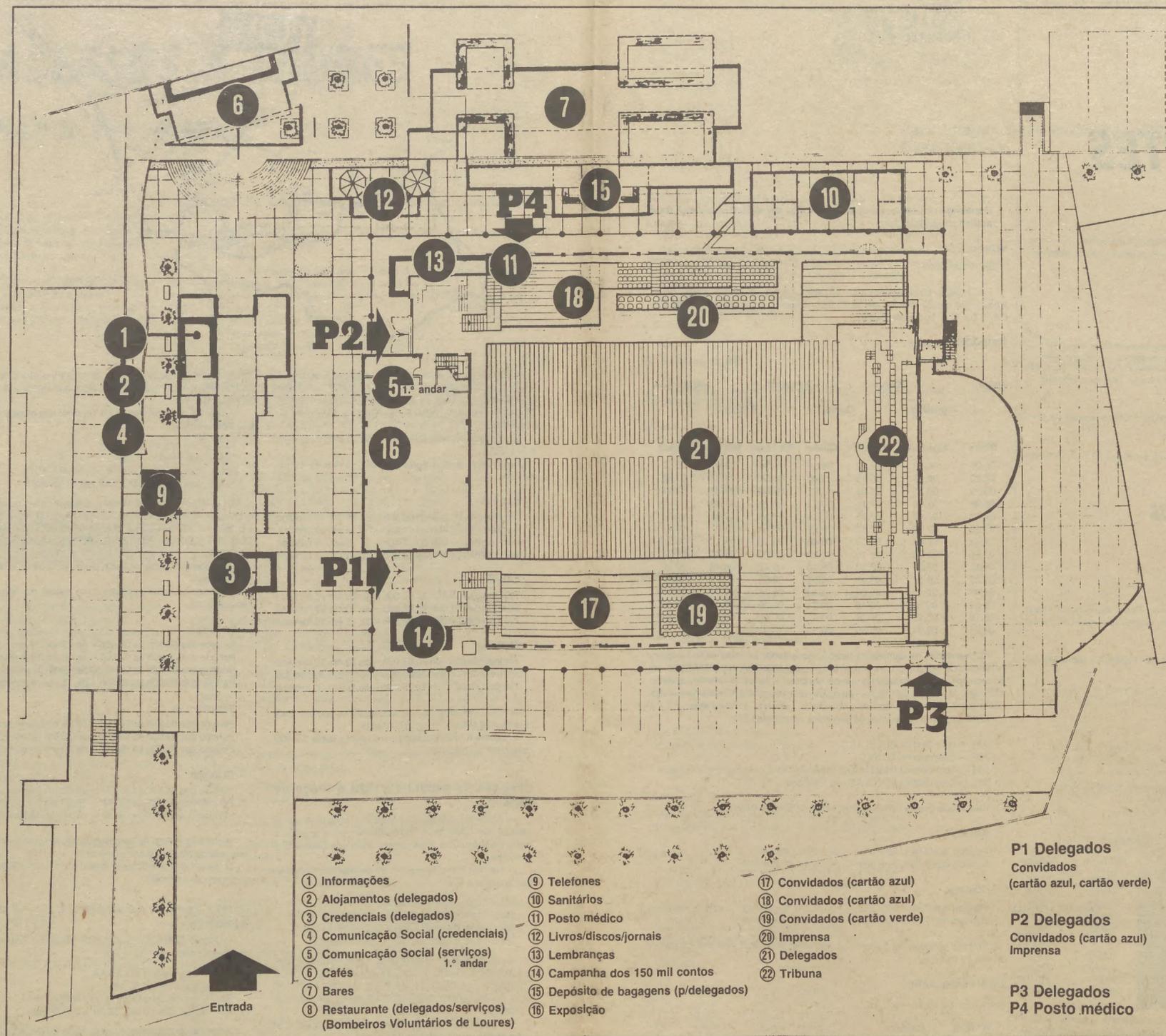
Dia 19: das 8.30 às 20.00 horas

Dia 20: das 8.30 às 14.00 horas

POSTO MÉDICO

— Situa-se no interior do Pavilhão, à esquerda da entrada, na cave, à esquerda das escadas que lhe dão acesso. Com médico e pessoal de enfermagem, para pequenos tratamentos e casos de urgência.

— Este posto médico dispõe de ambulância, para qualquer caso que requiera deslocação imediata para os Serviços de Urgência dos Hospitais.



Horário

É o seguinte o horário previsto para o desenrolar dos trabalhos do XIII Congresso (extraordinário):

Sexta-feira — os trabalhos têm início às 10.30 horas, devendo os delegados estar presentes na sala às 10 horas, a fim de tomarem os seus lugares e receberem os documentos necessários ao seu trabalho; a jornada encerra às 19.30.

Sábado — início às 9.30, encerramento às 19.30.

Domingo — início às 19.30, conclusão às 13 horas.

BARES 1, 2, 3 E 4

— Destinam-se a todos os participantes no Congresso (delegados, convidados, camaradas dos serviços, etc.)

— Funcionam no exterior do pavilhão do Congresso, do lado esquerdo da entrada, na parte superior do recinto.

— Horário de funcionamento:

Dias 18 e 19: das 8.00 às 20.30 horas

Dia 20: das 8.00 às 14.30 horas

Ementas:

- BAR 1 — Pastelaria, leitaria, doçaria, sobremesas
 - BAR 2 — Hamburguers, sandes diversas, sobremesas, sopa, cervejaria e bebidas diversas.
 - BAR 3 — Sandes de carne assada, bifanas, e sandes diversas,
 - BAR 4 — sopa, vinho e outras bebidas
- Aquisição de senhas: pré-pagamento junto aos bares

BAR SÓ CAFÉ

— É uma unidade especializada só em serviço de café, aberto aos delegados, convidados e camaradas dos serviços.

— Funciona no exterior do pavilhão do Congresso, do lado esquerdo da entrada, logo em frente da escadaria de acesso à parte superior do recinto.

— Preço do café: 35\$00

— Horário de funcionamento:

Dias 18 e 19: das 8.00 às 20.30 horas

Dias 20: das 8.00 às 14.30 horas

SANITÁRIOS

— Os sanitários encontram-se em dois sectores:

— no exterior do pavilhão, do lado esquerdo da entrada, logo a seguir ao «depósito de malas e sacos»

— no interior do pavilhão vários, nas caves à esquerda e à direita.

EXPOSIÇÃO

No interior do Pavilhão existe uma sala de estar, localizada junto às entradas de delegados e convidados, onde se localiza uma Exposição sobre a história dos congressos do PCP, os princípios e o projecto de sociedade defendidos pelos comunistas portugueses.

No mesmo recinto localiza-se também uma zona de computadores, onde todos os interessados podem obter informações por consulta directa sobre o Congresso e os serviços de apoio; sobre o PCP, a sua organização, funcionamento, orientação e propostas. E podem até levar consigo resposta escrita à pergunta que formularam, utilizando para tal as impressoras existentes no local.

TELEFONES

— Está situado no exterior do Pavilhão um posto móvel dos TLP com telefones de acesso ao público.

— Sendo possível telefonar para qualquer ponto do País e estrangeiro, utilizando para tal moedas ou cartões credifone.

— Os cartões credifone estão à venda no posto móvel dos TLP.

CAMPANHA DOS 150 000 CONTOS

— Stand de vendas, junto ao pavilhão do Congresso, do lado exterior, à direita da entrada.

— Materiais à venda:

— Títulos de Participação na Campanha dos 150 000 contos para o terreno da Festa do «Avante!»

— Recordações de Festas anteriores

— Coleção de postais ilustrados (da Quinta da Atalaia) — 250\$00

— Estará em exposição uma maquete do terreno da Quinta da Atalaia.

— Horário de funcionamento:

Dias 18 e 19: das 8.30 às 19.30 horas

Dia 20: das 8.30 às 14.00 horas



ALOJAMENTOS

— Os delegados e outros camaradas ligados aos serviços centrais do Congresso que se deslocam de todo o País têm alojamento garantido em casa de camaradas da região de Lisboa, devendo para isso ter feito atempadamente a respectiva solicitação através das suas Organizações.

— Os delegados e os camaradas dos serviços devem ter em conta que todos os camaradas que oferecem as suas casas as terão preparadas para os receber. No caso de não serem utilizadas, estes camaradas deverão ser avisados com antecedência.

— Além disso, qualquer camarada que desista da casa que lhe está atribuída deverá avisar os Serviços de Alojamento, através do responsável regional ou directamente.

— O Serviço de Apoio aos Alojamentos funciona no exterior do Pavilhão do Congresso, em frente à entrada no recinto do Pavilhão Paz e Amizade, com o seguinte horário de funcionamento:

Dia 18: das 8.00 às 00.30 horas

Dia 19: das 8.00 às 20.00 horas

— Para apoio e orientações dos camaradas que precisem de alojamento, funcionarão também extensões deste Serviço de Apoio nos seguintes Centros de Trabalho:

C.T. Vitória

— Av. da Liberdade, 170 — Lisboa (Tel: 53 21 61)

C.T. Algés

C.T. Cacém

C.T. Loures

C.T. Vila Franca de Xira

— O funcionamento do Serviço de Apoio nestes Centros de Trabalho será garantido nas noites dos dias 17 (de 5.ª para 6.ª feira) e 18 (de 6.ª feira para sábado)

— No C.T. Vitória, o Serviço de Apoio funcionará logo a partir das 14 horas do dia 17 (5.ª feira).



TRANSPORTES

1. CARREIRAS ESPECIAIS

— Serão asseguradas pelos Serviços do Congresso transportes (camionetas RN e outras viaturas) para os principais Concelhos que fornecem alojamentos, para o início e no final dos trabalhos:

- Loures/Cacém e Cacém/Loures
- Loures/Amadora e Amadora/Loures
- Loures/V. F. Xira e V. F. Xira/Loures
- Loures/Sacavém e Sacavém/Loures
- Loures/Oeiras e Oeiras/Loures

— Estas viaturas (identificadas) estarão estacionadas no Parque reservado aos congressistas, situado entre a Mealhada e Loures, do lado esquerdo de quem vem de Lisboa, pela Estrada Nacional n.º 8.

— As saídas de Loures far-se-ão após terminar a última sessão do Congresso, em cada dia, menos no Domingo.

— Os preços rondam os 300\$00 (ida e volta) à excepção de V. F. Xira, que será cerca de 400\$00.

2. TRANSPORTES PÚBLICOS

Loures/Cacém

6.ª feira	Sábado
20h05	20h05

Faz o seguinte percurso: Loures, Montemor, Ponte da Bica, D. Maria, Águas Livres, Belas, Idanha, Venda Seca, Lopa, Cacém (Estação CP), demorando cerca de 50 minutos.

Tarifa a bordo — 250\$00

Pré-comprados — 7 módulos/carteiras de 1 módulo (com 20 módulos)/540\$00.

Cacém/Loures

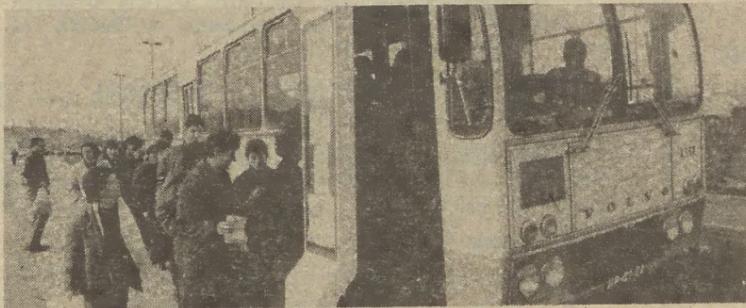
6.ª feira	Sábado	Domingo
7h25	7h25	7h25
8h05	8h05	8h05
9h45	9h45	9h45

Com o percurso inverso e as mesmas tarifas. Sai da estação da CP.

Loures/Amadora

Não há camioneta para a Amadora.

Os camaradas devem apanhar a RN para «Entrecampos»:



6.ª feira	Sábado
19h00	19h00
19h10	19h10
19h20	19h20
19h30	19h35
19h40	19h50
19h50	20h05
20h00	20h20
20h20	20h35
20h35	20h50
20h50	21h05
20h55	

Há também outras carreiras de passagem com destino a «Lisboa» do Barraqueiro (Leonardo Mota) e ID (Isidoro Duarte) cujos horários não estão incluídos e são mais espaçados.

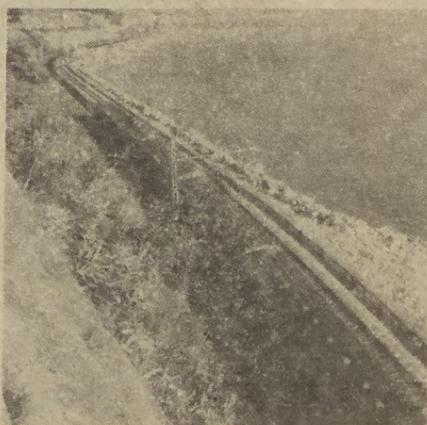
Em Entrecampos devem apanhar os autocarros:

90, «Linhas Verde» • 45 • 44 • 36 • 32 • 21 • 1; ou o Metro com destino a «Alvalade», e sair nos Restauradores ou Rossio.

Seguidamente, na Estação de Caminhos-de-Ferro do Rossio, apanhar o comboio com destino a «Sintra», «Amadora», «Queluz» ou «Cacém» e que tem os seguintes horários:

Lisboa (Rossio)	Amadora	Cacém	Sintra
x-----x-----x-----x-----x-----x			

Benfica	Queluz	Algueirão



6.ª feira
19.28 — Vai até ao Cacém
19.32 — Vai até Sintra
19.36 — Vai até à Amadora
19.40 — Vai até Queluz
19.44 — Vai até ao Cacém
19.48 — Vai até Sintra
19.52 — Vai até à Amadora
20.00 — Vai até ao Cacém
20.04 — Vai até Sintra
20.08 — Vai até à Amadora
20.16 — Vai até ao Cacém
20.20 — Vai até Sintra
20.32 — Vai até ao Cacém
20.36 — Vai até Sintra
20.48 — Vai até ao Cacém
20.52 — Vai até Sintra

Há, a seguir, comboios de 20 em 20 minutos até às 00.20 h e outros mais espaçados até às 02.40 h.

Sábado

19.32 — Até Sintra

Há, a seguir, comboios de 16 em 16 minutos até às 20.25 h e, a partir desta hora, de 20 em 20 minutos até às 23.52 h. Depois a periodicidade é diferente até às 02.40 h. Todos até Sintra.

Amadora/Loures

Sintra	Cacém	Amadora	Lisboa (Rossio)
x-----x-----x-----x-----x-----x			
Algueirão	Queluz	Benfica	

Sintra	Algueirão	Cacém	Queluz	Amadora	Benfica	Lisboa
06.07	06.13	06.22	06.30	06.34	06.41	06.52
06.23	06.29	06.38	06.46	06.50	06.57	07.08
06.39	06.45	06.54	07.02	07.06	07.13	07.24
06.35	07.01	07.10	07.18	07.22	07.29	07.40
07.11	07.17	07.26	07.34	07.38	07.45	07.56
07.27	07.33	07.42	07.50	07.54	08.01	08.12
07.43	07.49	07.58	08.06	08.10	08.17	08.28
07.59	08.05	08.14	08.22	08.26	08.33	08.44
08.15	08.21	08.30	08.38	08.42	08.49	09.00
08.31	08.37	08.46	08.54	08.58	09.05	09.16
08.47	08.53	09.02	09.10	09.14	09.21	09.32
09.03	09.09	09.18	09.26	09.30	09.37	09.48
08.19	09.25	09.24	09.42	09.46	08.53	10.04
09.35	09.41	09.50	09.58	10.02	10.09	10.20

Naturalmente, os camaradas terão de coordenar as suas saídas com os horários dos restantes transportes (nomeadamente com as camionetas em Entrecampos), não esquecendo que devem tomar a seguir os mesmos autocarros — 90, 45, 44, 36, 32, 21, 1 — ou o Metro com destino à «Cidade Universitária» e tendo em conta a hora do começo dos trabalhos do Congresso.

Em Entrecampos, apanhar as seguintes camionetas RN:

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Frequência destas carreiras com saída de Entrecampos:

Sábado

Período das 7.00 h às 7.40 h — de 5 em 5 minutos
Período das 8.00 h às 9.30 h — de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 7.00 h às 7.30 h — de 30 em 30 minutos
Período das 7.30 h às 9.30 h — de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos

Loures/Sacavém

Há camioneta da RN às:

6.ª feira	Sábado
19.15 h	19.15 h
20.05 h	20.05 h
20.25 h	20.25 h
21.05 h	21.05 h

Tarifa a bordo — 150\$00

Pré-comprados — 4 módulos/carteiras de 1 módulo (20 módulos) — 540\$00

Sacavém/Loures

Sábado	Domingo
7.00 h	7.00 h
7.30 h	8.00 h
8.00 h	*9.00 h
8.30 h	
*9.00 h	
9.30 h	

* Sai de Moscavide às 8.50 h

Demora cerca de 25 minutos a fazer o percurso

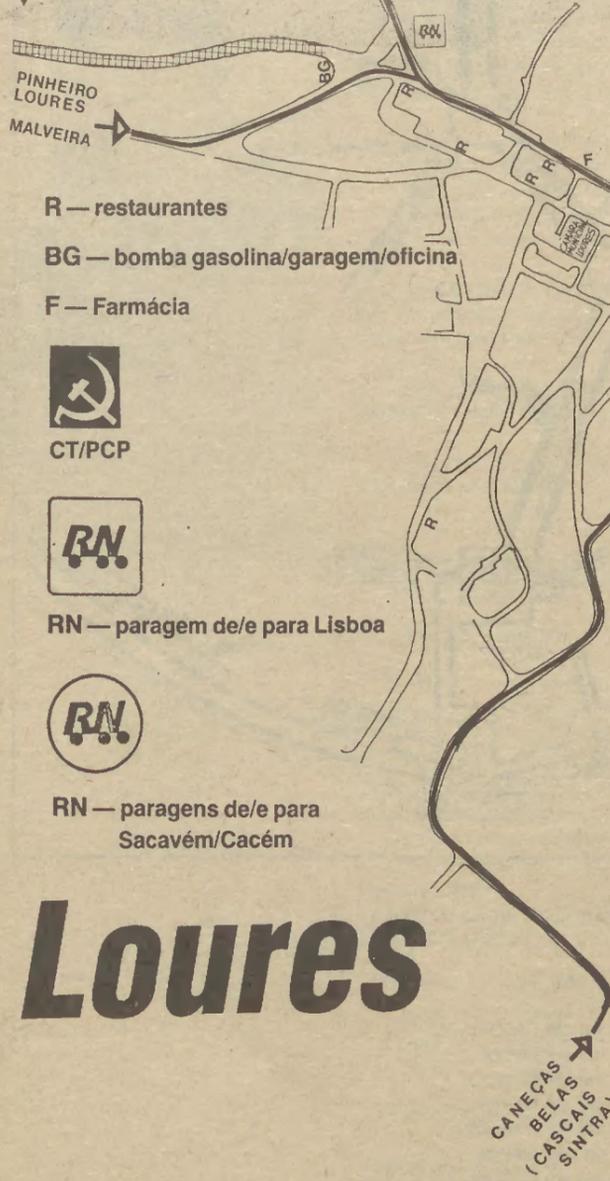
Loures/V. F. Xira

Não há camionetas de transporte público.
Os camaradas têm duas possibilidades:

1 — Apanhar em Loures a RN para Sacavém (ver horários de saída) e, aí, apanhar o comboio com passagem em Sacavém e destino a V. F. Xira ou Azambuja:



ZONA DE ESTACIONAMENTO RECOMENDADA



R — restaurantes

BG — bomba gasolina/garagem/oficina

F — Farmácia



CT/PCP



RN — paragem de/e para Lisboa



RN — paragens de/e para Sacavém/Cacém

Loures

CANEÇAS BELAS (CASCAIS SINTRA)



— Restaurante Delegado /BVL

PARQUE ESTACIONAMENTO PARA CAMIONETAS E OUTRAS VIATURAS DE CONGRESSISTAS

VIA RÁPIDA

LISBOA

